

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA,
DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO.**

FLÁVIA DE ALENCAR PALHA CERQUEIRA LOPES

GRAFANDO A TRAJETÓRIA RECENTE DO FEMINISMO EM MOÇAMBIQUE (2014-
2016).

Cachoeira, BA

2016

FLÁVIA DE ALENCAR PALHA CERQUEIRA LOPES

GRAFANDO A TRAJETÓRIA RECENTE DO FEMINISMO EM MOÇAMBIQUE (2014-
2016).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr, Osmundo Pinho.

Cachoeira, BA

2016

FLÁVIA DE ALENCAR PALHA CERQUEIRA LOPES

GRAFANDO A TRAJETÓRIA RECENTE DO FEMINISMO EM MOÇAMBIQUE (2014-
2016).

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr^o Osmundo Santos de Araújo Pinho (orientador)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof.^a Dr.^a Zelinda Barros
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr.^a Patrícia Godinho Gomes
Universidade Federal da Bahia
Lusophone African Studies Organization

1.

Aprovado em ___/___/___

DEDICATÓRIA

A Maria Luísa por todas as vezes que demonstrou todo seu ódio a Universidade, esta entidade que lhe “roubava” a mãe, mostrando-me que era este o caminho. Agradeço-a por seu brilho nos olhos ao ver-me com um livro em mãos, por partilhar este amor comigo, por vezes de modo tão intenso que podia perceber dias depois, os mesmos livros permeados de uma escrita nova, sempre paralela aos meus rabiscos e comentários. Agradeço-a por colocar sua cadeirinha vermelha ao lado da minha preta e cinza. Agradeço-a por me inspirar, por me fazer crer em dias melhores, dias mais feministas, dias repletos de novas perguntas, novas noites insones, novas inquietações e alegrias.

As intempéries da vida durante a pesquisa. Múltiplas, subjetivas, concretas, cruéis.

As alegrias que só a pesquisa e a caminhada acadêmica poderiam ofertar. As amigas e amigos conhecidos durante esse período. Aos novos saberes conquistados, bem precioso.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Osmundo Pinho, por sua paciência, confiança, por acreditar em minha porção pesquisadora.

A Isabel Casimiro, pessoa sem a qual tal pesquisa jamais sairia de nossos papéis e arquivos, perdão pelos inúmeros e-mails.

A Shaista que gentilmente agiu como intermediadora, a Unaiti Jaime, Yolanda Siteo, Marilu João, Ligia Mutemba, Percina Meque, Rosalina Renalda Nhachote, Nzira de Deus, Maira Solange e Eva Anadón Moreno meu muito obrigado pela partilha de histórias.

Ao Colegiado de Pós-Graduação de Ciências Sociais da UFRB, em especial aos professores Herbert Toledo, Antônio Eduardo, Ângela Figueiredo, Zelinda Barros.

Aos meus colegas de turma, em especial aos que se tornaram irmãos e irmãs.

Aos funcionários da Pós-graduação de Ciências Sociais da UFRB, principalmente Valéria Reis e Patrícia Ramos.

Ao CNPq pelo apoio financeiro.

Todas essas histórias fazem de mim quem eu sou.

Mas insistir somente nessas histórias negativas
é superficializar minha experiência
e negligenciar as muitas outras histórias que me
formaram.

A “única história cria estereótipos”.

E o problema com estereótipos não é que eles
sejam mentira,
mas que eles sejam incompletos.

Eles fazem uma história tornar-se a única história.

Chimamanda Adichie

RESUMO

O tema central deste trabalho é o debate acerca da luta de feministas moçambicanas rumo à conscientização da população de Moçambique no que diz respeito à necessidade da existência da efetivação da equidade de gênero. É de nosso interesse apresentar a atuação destas, suas visões acerca do feminismo, como estas o constroem, como ferramenta para suas lutas e questões. Deste modo apresentamos brevemente questões acerca do feminismo moçambicano e africano. Contextualizamos os anseios e questões trazidos por estas mulheres moçambicanas. Por fim trazemos a baila, relatos das treze feministas com quem trabalhamos.

Palavras-chave: Moçambique; Feminismo; Mulheres.

ABSTRACT

The central theme of this work is the debate about the struggle of feminists in Mozambique towards the awareness of the population of Mozambique with regard to the necessity of bring up effective gender equity. Is in our interest to present the work of these women, their views on feminism, how they construe as a tool for their struggles and issues. Thus we briefly present questions about the Mozambican and African feminism. Contextualizing the concerns and issues brought by these Mozambican women. Finally we bring to the fore, reports of thirteen feminists we work with.

Keywords: Mozambique; Feminism; Women.

LISTA DE ABREVIATURAS

AFF: Fórum Feminista Africano

AMMCJ: Associação das Mulheres Moçambicanas de Carreira Jurídica

CEA: Centro de Estudos Africanos

COMUTRA: Comitê da Mulher Trabalhadora

ENAP: Escola Nacional de Administração Pública

FRELIMO: Frente de Libertação de Moçambique

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

MOVFEMME: Movimento das Jovens Feministas de Moçambique

MULEIDE: Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento

OMM: Organização da Mulher Moçambicana

ONU: Organização das Nações Unidas

RENAMO: Resistência Nacional Moçambicana

WLSA: Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust

UEM: Universidade Eduardo Mondlane

UFPE: Universidade Federal de Pernambuco

UFRB: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SUMÁRIO

1. ESCOLHAS TEORICO-METODOLOGICAS: JUSTIFICATIVA, PERCURSO E PERCALÇOS	11
1.1 Pesquisa feminista à distância	18
1.2. Histórias de vida	25
1.2.1 As participantes da pesquisa	27
1.2.2 Entrevista	27
1.2.3 Entrevistas não padronizadas	29
2. FEMINISMOS AFRICANOS	30
2.1 Pensando na década da mulher	36
2.2 O Fórum Feminista Africano	38
2.3 Sobre os balanços dos movimentos feministas em África	40
2.4 Feministas africanas e seus teares de contribuições	41
2.4.1 Amadiume	44
2.4.2 Oyeronke Oyewumi	44
2.5 FEMINISMO MOÇAMBICANO	46
2.5.1 Sobre teorias de gênero	46
2.5.2 Feminismo moçambicano: algumas questões.	51
2.5.3 Isabel Casimiro e suas contribuições para o feminismo Moçambicano	55
2.5.4 A importância dos grupos de mulheres em Moçambique	57
2.5.5 O episódio da expulsão da cidadã espanhola Eva Moreno: Um fato decisivo para o atual momento do feminismo em Moçambique	62
2.5.6 O relato de Unaiti Jaime	65
3. TRAJETÓRIAS FEMINISTAS MOÇAMBICANAS	66
3.1 Nadando contra a corrente	67
3.2 Relatos: um pouco daquelas que ajudam a construir parte do feminismo em Moçambique	69
3.2.1 Isabel Casimiro	71
3.2.2 Unaiti Jaime	73
3.2.3 Yolanda Siteo	77
3.2.4 Marilu João	78
3.2.5 Lígia Mutemba	79

3.2.6 Percina Meque _____	80
3.2.7 Rosalina Renalda Nhachote _____	82
3.2.8 Nzira de Deus _____	83
3.2.9 Maira Solange _____	86
3.3 Refletindo um pouco a partir do aprendizado com elas. _____	88
CONCLUSÃO _____	90
Referências bibliográficas _____	92
Apêndice _____	101

1. Escolhas teórico-metodológicas: justificativa, percurso e percalços.

O despertar para as questões presentes neste trabalho foi suscitado em grande medida inicialmente pelas inquietações trazidas pelo trabalho de Julia Sudbury, em sua obra “Outros tipos de sonhos. Organizações de Mulheres Negras” obra fortemente pautada nas ações de mulheres em prol de suas vidas. Deste livro nasce o anseio de que a etapa da mera constatação fosse ultrapassada, dando início a uma jornada de apresentação das ações destas mulheres que não se conformam com as opressões vividas e lutam. Inquietava-me ante a pesquisa com o abismo existente entre o estudo de escritos sobre feministas africanas advindas de países onde o inglês era a língua oficial e o de escritos sobre feministas de países africanos, cuja língua oficial era o português. Como meu recorte é Moçambique, lançarei olhar mais atento para as feministas moçambicanas atuantes no Fórum Mulher e, mais precisamente do Movfemme.

Depois deste, outro escrito que muito me impactou foi o de Márcia Navarro (2009) ao sinalizar que os trabalhos eruditos, não chegam às mulheres de forma geral, antes ficam restritos as acadêmicas que os escrevem e seus pares que os leem. Para quem escrevo? Para meus pares? Minhas irmãs de academia? Sim, para estas também escrevo, desejo ainda assim que mulheres de outras comunidades, não só as acadêmicas, tenham acesso a este, possam lê-lo. Como quem lê um almanaque, um romance que lhe toque, uma bula de remédio, uma revista que as mesmas respeitem e confiem na fonte. Ou ainda a fala advinda da experiência de uma senhora admirável em sua caminhada.

O texto é escrito em primeira pessoa, numa clara referencia ao feminismo negro que me inspira o poder da fala, do protagonismo, de ser minha própria representante, vencendo os temores da escrita. O que não é difícil de entender visto que a escrita sempre esteve atrelada ao masculino. Conceição Evaristo em entrevista a Barbara Araújo amplia estas questões, servindo de inspiração. Eis-me aqui então, exercitando meu direito de escrita!

E quando mulheres do povo como Carolina, como minha mãe, como eu, nos dispomos a escrever, eu acho que a gente está rompendo com o lugar que normalmente nos é reservado, né? *A mulher negra, ela pode cantar, ela pode dançar, ela pode cozinhar, ela pode se prostituir, mas escrever, não, escrever é uma coisa... é um exercício que a elite julga que só ela tem esse direito.* (...) Então eu gosto de dizer isso: escrever, o exercício da escrita, é um direito que todo mundo tem. Como o exercício da leitura, como o exercício do prazer, como ter uma casa, como ter a comida (...). A literatura feita pelas pessoas do povo, ela rompe com o lugar pré-determinado”. (EVARISTO, 2010, p.01).

Não datei a pesquisa, ela não foi feita pensando em datas rígidas, do ano tal, ao ano tal, ainda que tivesse em mente a ênfase durante as perguntas, do movimento em sua atualidade. Acredito que ela retrate a visão destas sobre o feminismo moçambicano (ou feminismos moçambicanos, entre os anos de 2014 e 2016, período em que a pesquisa era efetivada), a título de maior esclarecimento, deixei expresso no título do trabalho, o período que me prendeu atenção durante a pesquisa.

Interessei-me pelo modo como as feministas que aceitaram participar da empreitada, viam e entendiam o momento presente do feminismo. Posso afirmar que este projeto está inserido no período pós-colonial, a maioria das participantes não lutou em prol da independência em Moçambique, são mulheres jovens, com formações acadêmicas e atuantes nas manifestações, elaboração de atividades feministas em seu país.

Julgo tal abordagem relevante, pois como Robert (2010) bem aponta “os primeiros estudos sobre colonialismo”, pós-colonialismo não visavam às mulheres, não as viam como “dignas de debate”, a questão da mulher africana, tanto para os pesquisadores quanto para as elites locais, não figurava no conjunto de suas preocupações ou intenções de estudos. Um dado que não poderia ser ignorado, não por mim.

Importa frisar que está pesquisa se coaduna com o pensar feminista pós-colonial, por suas críticas ao feminismo hegemônico e suas propostas de novas narrativas. Deepika Bahri bem exemplifica isso ao afirmar: “os pós-colonialistas podem questionar o feminismo (ocidental) predominante, apontando o seu fracasso ou incapacidade de incorporar questões raciais, ou a sua tendência a estereotipar ou generalizar em excesso a questão da ‘mulher do Terceiro Mundo’. (BAHRI, 2013, p.662). A consciência de que é preciso fugir a todo custo das essencializações também insere este trabalho numa proposta de pós-colonialidade.

Tive como fundamento também a tentativa de não enquadrar as mulheres com quem muito aprendi e fizeram parte da pesquisa, como personificações engessadas, a mulher africana como um ser construído, com capulanas, vários filhos, um marido partilhado. É impressionante como mesmo dentro da academia, muitos ainda reforçam estas imagens, de forma poética até. Em Deepika Bahri é notório que está é uma questão mais arraigada do eu suponha:

“Se o feminismo ocidental reproduz o imperialismo ao ler textos coloniais e pós-coloniais, a pesquisa sobre a situação das mulheres do Terceiro Mundo também pode às vezes reproduzir pressupostos imperialistas quanto à sua inferioridade, através da produção da “imagem da ‘mulher padrão do terceiro

mundo””, que leva “uma vida essencialmente incompleta com base no seu gênero feminino (leia-se: reprimida sexualmente) e sendo ela do ‘terceiro mundo’ (leia-se: ignorante, pobre, inculta, tradicional, doméstica, orientada para a família, vitimizada, etc.)”. (BAHRI, 2013)

Quanto aos dias em que se seguiram à pesquisa, invejei a proximidade dos demais colegas ante seus objetos, a facilidade de locomoção, os poucos quilômetros que distanciavam os pesquisadores de seus campos. Quanto a mim, o atlântico unia e impunha sua distância. Moçambique sempre tão próxima a partir das leituras, tão distante de minhas possibilidades de encontro presencial para além da web, dos e-mails trocados, dos textos lidos.

Deparei-me ainda com uma baixa autoestima atroz que paralisava, tão grande que me impossibilitava à escrita, e quando enfim conseguia escrever, logo descartava o que fora escrito. A saída deste estado de total apatia e temor se deu a partir de um conselho de meu orientador, o de dar uma breve pausa, ler coisas que não tivesse necessariamente ligação com a pesquisa. Um sopro de vida, quietude e inspiração. Fui então a minha pausa terapêutica, lendo um pouco de Lélia Gonzalez e Conceição Evaristo, textos sobre elas, textos delas, nenhuma necessidade de fichar, extrair algo, só o prazer da leitura.

É aterrorizador ver o quanto as palavras de Biko em seu livro cujo título me pareceu muito apropriado “Escrevo o que quero”, me parecem atuais pulsantes em nossa realidade. Ao afirmar no terceiro capítulo que ainda nos cabe escutar ou usando suas palavras de forma literal: “cabendo aos negros escutar” (BIKO, 1978, p.33). Em seu contexto a África do Sul, e seu questionamento sobre os mecanismos utilizados para integração entre negros e brancos. No nosso contexto o pavor diante do conservadorismo da população brasileira, o aparente retrocesso nas questões referentes a gênero, sexualidade e de liberdade de escolha, livre pensar.

Preciso deixar bem documentado, que diferente do que muitos imaginavam o labor acadêmico não é tão idílico, um gabinete, silêncio total, horas e horas a fio sem nenhuma interrupção, nenhum contato com o mundo fora da pesquisa. Dois anos plenamente e somente vivenciados entre livros, leitura e escrita, é algo muito surreal, pode ser provável que alguns consigam vivenciar isso, de minha parte, a maternidade, as obrigações com a condução de um lar, o fato de ser mãe de uma filha pequena, a recente aquisição de um imóvel e toda desestruturação trazida pelos fatos elencados, somados a nossa extrema dificuldade de concentração tornaram o trabalho quase hercúleo. Encontrava em momentos assim refúgio em

Virginia Wolf e sua crua, constatação de que por vezes um quarto, só nosso, garantiria o mínimo de liberdade intelectual.

“A liberdade intelectual depende de coisas materiais. A poesia depende da liberdade intelectual. E as mulheres sempre foram pobres, não apenas nos últimos duzentos anos, mas desde o começo dos tempos. As mulheres, portanto, não têm tido a mínima chance de escrever poesia. Foi por isso que coloquei tanta ênfase no dinheiro e num quarto próprio.” (WOOLF, 1985, p. 141).

Em meio a tudo isso era impossível não repensar minha própria caminhada acadêmica, revisitando meus erros e acertos, o preço que paguei por ambicionar mais e mais conhecimento, em um espaço que muitos entendem que não nos pertencem. Afinal, o que poderia ser mais emblemático do que a insistente pergunta de uma atendente de hotel, ao me indagar o motivo da visita a sua cidade, e não se contentar com a resposta de que estava a efetuar pesquisa. Como esquecer a última colocação? A de que não conhecia negras com mestrado? Ou em suas próprias palavras, “negras com estudo”. Lembrava sempre das palavras de Bell Hooks, em “Intelectuais Negras”:

“Concentrando-me particularmente em negras que concluíram cursos universitários, mas o interromperam no estágio de escrever a tese final descobri que eram as mais enredadas em sentimentos contraditórios sobre o valor acadêmico e/ou trabalho intelectual e que esses sentimentos bloqueavam psicologicamente sua capacidade de concluir essa exigência final”. (HOOKS, 1995, p. 471).

Como “comunidade” em meu contexto, tinha o núcleo familiar mais próximo formado por avós, pais, tios, irmãos e sobrinho. Assim muito tempo foi dedicado a estes (parentes são filhos que não geramos), afinal a maternidade compulsória é um fardo do qual não fui liberta ainda. Meses foram improdutivos por conta de uma dor no pé que mesmo ante vários exames e uma imobilização temporária, não nos ofertaram melhora. É provável que para além das alergias e gripes, o problema de saúde neste período mais emblemático tenha sido a dolorosa infecção em um dos dedos da mão por conta do excessivo atrito por conta da digitação. Como

mãe, o grau de atenção exigido por uma criança pequena, foi aterrorizador por vezes (as pessoas costumam não entender que o advento da maternidade não concede superpoderes).

Hooks (1995) alerta para a dificuldade encontrada de isolamento para as que são mães, a culpa. Vivendo em um apartamento pequeno, mesmo o mais genuíno anseio de isolamento torna-se impossível. E quando todos adormeciam e mesmos os problemas precisavam ser postos de lado, conscientizava-me de que não era máquina cuidadora, ainda assim meu corpo estava tão cansado, tão marcado, que precisava exigir deste uma força além do que imaginava possuir, para produzir trabalhos que poderiam por certo ser melhor acabados!

Assim, quando no final de 2013, após o processo seletivo de ingresso no mestrado, vislumbrei a possibilidade de maior contato com uma das participantes do grupo que intentava pesquisar, o atlântico pareceu pequeno, mesma distância de Feira de Santana e Cachoeira. Valdir Santos, dileto colega, fez a ponte entre mim e Isabel Casimiro, ofertando-me seu e-mail, apresentando-nos virtualmente. Nunca poderei dizer o quanto sou grata.

Após os primeiros e-mails trocados, Isabel me avisou que em julho estaria no Brasil. Julho de copa do Mundo, julho de Brasil em pleno caos de aeroportos abarrotados. Firmei acordo de que a visitaríamos e encontro se deu em Pernambuco, na UFPE. Também eu poderia sentir o que seria esta tão decantada proximidade com meu sujeito de pesquisa, ou parte dele, deslocada, fora do local onde ansiava que pesquisa fosse efetivada e ainda assim, tão plena, tão entregue as minhas perguntas, curiosidades. Livros me foram ofertados, dois dias de longas conversas e o comprometimento de que teria auxílio.

Em maio do ano seguinte, o Prof. Dr. Osmundo Pinho, junto com o colegiado da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRB, promoveram um seminário denominado “Gênero e Poder em Moçambique”, tendo a Prof.^a Dr. Isabel Casimiro como a principal palestrante. Laços reafirmados, neste segundo momento a mesma impactou-me com o incentivo para a realização da pesquisa. Não deixando dúvida, em suas palavras, que minha inquietação e insegurança não fazia sentido. Desta forma, é preciso deixar claro que este trabalho, é tecido por uma observadora que o faz sob o peso do distanciamento geográfico. Estas questões perpassam todo projeto de escrita, criando dificuldades e as facilidades que o próprio distanciamento impõe.

Dentre as dificuldades, a escassez de material escrito sobre Feminismo Moçambicano e também o africano, principalmente em português, foram sem dúvida um de nossos empecilhos centrais. Neste trabalho, apresento as experiências feministas de moçambicanas. Mulheres singulares, aguerridas, diferentes entre si e a possuírem uma mesma causa em comum: a efetivação da igualdade de gênero em seu país.

No primeiro capítulo traço minha metodologia, o fato de ser uma pesquisa qualitativa, com grande apego a ideia de história de vida, ainda que tenha em mente que em minha escrita ela se funde com trajetória de vida, um pouco de narrativa de vidas. Não de forma sistemática, de forma fluida, sem grandes amarras. Interessei-me pelo fato delas se assumirem enquanto feministas. A pesquisa foi quase que absolutamente em mundo virtual, por meio de e-mails, redes sociais. Acredito que realizei uma pesquisa feminista a distância, assusta-me o fato de muitos acadêmicos não reconhecerem ainda a dimensão de profundidade e entrega que tais desafios propõem. Tive que me debruçar ante a busca insana por textos relacionados ao assunto e a efetiva tradução de alguns destes.

Partindo para o segundo capítulo, apresento questões referentes ao feminismo africano e moçambicano. Trago ainda eventos e movimentos como a década da Mulher, o Fórum Feminista Africano, questões referentes aos movimentos feministas.

No terceiro e último capítulo vêm à baila os relatos de vida das feministas moçambicanas pesquisadas, suas inquietações, sonhos, em quais frentes estão a atuar na luta por igualdade entre homens e mulheres.

Abrindo mão dos rigores do texto acadêmico, ousou reafirmar-me em primeira pessoa, este é o texto de uma mulher negra, nordestina, feminista, mãe de uma filha, casada, que acalenta grande apreço por sua pesquisa. Este é um texto de esperança, conquistas. Nele paira muitas contribuições, de pesquisadoras e pesquisadores com quem trocamos e-mails, cartas, telefonemas. Texto de partilhas, texto com sabor de êxito.

Muito foi dito sobre as dificuldades da pesquisa, e era preciso que assim fosse, visto que por vezes só a palavra escrita nos salva, só ela oferece espelho para melhor visualização e entendimento do que nos aflige. Escrever em primeira pessoa foi talvez uma das atividades mais difíceis desta minha jornada. Colocar-me como a produtora do texto, com assinatura, carne, sangue e questões foram mais difícil do que poderia imaginar. Tão doce era a possibilidade e conforto existente ante o “nós”, essa entidade que em alguns casos, ofereceu-nos o consolo de assumir o distanciamento seguro de nossos próprios posicionamentos.

Se o período da pesquisa foi exaustivo e desafiador, ele foi também reafirmador dos laços de irmandade ainda presentes na academia. Conteí com meu orientador que soube lidar com minhas fragilidades e de forma terna, inspiradora e firme, trazer-me para a necessidade de atentar para os prazos. Isabel Casimiro, uma das principais feministas moçambicanas em seu país, foi-me dádiva, ouvido atento, palavras de conforto, carinho, texto e mais textos enviados. O coletivo Ângela Davis por meio de Zelinda Barros e Tais Machado também me auxiliaram cada uma a seu modo, durante o período mais difícil, é incrível como o exemplo

destas mulheres alavancou-me para sempre, por razões distintas, razões sublimes. Inúmeros seriam os nomes e motivos para elencar o quanto esta pesquisa foi vitoriosa e o quanto cresci a partir dela.

“Sangue negro” (1990), de Noêmia Souza, poetisa moçambicana, um de seus mais conhecidos poemas, é precioso ao afirmar que, mesmo ante o bater e as ameaças, cabeças continuariam erguidas e gritariam: “basta!”. Se, como muitos afirmam, os poemas de Noêmia representariam a nação, ele diz muito também sobre o povo moçambicano e sua incessante luta por dias melhores. Abrindo um pequeno parêntese acredito que Bruna Menezes bem pontuou a relevância de Noêmia de Souza ao afirmar que “Dentro do contexto literário de Moçambique a autora Noêmia de Souza possui uma participação ativa na produção de poemas engajados, que questionam estruturas sociais de repressão sobre a mulher e o processo de independência de Moçambique. Noêmia representa a coragem da mulher africana em reivindicar seus direitos à liberdade e ao ideal de nação africana.” (MENEZES, 2016, p. 1).

Sobre Moçambique digo que enquanto ex-colônia portuguesa obteve sua independência no dia 25 de junho de 1975, depois de muita luta em todo país, seguida de uma guerra civil que durou quase vinte anos. Antes dos portugueses, diferente do que muitos ainda imaginam Moçambique já possuía povos em seu território. A reivindicação de Portugal de Moçambique como colônia ocorre em 1752. A abolição oficial da escravidão ocorreu em 1869, ainda que a prática só tenha sido abolida de fato em 1990. A criação da FRELIMO¹ em 1962. Sua declaração de independência em 1975. (CABAÇO, 2009).

Importa mencionar a guerra civil terminou em 1992 com os Acordos gerais de paz de Roma. Seria digna de nota também a grande seca de 1995, quando muitos moçambicanos tiveram que deixar o país, muitos retornando depois. No mais, como o Portal de Moçambique bem assinala: “Moçambique independente herdou uma estrutura econômica colonial caracterizada por uma assimetria entre o Norte e o Sul do País e entre o campo e a cidade”. Um país com grandes desafios pela frente. (ENAP, 2009).

Extremamente elucidatória é a escrita de Arnfred:

“Moçambique é governado por um poder político, a FRELIMO, que desde 1964, com o início da luta armada contra o colonialismo português, até a aceitação das políticas de ajuste estrutural no final dos anos 80, lutou para estruturar o desenvolvimento em moldes socialistas. Infelizmente, contudo, do ponto de vista particular da vida das mulheres, as políticas de

¹ FRELIMO ou Frente de Libertação de Moçambique partido moçambicano criado no ano de 1962.

desenvolvimento, inicialmente socialistas e mais tarde, neoliberais, não fizeram muita diferença, e a “a regularidade constante de uma perda de status por parte das mulheres” permanece.” (ARNFRED, 2015, p. 183).

1.1 Pesquisa feminista à distância

É inegável o valor que o mundo virtual possui em nossas vidas rotineiramente, de tal modo entranhado em nós, que aparentemente já nem nos damos conta da dimensão deste. Somos, em alguma medida, profundamente dependentes da internet e de todos os seus serviços, nas mais diversas áreas de nossas vidas, nos mais variados campos desta. Não seria diferente no mundo acadêmico, tanto mais quando aquilo que nos moveu durante a pesquisa, o assunto sobre o qual me debrucei, faz-se distante fisicamente e tão próximo em realidade virtual. Outros mundos em dois cliques, outro país em nosso lar, nossa biblioteca, nosso canto de estudos.

Percebi desde o início a internet como poderosa ferramenta, para obtenção de dados e acesso aos nossos interesses na pesquisa. Diria sem titubear que em alguma medida minha pesquisa foi “online”, quer pela busca na internet por sites, observatórios, acervo disponível sobre nossa temática, quer pelo aprofundamento de relações, quase todo online, com as pesquisadas. Creio que efetuei observações participantes, em novos moldes, uma observação participante simulada como propõe Mendes:

“A observação participante, ou seja, a observação a partir da perspectiva dos envolvidos, vem crescendo nas pesquisas online. Esse tipo de observação envolve, acima de tudo, o acesso. A observação e o ato de tomar notas ao mesmo tempo não são um problema em pesquisas online. Além disso, no espaço virtual, a presença física tanto do pesquisador quanto dos entrevistados é simulada. É importante ressaltar que questões éticas, como a invasão de privacidade, permeiam a observação participante e não devem ser desconsideradas”. (MENDES, 2009, p. 06).

O ambiente virtual é dinâmico, permite contato com muitas pessoas ao mesmo tempo, muitas em Moçambique, colegas de humanas no Brasil. Fiz uso de e-mails, Skype, Facebook. A internet também se fez enquanto barreira demorou mais de um ano para enfim chegar a um grupo coeso, que pouco a pouco decidisse falar, partilhar questões. As relações via web são pautadas na escrita, e a escrita supõe pessoas letradas, ao menos alfabetizadas. As treze

mulheres feministas moçambicanas com as quais mantive contatos são graduadas, algumas com mestrado, outras com doutorado. São mulheres atuantes no campo das discussões sobre gênero e feminismo, são militantes, ativas e profundamente conhecedoras da história e questões referentes à mulher em seu país.

De imediato, é preciso afirmar que o primeiro grande benefício da utilização da internet numa pesquisa é o inebriamento pela sensação de que nada pode ser perdido, que é preciso sorver cada palavra, cada vírgula, cada pausa ante a câmera do Skype, cada demora ou rapidez com que nossos e-mails são respondidos. Fiquei sempre com a impressão que estava a perder ou não captar algo, gera-se um misto de culpa e tensão muitas vezes.

Alguns pesquisadores afirmam que a possibilidade de anonimato nas pesquisas via internet facilita a pesquisa, o acesso a maiores informações. Quanto mim, optei por uma pesquisa de cunho mais intimista, onde a vida e os pensamentos de cada feminista que se propôs a participar do projeto estariam em evidencia, fica claro que não me beneficiei deste artifício, pois houve muito tempo envolvido na criação de laços, manutenção de vínculos, explicações e mais explicações do que seria o projeto.

Outro ponto que foi se mostrando caro e de difícil delimitação dos limites por mim, foi à ética em mundo virtual, Mendes (2009) pontua bem isso ao afirmar que: a pesquisa online deve levar em conta a especificidade do meio virtual. A internet já está se tornando pauta de legislação, mesmo que esse espaço ainda seja relativamente novo. Muitas áreas já buscam uma definição quanto à jurisdição, propriedade intelectual, segurança, etc. Esses temas perpassaram minhas preocupações enquanto pesquisadora qualitativa, pelo fato de que, nesse tipo de pesquisa, se lida com o comportamento individual, opiniões e experiências pessoais. Foi necessário aceitar e compreender que temas legais e éticos ainda estão num caminho por ser construído.

“Uma questão profunda está posta, as pesquisas virtuais são uma realidade firmada, o que nos faz rememorar Lewgoy (2009) ao afirmar que “a etnografia virtual” suscitou novas questões epistemológicas e ontológicas para a Antropologia. Questões como: pode uma disciplina habituada ao face a face, a presença física constante no campo por vezes, aprender ou ensinar como Lewgoy, nos indaga? Acredito que sim! Gosto da resposta de Lewgoy (2009) ao afirmar categoricamente: tanto a antropologia de sociedades complexas como as etnografias virtuais podem ser compreendidas como práticas etnográficas pós-tradicionais, a fim de destacar uma intrínseca e polêmica singularidade, nunca estabilizada numa qualificação identitária qualquer“. (IDEM, 2009, p.189).

Para Casimiro (1999) o feminismo é também “um modo de estar no mundo”, entendo deste modo, e aqui o coloco como um movimento plástico e em constante movimento. Como movimento que não se deixa engessar, é notório que uma das características da pesquisa feminista é o não enquadramento em um só método, uma só corrente de ideias. Pensando no feminismo como “um modo de estar no mundo”, nada nos parece mais plausível do que o feminismo no ciberespaço².

“Gosto da ideia de ciberespaço como é proposto por Ricardo Veloso (2008) ao apontar este espaço como “outro ambiente das realizações humanas”, indo mais longe ao apontar que:” o espaço virtual, imbricado com outras temporalidades e outras territorialidades, destaca-se pela celeridade das informações hipertextuais, dispostas em rede, as quais possibilitam leituras mais imediatistas pela associação da expressão verbal a imagens e sons entre outros”. (CASIMIRO, 1999).

A rapidez com que temas relevantes para o feminismo são propagados e acessados, além do fato de que hipertextualidade promove um acesso amplificado se comparado só ao ato da leitura ou escuta. Isto em decorrência do fato que com a hipertextualidade, o texto é enriquecido com uma nova configuração deste, por vezes através de sentenças curtas, acompanhados de imagens, sons. Lembro-me de imediato do grupo “Não aguento quando”, ou simplesmente “NAQ”, grupo este que em seu site promove textos feministas, possuindo característica maior cartazes digitais que se iniciam com a frase “Não aguento quando”, denunciando logo a seguir, formas de pensar machistas, misóginas, racistas e etc.

Poderia citar um número significativo de grupos feministas assumidamente e outros com características próximas ao movimento. Interessa-me agora focar no fato que muitos destes grupos, mesmo nascendo em universo digital, migram ou também passam a atuar no universo impresso, como é o caso do Vamos Juntas, que este ano publica seu primeiro material impresso o “Vamos juntas? O guia da sororidade para todas” e o Coletivo Não me Kahlo, com sua publicação “Meu amigo secreto. Feminismo além das Redes.” Sobre os dois grupos é importante lembrar que suas campanhas “vamos juntas” e “Meu amigo secreto”, impactou e gerou tamanha discussão em mundo virtual, que suas questões colocadas, foram pautas de programas populares na TV aberta.

² A forma como Ricardo Veloso grafa a palavra em seu texto.

A despeito de todos estes movimentos em ambiente virtual e de sua repercussão, o movimento feminista na internet, ainda é visto como algo menor. Lembro sempre do espanto mesmo no espaço acadêmico de muitos ao me indagar: “como você nunca foi a Moçambique? Sua pesquisa é válida?”. Ao que sempre respondia: “sim ela é válida. Existem movimentos *onlines* feministas, existe interação, partilha comunicação, mesmo diante da distancia física.” O feminismo mostra-se mais uma vez como algo revolucionário ao apropriar-se deste espaço e promover a transformação da sociedade, em tempos de era digital, no mundo digital.

Gosto do modo como o fato é discutido pelo Coletivo Não me Kahlo:

“Não é de hoje que a militância feminista na internet é vista com maus olhos. Por vezes, a chamam de supérflua; por outras, a acusam de ser ineficaz em relação a seus objetivos. Seja como for, todas essas criticas são permeadas por certo tom de desdém, desqualificando o “feminismo de internet” como uma mobilização insignificante em comparação ao ativismo “real”, ou seja, aquele feito nas ruas, fora do mundo virtual.” (Lara, Rangel, Moura, Barioni, Malaquias, p.07, 2016).

As participantes do Coletivo Não me Kahlo, não se eximem das criticas que podem ser feitas ao feminismo denominado por elas de “feminismo on-line”, afirmando que: “de fato, as informações produzidas no meio virtual, em especial redes sociais, costumam ser menos aprofundadas. “Existe a justificação por parte destas que os textos precisam ser mais curtos, mais visuais, visto que “chamam mais atenção que longos textos escritos.” ((Lara, Rangel, Moura, Barioni, Malaquias, p. 13). Acho um ganho a nova forma de comunicação, de apresentação de ideias, advindas com a internet. Particularmente gosto da junção do texto escrito, com imagens, sons. Gosto deste arrebatamento imediato dos sentidos. É prático em dias onde precisamos acessar informações de forma quase instantânea. E esta forma não parece rivalizar com os longos textos escritos, visto que livros seguem sendo publicados, como mostrei rapidamente acima.

O Coletivo explica que alguém que navega na internet não pararia para ler um texto feminista de vinte páginas, ocorre que este conteúdo poderá ser acessado através de vídeos, imagens, o que invariavelmente leva a um contato com o movimento feminista, e aqui ousou dizer que de forma lúdica, leve. É inegável que tais movimentos inspiram mulheres e mais mulheres, o Vamos Juntas, nos fez pensar por qual motivo a despeito de todo medo sentido por nós mulheres, ao andarmos nas ruas, não nos juntamos de forma física e fazemos

companhia umas as outras em trajetos que nos ofereçam risco? O Coletivo Não me kahlo por sua vez com a *hashtag* Meu amigo secreto, fez com que milhares de mulheres tivessem coragem de expor os assédios sofridos, desde muito jovens.

Em todos os movimentos e ações presentes, em especial no Brasil, nas redes sociais, parece existir um apelo a sororidade. Algumas das feministas moçambicanas aqui apresentadas curtem estes movimentos em suas páginas pessoais. Estas também possuem representação através de páginas de seus movimentos, quer em sites, quer em grupos no Facebook. Prova que nossa aldeia é cada vez maior mais unida. Menos distante. Mais relevante, em universo virtual e fora dele, não aceito quando afirmam que o universo fora da internet é o real de fato, existe concretude e a tão decantada realidade também no cyberspaço. Pergunto-me até em que medida, este não seria um espelho do dito “mundo real”.

É preciso atentar e reafirmar que tanto as epistemologias feministas quanto as metodologias feministas, podem ser caracterizadas como lugares onde se repensa o “conhecimento”, colocando-o sempre em posição de revisão, afinal quem o define? Quem dita o conhecimento? Ou o que deve ser considerado enquanto tal? O feminismo acredita em pluralidades, ele próprio é plural, plural em métodos, olhares, ações, formas de entender o mesmo.

Urge apresentar o legado das epistemologias feministas, que segundo Rodrigues “são responsáveis por algumas das principais críticas epistemológicas nas mais recentes décadas, em particular no sentido da crítica e desconstrução do referido carácter androcêntrico e genderizado da ciência.” (RODRIGUES, 2015, p. 27).

Dona Haraway, inspirou-me a reconhecer as relações de interdependência, e de poder, que se estabelecem entre “sujeito” e “objeto” em nosso processo de pesquisa. Impossível não abordar sua luta pelo fim do apreço tão somente a objetividade, ela valora também a subjetividade. O que não a faz rejeitar a objetividade:

“Assim, como muitas outras feministas, quero argumentar a favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver”. (HARAWAY, 1995, p. 24).

Haraway fez-me pensar ainda nas questões atreladas a proposta de conhecimentos situados. Algo de extrema importância para nós visto que entende a ciência como algo situado, localizado e não de modo universal, como muitos ainda propõe. Sou muito empática a ideia do conhecimento como algo fragmentado, não afeito a essencializações. Para além disso, sua visão acerca do feminismo me parece muito acertada:

As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm. (IDEM, p.15, 1995).

Narvaz e Koller, a despeito de tudo que o feminismo enfrentou mesmo as resistências institucionais, ele ocupa a academia, a pesquisa e também a clínica. As autoras não deixam esquecer ainda assim que: ”no entanto, as produções feministas ainda têm um estatuto científico marginal, o que é evidenciado pela dificuldade de sua institucionalização”. (NARVAZ & KOLLER, 2006, p. 652).

As questões levantadas no decorrer do trabalho, são fortemente calcadas nas visões das pesquisadas, deste modo, mesmo o suporte teórico será, em alguma medida, regido por estas, tentando ainda assim empreender a difícil tarefa de distanciamento, posicionamento crítico. Para entendê-las, empreendi leituras das feministas indicadas e as quais ia percebendo que encabeçavam suas listas de prioridade. Assim a partir das indicações e percepções, a nigeriana Amina Mama, Isabel Casimiro e outras feministas atuantes em Moçambique, reforçam nosso suporte teórico. Casimiro afirmará que:

“não existe apenas um conjunto de métodos ou técnicas, nem sequer uma mais vasta categoria de tipos de métodos, que possam ser considerados especificamente feministas; - as feministas devem utilizar cada um e todos os meios ao seu alcance e conhecidos para investigar a situação das mulheres numa sociedade sexista”. (CASIMIRO, 1999).

Não falaremos da mulher africana, nem de feministas moçambicanas de modo genérico. O fio condutor do trabalho segue a partir dos relatos partilhados por feministas

moçambicanas atreladas ao Fórum Mulher e também pertencentes ao Movfemme³. Enquanto pesquisa feminista, não poderíamos nos privar de ser uma investigação para as mulheres, que servisse para estas.

Aqui nos encontramos com uma desconstrução em andamento trazida pela pesquisa, pelas indagações do orientador, pela indicação de leitura da teórica Oyeronke Oyewumi, que nos desestabilizou com a seguinte colocação: “Pesquisadores feministas usam o gênero como o modelo explicativo para explicar subordinação e opressão das mulheres no mundo todo”. De uma só vez, eles assumem tanto a categoria "mulher" e sua subordinação como universais” (OYEWUMI, 1997,p.03) Não fica claro de quem ela fala, ao citar as “pesquisadoras feministas”, julgo que do feminismo branco ocidental, visto que as mulheres negras possuem em sua pauta a pergunta sempre presente, de que mulher se fala, haja vista que nós mulheres negras, possuímos uma demanda diferente das feministas brancas.

Oyeronke Oyewumi me faz refletir ainda, em que medida preciso repensar o apego ao conceito de gênero, a universalização deste. Confidencio mais uma vez que este conceito é precioso, e parto dele em grande medida, sem perder de vista que ele pode não ser a bússola para outras pesquisadoras, em seus trabalhos com e sobre mulheres.

Aqui eis um dos grandes lamentos deste trabalho, não foi possível conhecer a realidade do Fórum Mulher e do Movfemme, de suas participantes no palco onde as situações eram vivenciadas. O intuito do trabalho é estreitar os laços entre os movimentos feministas, dos dois países. Muito pode ser partilhado, podemos aprender muito umas com as outras. Na elaboração desta dissertação, também recorro a uma metodologia que teve por base uma análise documental de livros e artigos, a maioria colhidos no mundo virtual.

Sem a partilha muitas vezes de textos com outras pesquisadoras, e mesmo as entrevistadas, mais particularmente Isabel Casimiro que forneceu-nos inúmeros textos, pude afirmar que a pesquisa não iria tão longe. Minha relação enquanto pesquisadora, junto aos sujeitos pesquisados, foi construída de modo qualitativo, priorizando a construção de diálogos, a valoração e entendimento das opiniões e consequentemente a, revisão de nossos olhares para estas, quase que incessantemente. Isto em grande medida pautado em Maria Dias ao afirmar que: “Na epistemologia feminista sujeito e objeto estão diluídos um no outro”. (DIAS, 1994, p. 373).

³ Movimento das Jovens Feministas de Moçambique.

1.2 Histórias de vida

A metodologia que permeou o trabalho está fortemente ligada aos métodos qualitativos. Não optei pela biografia, visto que a despeito do apreço por variadas fontes, não existe aqui o foco exclusivo na relação entre a pesquisadora e as pesquisadas. O método história de vida por sua vez, carregado de suas preocupações com o elo entre o pesquisador e o pesquisado pareceu-nos o mais interessante para o que pretendíamos e mais ainda, como Spindola (2003) sinaliza: “O método de História de Vida ressalta o momento histórico vivido pelo sujeito”. (SPINDOLA, 2003, p. 121).

Irmanadas naquilo que SILVA e BARROS (2007) denominam de “saber em participação”, e por considerar vantajoso para meu trabalho visto que valora as experiências subjetivas de nossos sujeitos ou sujeitas, vi no método história de vida o suporte ideal.

A história de vida pode ser considerada desta forma, instrumento privilegiado para análise e interpretação, na medida em que incorpora experiências subjetivas mescladas a contextos sociais. Trabalhei com a estória ou o relato de vida, ou seja, a história contada por quem a vivenciou. Este método não perde em importância científica, afinal como Barros bem assinala: “O método de História de Vida é um método científico com toda força, validade e credibilidade de qualquer outro método, sobretudo porque revela que por mais individual que seja uma história, ela é sempre, ainda, coletiva, mostrando também o quão genérica é a trajetória do ser humano.” (BARROS, 2007, ps. 33-34).

No relato de vida o que interessa ao pesquisador é o ponto de vista do sujeito. O que não é tão simples, Foucault sinaliza que “Há dois significados para palavra sujeito: sujeito ao outro através do controle e da dependência, e ligado à própria identidade através de uma consciência ou do autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e sujeita.” (FOUCAULT, 2010, p. 278).

O objetivo desse tipo de estudo é justamente apreender e compreender a vida e o ativismo das feministas pesquisadas, conforme eles são relatados e interpretados pelas próprias atrizes. Assim, o método de história ou relato de vida “tem como consequência tirar o pesquisador de seu pedestal de ‘dono do saber’ e ouvir o que o sujeito tem a dizer sobre ele mesmo: “o que ele acredita que seja importante sobre sua vida”“. (SPINDOLA, SANTOS, p121, 2003).

Quanto à relação entre o sujeito pesquisador e sujeito pesquisado, diríamos que houve paridade, tensões em alguns momentos, e o pouco tempo disponível para a maturação de relações mais sólidas. Casimiro em seu recorte sobre a história do feminismo endossa que:

“Um das técnicas utilizadas pelas feministas a partir dos anos 70, foi a história de vida, considerada um momento importante para as mulheres falarem das suas vidas, em que desaparece a relação sujeito que investiga e o objeto que é investigado, para uma relação social entre dois sujeitos numa aprendizagem mútua, que possa conduzir também à emancipação.” (CASIMIRO, 2004, p. 53).

Não fui fiel ao método história de vida, flertei com outros como “trajetória de vida”, “narrativa de vida”, métodos que a despeito de apresentarem diferentes ênfases, ainda são vistos por muitos como sinônimos. Gosto por exemplo, da forma como Ida Machado, define narrativa de vida, ao afirmar que: “De modo geral, a narrativa de vida ocorre quando um entrevistador solicita a uma pessoa que lhe conte sua vida ou parte desta ou exponha seus sentimentos pessoais sobre um determinado assunto, por ela vivenciado.” (MACHADO, 2015, p. 04). Nada se aproxima mais do que procurei fazer em todo o período da pesquisa, do que esta solicitação de que suas histórias e impressões fossem compartilhadas.

Um dos críticos ao método história de vida, Bourdieu, enfatiza que: “A história de vida é uma dessas noções do senso comum que entraram como contrabando no universo científico.” Para ele:

“Tentar compreender uma vida como uma série de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente é a de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. Não podemos compreender uma trajetória sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis”. (BOURDIEU, 2006).

Não encaro a vida das entrevistadas de forma linear, ou mesmo a vida como um prosseguimento reto, sem meandros. Entendo desta forma que as críticas de Bourdieu possuem seu lugar, o que não desmerece a relevância do método história de vida. Não desejei empreender biografias, traçar suas vidas do nascimento, até onde a pesquisa se encontrava. Meu único e maior interesse era saber como elas percebiam e vivenciavam o feminismo em seu país. Como era ser feminista em Moçambique, era a pergunta que me assolava durante a toda a pesquisa. Agora neste momento de escrita, acredito que está pergunta era o eco de minhas próprias inquietações enquanto negra e feminista, em um contexto de ascensão do conservadorismo em meu país, e da crescente rejeição ao feminismo.

1.2.1 As participantes da pesquisa.

Constituem-se onze participantes com as quais mantemos contato via e-mail e com algumas via Skype. São elas, Maria Salomé, Percina Meque, Marilu João, Maira Solange Hari Domingos, Nzira Deus, Unaity, Rosalina Nhachote, Shaista de Araújo, Yolanda Adolfo Siteo, Mwema Nicoleta Uaciquete, Valuarda Monjane.

Elas são plurais, não se encaixam na imagem da mulher africana que muitos ainda insistem em propagar: roupas coloridas, sempre envoltas em capulanas. Primeiro engano, esse formato pronto, de mulher única, um tipo ideal é tão fantasioso, quanto qualquer purismo.

Vimos, a partir destas, microcosmo do ser mulher em um país africano, possuidor de inúmeras associações de mulheres. Estas em questão, feministas, jovens, ligadas ao mundo.

1.2.2 Entrevista

Não me ative ao conceito de entrevista proposto por Lakatos, ao definir entrevista como uma “conversação face a”, de maneira metódica, que proporciona ao entrevistador verbalmente a informação necessária. Apesar de algumas conversas presenciais com a Isabel Casimiro, as entrevistas foram efetuadas via e-mails, através do Skype, não gravamos as conversas via Skype, assim como as conversas com Isabel Casimiro em Recife e em outra oportunidade em Cachoeira, optei por fazer anotações após os encontros. Os roteiros feitos para estas entrevistas logo se dissolviam, visto que os assuntos mudavam repentinamente. Perdi via e-mail por certo as piscadelas, as expressões corporais ante cada pergunta, entendo

também que ganhei uma sensibilidade maior na pesquisa. Passei a “fazer leituras”, das perguntas que são evitadas, das pausas ante cada questionário. Ganhei, de toda forma, respostas pensadas, articuladas, que se privadas do frescor da conversação, trarão ainda passagens destas vidas guardadas, pensamentos mais elaborados. Impossível esquecer que essas respostas possuem intenções delimitam as imagens que se querem perpetuar, e não seríamos assim em todos os momentos de nossas vidas? Sempre a escolhermos quais imagens ou mensagens desejamos firmar?

Para uma série de questões nestas entrevistas, a primeira e que é mais cara para mim, é que não sou porta-vozes destas mulheres, não estou concedendo “voz”, não sou legitimadora de fala alguma. Não lido com mulheres que seguem silenciadas ou inconscientes das opressões que lhes rodeiam. As pesquisadas e aqui entrevistadas são mulheres que lutam por uma causa, a causa da mulher em Moçambique. Mulheres que exercem seu direito de fala, em passeatas, redes sociais, militância concreta e organizada.

Meu intuito ante a pesquisa e mediante as entrevistas é de tornar sua causa conhecida por outras pesquisadoras brasileiras, para repensarmos em alguma medida nossas próprias pautas e ações de militância feminista. Importa frisar também que não buscamos uma verdade derradeira, uma resposta definitiva para as questões aqui colocadas. Entendo que minha proposta metodológica tira do pesquisador a função ou qualidade de protagonista, direcionando este lugar para relação construída entre pesquisadas e pesquisadora.

Não poderia, a essa altura, ser ingênua a ponto de não creditar que enquanto pesquisadores também sou observada. Clifford citando Favret-Saada, nos mostra que “Não há nenhuma posição neutra no campo do poder dos posicionamentos discursivos, numa cambiante matriz de relacionamentos de eus e vocês” (CLIFFORD, 2008, p. 42).

Nossas entrevistas não se constituíram momentos de intimidade entre entrevistadora e entrevistadas, devido a distância geográfica, foram feitas via e-mail. O que muitos alardeiam sobre a construção de empatia por meio destas (as presenciais) teve que ser ressignificado em nossa empreitada. Outra sensibilidade, como já afirmei em outra oportunidade, foi gestada, as percepções e leituras do outro (das outras) foram gestadas a partir das demoras ou não nos envios das respostas, na prontidão ou não com que as questões suscitadas eram respondidas.

Devo rememorar que o momento em que estas aconteciam era de extrema efervescência da luta pela causa feminista em Moçambique, em especial por conta da feminista espanhola Eva Moreno, que foi deportada de Moçambique de forma abrupta, por ter participado numa manifestação em protesto contra a obrigatoriedade da utilização de fardas

pelas alunas das escolas primárias e secundárias de saias cujo comprimento deveria ultrapassar os joelhos. Tratei de forma mais aprofundada desta questão no terceiro capítulo.

Vislumbrando entrevistas como formas de conversação, e altamente interativas, creio que logramos êxito em alguma medida aqui, visto que em muitas oportunidades a troca de e-mails em tempo real, em nada deixou-nos distantes de muitas conversas presenciais, se perdemos as piscadelas nestas, ganhamos o quase anonimato da tela.

De forma geral diria que, inspirados em Gaskell, nossas entrevistas seguiram princípios qualitativos, firmadas naquilo que ele denomina de conversação denominada, que é menos estruturada, ainda que não nos adequemos no sugerido longo período de tempo para as entrevistas. As entrevistas ocorreram em um relativo curto período de tempo

Algo que preciso ressaltar é a singularidade de cada entrevistada, a variedade de percepções do que venha a ser o feminismo para estas, a variedade de profissões, atuações na causa feminista. Não pude, nem quis rotulá-las, também elas não permitiriam. Rótulo só de feministas, e este ostentado com muito orgulho e propriedade por estas.

1.2.3 Entrevistas não padronizadas

Para Mendes:

“As entrevistas não padronizadas, por sua vez, são menos estruturadas e, no ambiente online, podem ser feitas com indivíduos por e-mails ou chats, em conversas em tempo real. Dividem-se em semi-estruturadas (que são relativamente formalizadas e se parecem mais com “conversas” entre participantes iguais) e não estruturadas (que enfatizam as experiências subjetivas do indivíduo)”. (MENDES, 2009).

Denominei as entrevistas de não padronizadas visto que elas seguem definitivamente essa conceituação proposta por Mendes, é lógico que as primeiras entrevistas foram introdutórias, com perguntas previamente selecionadas, e em alguma medida em todo processo, já que possuímos nossas questões, nossas dúvidas, a narrativas que desejávamos apresentar.

Um fato curioso é o de que lidei pouco com a tarefa das transcrições, salvo a entrevista com Eva Anadón Moreno, toda ela mediada pelo WhatsApp. Acredito que os encontros

posteriores às falas dos entrevistados, ainda que na ausência destes, seja de grande valor. Foi-nos enriquecedor o fato das entrevistas serem escritas visto que nos facilitou a análise.

Apresentou-se como grande desafio nestas entrevistas, o deixar que também as entrevistadas conduzissem as entrevistas, foi-nos exigido dessa forma sensibilidade para atentarmos aos assuntos que também mereceriam nossa atenção.

O objetivo desse tipo de estudo é justamente apreender e compreender a vida e o ativismo das feministas pesquisadas, conforme eles são relatados e interpretados pelas próprias atrizes. Assim, o método de história ou relato de vida “tem como consequência tirar o pesquisador de seu pedestal de “dono do saber” e ouvir o que o sujeito tem a dizer sobre ele mesmo: ‘o que ele acredita que seja importante sobre sua vida’”.

Quanto à relação entre o sujeito pesquisador e sujeito pesquisado, diríamos que houve paridade, tensões em alguns momentos, e o pouco tempo disponível para a maturação de relações mais sólidas. Casimiro em seu recorte sobre a história do feminismo endossa que:

“Um das técnicas utilizadas pelas feministas a partir dos anos 70, foi a história de vida, considerada um momento importante para as mulheres falarem das suas vidas, em que desaparece a relação sujeito que investiga e o objeto que é investigado, para uma relação social entre dois sujeitos numa aprendizagem mútua, que possa conduzir também à emancipação.” (CASIMIRO, 2004, p. 53).

2. FEMINISMOS AFRICANOS.

“... as mulheres africanas lutam, com sucesso, contra a imagem que lhes é imposta de serem mudas, de não terem a voz com que se possam auto definir, de dar o nome à sua luta e ao seu cotidiano”. (TELEGA-SOARES).

Feminismos, eis meu primeiro posicionamento. Entendo o feminismo enquanto movimento plural que, ao colocar-se contra toda e qualquer forma de subordinação feminina, mostra-se a favor das transformações das relações de gênero, propondo que elas sejam igualitárias, permeadas de respeito mútuo.

De início, é importante frisar que mulheres não são, de modo algum, um bloco único e coeso em solo africano, assim como não o são em lugar algum. Não cabe neste trabalho estereotipia alguma do “ser mulher”, afinal, somos uma construção inacabada, assim como todas as outras. Achille Mbembe bem nos adverte disso ao deixar claro que: “tentativas de definir a identidade africana de forma simples e clara têm ao longo do tempo geralmente falhado”. (MBEMBE, 2001, p. 198).

É errôneo imaginar que estas mesmas mulheres sofram passivamente, elas empreenderam ao longo de suas histórias nos mais diversos contextos, resistências próprias, vem lutando e galgando vitórias, período após período, irmanadas com o provérbio deste continente que diz que as muitas teias juntas amarram um leão. Tecedoras de conquistas, fiadeiras de sonhos, leas em suas pautas. Fazendo uso ainda dos provérbios, lembro que elas não precisam rugir para serem temidas⁴.

Gosto da definição de feminismo proposta por Ifi Amadiume ao declarar que “o feminismo é a Consciência política pelas mulheres que leva a um sentimento forte de autoconsciência, auto solidariedade feminina e, por conseguinte, a questionar e a desafiar as desigualdades de gênero nas instituições sociais”. (AMADIUME, 1987, tradução minha).

Farei uso do entendimento de que o feminismo é uma das ferramentas que as africanas utilizam em sua luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Como não poderia deixar de ser, é provavelmente da nigeriana Amina Mama, uma das melhores definições de feminismo, ela diz: “O feminismo nos desafia em muitos níveis, é como uma política de intelectuais que também enfrentam muitos desafios. É um chamado para a liberdade, em uma época em que existe menos “liberdade.” (MAMA, 2010, p.01, tradução minha).

Mama segue traçando e reafirmando os séculos de opressão, exploração, marginalização. Alertando-nos sobre a quantidade de coisas que ainda precisamos desconstruir, sobre como o patriarcado é danoso. O feminismo seria ainda “um paradigma libertador”, relativamente recente nas academias africanas.

Outra autora africana que julgamos relevante para as discussões a respeito do feminismo africano e toda sua complexidade é Ifi Amadiume, principalmente por suas críticas aos autores que apresentam narrativas universais de gênero.

Para Amadiume, não é possível avançar nos estudos sobre Movimentos de Mulheres Africanas, e os debates em torno do feminismo em África, sem compreender que estes historicamente estão centrados em alguns pilares, primeiro que eles surgem de movimentos

⁴ Provérbio africano que diz: “Um leão não precisa rugir para ser temido”. Provérbio guardado na memória, dito por conhecidos e atribuído a cultura africana.

internos. Segundo, possuem forte veio anticolonial. Terceiro, estão atrelados aos movimentos de libertação nacional que em, alguma medida, ampliam os espaços das mulheres nas sociedades africanas, sem com isso não romper em definitivo com os encarceradores papéis de mães, esposas, filhas, submissas.

Destes pilares emergem o movimento de mulheres Africanas e o movimento feminista em África, que representam uma mistura de correntes feministas, todas propondo lutar de diversas formas, pela emancipação da mulher nas suas sociedades. Importante frisar que, para Amadiume, a participação das mulheres em vários tipos de movimentos tem a ver com os momentos históricos, com as características diferenciadas dos países, dos grupos étnicos, das classes, do estatuto da idade, da religião.

Oyeronke entende que “Uma das principais diferenças entre o feminismo ocidental e o feminismo africano baseia-se no fato de que a noção de feminilidade não significa exatamente a mesma coisa para as sociedades ocidentais e africanas”. (OYERONKE, 1997) Um insight que julgamos primordial é o de que a categoria “mulher” não pode ser considerada como uma categoria separada do seu contexto.

Para Oyeronke Oyewumi a questão paira no fato de que o modo de interpretação ocidental, dentre outras coisas no que se refere ao trato com a corporeidade, não pode ser tomado como verdade absoluta por outras culturas. Gênero para ela seria um conceito que deveria ser analisado historicamente também, e não só a partir do momento presente.

A ideia de gênero para ela não pode ser pensada de forma universal, visto que muito dos conceitos de gênero são pensados a partir de famílias nucleares. Na sociedade pesquisada por ela não existia a concepção de gênero como pilar da ordem na sociedade Yorùbá, este princípio aporta entre eles após a colonização.

Parece-me que não resta dúvida que a grande contribuição de Oyeronke Oyewumi, paira no fato de fazer com que possamos pensar em que medida os feminismos que chegaram ao continente africano, não foram impositivos e reducionistas.

Pensando na mulher como algo não fixo, que não se encerra em papéis sociais, parecemos impossível não abordar “Couro Imperial” de McClintock, tal qual muitas das feministas africanas aqui apresentadas neste seu trabalho, percebem as questões referentes às mulheres estando inseridas não apenas no universo do gênero, mas também de classe e raça:

“Quero desafiar a primazia do falo no âmbito do fetichismo e abrir as teorias freudiana e laciana do fetichismo a uma história mais complexa

e variada em que a classe e a raça desempenham um papel tão formador quanto o gênero. A principal contradição que anima o fetichismo de Cullwick.” (MCCLINTOCK, 2003, p. 16).

A personagem feminina em “Couro imperial” em nada se parece à representação do que se espera do “ser mulher”. Cullwick, a faxineira de varias casas que se encontra em um relacionamento secreto com um de seus patrões, este solteiro, bem posto na sociedade londrina, iniciam uma longa relação, onde a mesma encarnará vários papéis, vários personagens, subvertendo ainda a ideia de corpo delicado, frágil corpo feminino. Numa era onde ainda era exigido que as mulheres se casassem, tivessem seus filhos e empregados para cuidar de suas casas, Cullwick opta por não ter filhos, casar-se só depois de um longo tempo e, ainda assim, não assumir o casamento, continuar morando só e a trabalhar em casas de famílias.

Couro Imperial ao fazer pensar e repensar as relações de poder, me levou a questionar este nosso permanente hábito de nos percebermos tão somente como vítimas, tirando de nós mesmas nosso protagonismo e antagonismo, nossas ambiguidades e contradições. Nossas encenações e estratégias junto às relações de gênero.

No que segue, quero questionar uma tendência feminista a ver as mulheres como vítimas não ambíguas, tendência essa que iguala atuação e contexto, corpo e situação, anulando assim a possibilidade de recusa estratégica. Desse ponto de vista, Cullwick seria reduzida a uma serviçal vitimizada, exibida como representação da degradação feminina e do domínio masculino. Se ela não foi uma vítima não ambígua, porém, ela também não foi uma heroína não ambígua da revolta feminina. Suas circunstâncias eram constantemente duras e a colocavam em desvantagem; e, no entanto, dentro delas, ela se dedicou a uma permanente negociação de poder, pondo em questão as verdades binárias de dominação e resistência, vítima e opressor. Que fazer da atuação e dos desejos de Cullwick nesses curiosos rituais? (IDEM, 2003, p. 20).

O feminismo e sua proposta de igualdade, de humanidade equivalente, é um grande ganho para todo e qualquer lugar, onde exista uma situação de opressão. O movimento passa um refinamento gradual, uma desconstrução e reconstrução dentro do próprio movimento, visto que o mesmo não poderia continuar branco, de classe média, letrado e fechado em si mesmo. Feminismos, pluralidades, demandas muitas vezes contrárias, nisto reside, um de seus fatores mais enriquecedores. Quando as mulheres brancas do movimento decidem ganhar as ruas, sair do lar, do espaço privado, elas se utilizam de mulheres que já haviam iniciado este processo,

antes delas. São as mulheres negras mais especificamente que irão cuidar dos lares destas, são elas que continuarão em sua maioria nos espaços privados.

Para alguns, como Bamisile (2013) mostrara, pensadores como Acholonu entendem que o feminismo ocidental seria tão danoso quanto ervas daninha. Suas ideias, para estes autores, minariam os valores africanos, chegando ao ponto de afirmar que aqueles que se declarassem feministas, não poderiam ser verdadeiramente africanos, isto pelo fato de entenderem que o feminismo evidenciaria claramente colonização mental. Uma ideia alienígena alheia às construções tecidas em solo africano.

Com o advento do feminismo negro, pergunta-se onde e como este feminismo branco nos contempla, quando enfim nossas demandas serão ouvidas?! Inquieta-me desta forma e por inúmeras outras razões a ideia de que o feminismo constitui-se um bloco só, por mais que por costume ainda se use muito a palavra no singular, o conceito, o movimento deve ser pensado pluralmente. É injusto quando algumas autoras se referem a algo tão diverso e plural, como algo sem nuances. O feminismo como algo engessado, não dá conta do que o feminismo é e propõe.

O feminismo precisa ser pensado a partir das realidades dos lugares onde se insere, dialogando com as culturas, ideias, servindo como suporte crítico e de desconstrução do que é colocado como natural, aceitável. Nisto reside seu viés revolucionário, no entender que estas construções, atendem aos interesses da manutenção do patriarcado. Entendo ainda assim que o movimento que a despeito das revisões e críticas a serem feitas, possui muito a ofertar, a todo espaço onde a opressão, principalmente a de gênero ocorra.

Bamisile entende que é primordial para o entendimento das discussões sobre o feminismo em África, a percepção de que o feminismo carrega em seu bojo a resistência das mulheres contra o patriarcado e, como tal, ele é fundamental também na África. De forma humanizada coloca suas questões, pensando a partir de Chimamanda Adichie: “Mas as afirmações que mais marcam os encontros que vou tendo em palestras são do seguinte teor: “as mulheres africanas não precisam do feminismo ou a mulher africana não precisa ser libertada”. (BAMISILE, p.02 2013) E embora eu por vezes possa achar divertidas estas afirmações e comentários, eles permitem-me entender porque é que é tão difícil para os africanos e para as mulheres africanas em particular, associarem-se àquilo que nos propõe o discurso feminista.

É estranha a afirmação de que muitas mulheres africanas acreditam que o feminismo, não é algo relevante para as mesmas. Pergunto-me: como um movimento que advoga em defesa das mulheres, um movimento de mulheres, pensado e articulado por mulheres. Não

seria relevante. Movimento que não é perfeito, nem sempre contempla todas, e ainda assim mesmo com suas questões a serem repensadas, entende que todas as mulheres deveriam ser tratadas e vistas como seres humanos, relevantes como seus pares masculinos. Fica a martelar em minha mente, o quão engenhoso e profundamente arraigado em nós, é o patriarcado e seu bojo de ideias e sentires que oprimem.

A questão presente nesta fuga do conceito do feminismo dito ocidental justificaria a criação de tantos novos conceitos ou novas formulações para o feminismo, agora pautado na exclusiva afirmação do movimento de mulheres negras africanas em oposição (ou outra margem) ao feminismo euro-americano, feminismo este passível de crítica para estas, visto possuir uma visão simplista do gênero, binário e que tornaria a mulher menor. Está é uma crítica que de fato precisa ser pensada e revista pelo feminismo dito “ocidental”, designação que mais uma vez reafirmamos não dá conta da dimensão do feminismo. Que feminismo ocidental seria esse? O radical de muitas feministas do Canadá, o feminismo negro em seu berço nos Estados Unidos? O feminismo latino americano? Dentre a miríade de feminismos existentes, qual deles encarnaria as ideias deste feminismo tão passível de críticas por muitos?

Para Bamisile:

“... nem as correntes euro-americanas nem as africanas possuem plena aceitação em toda África, assim: por esta razão, seria mais apropriado falar-se de feminismo africano, independentemente das nuances de cada um destes conceitos, uma vez que todos eles se opõem ativamente à existência das estruturas sociais que promovem a discriminação e a opressão das mulheres, com base em preconceitos de gênero”. (BAMISILE, 2013).

Acredito que o feminismo onde quer que aporte, é adaptado e revisitado pelas locais, ele é ressignificado, reapropriado. Onde quer que ele chegue novas contribuições e novas maneiras de encara-lo e fazê-lo são incorporadas. Deste modo, se sua crítica apontar para a imposição de determinados feminismos junto as feministas africanas, a ideia de alguns, de que ainda não se existe um feminismo africano e sim ecos de feminismos advindos de outros lugares no mundo. Sou de acordo que o feminismo não possui consenso em solo africano. Ele não possui tal benesse na maioria dos locais onde é percebido. Seu caráter libertário, de promoção do repensar as bases familiares, comunitárias, políticas e até religiosas, soa como algo indigesto e de pouca aceitação, mesmo para aquelas que estão padecendo sobe o julgo de uma serie de misoginias, sexismo e mesmo feminicídio.

Eu acredito que exista um feminismo africano, em construção como o nosso forte e em plena expansão.

2.1 Pensando na década da mulher

O Feminismo africano moderno foi solidificado com a Década da Mulher, criada pela ONU. Desde então, o movimento tem se espalhado nas esferas políticas, legislativa, educacionais e culturais, e tem lutado pela redução da pobreza, prevenção da violência, direitos reprodutivos e combate aos estereótipos racistas. Almira Rodrigues entende que: “Esta iniciativa significou o reconhecimento de que as mulheres vivenciavam situações de desigualdades e de discriminações e os Governos de todo mundo assumiram o compromisso de adotar medidas visando mudar essa situação”. (RODRIGUES, 2004, p. 01).

A década da Mulher (1975 a 1985) foi instaurada no Congresso Mundial na cidade do México em 1975. Entre os seus principais motivos estava o de celebrar o Ano Internacional da Mulher, proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1975. Sua principal intenção foi à disseminação de conceitos como igualdade, desenvolvimento e paz, e a consequente efetivação dessa pauta, em caráter de urgência. Para, além disso, Souza, atenta para o fato de que:

Foi nessa época que muitas militantes feministas se reuniram em vários espaços e formularam propostas referente aos Direitos Humanos, buscando incluir questões específicas para as mulheres. Foi nessa época que a ONU realizou muitas conferências, entre elas a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em Viena (1993) e a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo (1994). As mulheres organizadas participaram desses debates, o que resultou em alguns avanços, como a redação que consta no artigo 18 da Conferência de Viena, que diz “os direitos humanos das mulheres e das meninas são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais”. É importante lembrar que na Conferência referida foi enfatizada a igualdade de gênero e a proteção aos direitos humanos das mulheres e meninas. (SOUZA,2009, p. 04).

A gênese deste evento estaria na ainda gritante situação das mulheres em diversas partes do mundo. Tabak (1985) entende que uma primeira explicação está contida nas centenas de pesquisas, levantamentos, estudos, realizados a partir da década de 1950, em

numerosos países-membros da ONU e cujos resultados revelaram que em fins do século XX, milhões de mulheres encontravam-se ainda em uma situação deplorável.

Essas mulheres integravam a maior parcela dos analfabetos, continuavam a serem vítimas de várias formas de discriminação - pelo simples fato de serem mulheres - e de uma violência sexual que atingia a limites máximos, pela violação, tortura e assassinato. O acesso ao mercado de trabalho, a uma melhor qualificação profissional, a criação de instituições sociais capazes de aliviar a dupla jornada a que são submetidas às mulheres, estavam ainda muito longe de ter atingido um nível que pudesse ser considerado satisfatório.

A desigualdade ainda pairava na existência de um número considerável de mulheres, o abismo entre homens e mulheres, salarialmente, e em todas as esferas das vidas públicas e privadas, era gritante. Leis profundamente sexistas e mesmo o status de mulher casada, que restringia mais ainda a liberdade destas mulheres, foram motivos sólidos para a criação do Congresso.

Era necessário àquela altura pensar em desenvolvimento nacional, paralelo a participação das mulheres no desenrolar de dias melhores, também para estas. O congresso ansiava também chamar atenção para a situação das mulheres

É provável que um dos maiores feitos da Década da Mulher esteja no fato de que a partir dele, o olhar para as questões relativas à mulher ficaram em evidência, de forma insistente, articulada e prolongada, afinal, foram dez anos onde a temática foi privilegiada em alguma medida. As metas almejadas não foram alcançadas na proporção estabelecida pelo congresso trinta anos depois da década da mulher. Pensando nas atividades empreendidas no continente africano, visto ser este nosso interesse maior, traremos outros eventos que julgamos relevantes.

2.2 O Fórum Feminista Africano

O Fórum Africano Feminista (AFF), ocorrido em Accra, no Gana, no ano de 2006, foi emblemático para a causa feminista em solo africano, dentre os muitos motivos visto que pela primeira vez na história, mais de cem feministas africanas estavam reunidas. Com uma pauta extensa, foi discutido segundo Wanzeki (2007), assuntos variados, desde o passado colonial até os financiamentos internacionais, questões de ordem econômica, os movimentos pró-democracia.

Para Wanzeki:

“objetivo não era para ser representativo, embora tenham sido feitos esforços para assegurar a diversidade entre os participantes no que diz respeito, idade, língua, orientação sexual e outros. O objetivo era, em vez de reunir os ativistas mais influentes, interessantes e pensadores das mulheres africanas, reunir-se com os conhecidos por auto identificarem-se como feministas. Desta forma, a AFF esperava para catalisar um núcleo de feministas africanos, ir fundo na teoria e organização sólida, e só então construir em vez de desviar as energias logo no início”. (WANZEKI, 2007, p. 01, tradução minha).

O grande objetivo para Wanzezi estará na autodefinição e reafirmação de suas posições de feministas africanas, reafirmando seus valores e responsabilidades tanto no âmbito individual quanto institucional. Neste caso, estaria no bojo da preocupação deste evento o despertar para o estudo e reflexão mesmo de temas espinhosos. O evento gestou uma carta que afirmava:

“Nós definimos publicamente como feministas, porque nós comemoramos nossas identidades feministas e políticas”. Nós reconhecemos que o trabalho de lutar pelos direitos das mulheres é profundamente política e o processo de nomear nós mesmas é política também. Escolhemos nomear feministas nos coloca em uma posição ideológica clara.

Nomeando-nos feministas, politizamos a luta pelos direitos das mulheres, que questionam a legitimidade das estruturas que mantêm as mulheres subjugadas, e desenvolvemos ferramentas para análise e ação transformadora.

“Nós temos identidades múltiplas e variadas como feministas africanas...” (IDEM, 2007, tradução minha).

Para além da carta aberta foi elaborado um documento onde o entendimento destas acerca do feminismo e do patriarcado, foi apresentado. O patriarcado seria: “um sistema de autoridade masculina que legitima a opressão das mulheres através de instituições políticas, sociais, econômicas, jurídicas, culturais, religiosas e militares. O acesso dos homens e o controle os recursos e recompensas dentro das esferas públicas e privadas derivadas da ideologia da dominação masculina.” O patriarcado não agiria sozinho para estas, ele estaria ancorado em pilares como classe, raça, relações étnicas, religiosas e globais-imperiais. Para serem vencidos outros sistemas de opressão também deveriam ser extintos. O feminismo deveria ter então no seu seio a tarefa de posicionar-se na luta contra o patriarcado.

A aposta na diversidade do movimento feminista africano é outro trunfo deste evento. Reconhece-se a pluralidade do passado em comum de colonização, escravidão e luta,

deixando claro que os contextos foram diferentes. Lança-se luz ao fato da contribuição das feministas africanas nas lutas por libertação, na inegável ajuda destas nas construções dos novos estados africanos. Um dado relevante é que para estas, as mudanças e os acontecimentos históricos criariam novas identidades. Reconhece-se que o que se vive na atualidade é também fruto das lutas do movimento de mulheres africanas nos últimos quarenta anos.

Aqui surge um ponto interessante trazido pelo Fórum Feminista Africano, elas se reconhecem enquanto pertencentes ao movimento feminista mundial, reafirma-se os laços de solidariedade e a independência destes, o direito de teorizar sobre sua própria experiência, legado das que vieram antes e todas as suas contribuições ao feminismo.

Outro ponto que julgo notável no Fórum Feminista africano diz respeito à valoração da liderança feminista, presente no entendimento de que é preciso existir mulheres na liderança. Mulheres comprometidas com trabalho ético, multi-geracional, onde as jovens feministas também ocupem seus espaços. Pensando neste aspecto, o aspecto da multiplicidade de opiniões, idades e até mesmo países, de onde estas feministas veem, veremos algumas de suas ideias acerca do feminismo africano.

Espera-se das mulheres que estejam sempre prontas a servir, ao nível do agregado familiar, da comunidade e da nação. As nossas habilidades e capacidades de cuidar, o fato de construirmos as nossas identidades à volta desta habilidade de sustentar e manter a vida pode-se transformar numa armadilha, na medida em que exime os homens das suas responsabilidades para com a sociedade. Por outro lado, este estereótipo da mulher, tem sido utilizado pelas agências doadoras internacionais e pelos governos do continente, com os seus programas de ajustamento estrutural, pois recria, e reproduz a imagem da mulher como uma grande mãe que 'apara os choques' desses programas.

Daí a necessidade sentida, sobretudo, pelos movimentos feministas críticos, de questionar a cultura, os processos de invenção e reinvenção da cultura, ao longo do tempo, como tradição, como um privilégio dos homens, como algo que é sagrado e intocável. Importa ter em mente que os políticos e aqueles que regem as leis, estão imersos na cultura patriarcal que os privilegia. Não julgo estranho, desta forma, que os mesmos taxem o feminismo de um movimento antifamília e anti cultura africana.

2.3 Sobre os balanços dos movimentos feministas em África

A globalização feminista e também as organizações indígenas, segundo Casimiro (1999) foram de fundamental importância para movimentos de mulheres em África. A partir deste período passa-se a dar mais atenção a questões como subjetividade e individualidade. Iniciasse também a necessidade.

Para não ser otimista demais, Casimiro (1999) diz:

“Todavia, os saldos não podem ser triunfalistas: - a maioria das mulheres continua a estar numa situação de desvantagem ao nível do emprego, educação, saúde, acesso à justiça, representação política e participação nos espaços de decisão de maior importância; os níveis de violência exercida contra a mulher, quase que universalmente, estão cada vez mais presentes e são aceites como parte da realidade natural Africana; - o impacto dos programas de ajustamento estrutural levam a que muitos dos avanços alcançados pelas mulheres e movimentos sociais, na década de 70, enfrentem redefinições radicais em termos de modelos de país, de Estado, de sociedade, de acordos e normas de regime político e de políticas sociais; - a reestruturação económica tem vindo a ser acompanhada de transições democráticas, em que certas formas de carácter liberal convivem com o carácter autoritário de instituições herdadas de etapas anteriores.” (CASIMIRO, 1999).

Casimiro (1999) apresenta bem estas questões ao afirmar que não se entendia o que as mulheres tinham para dizer de relevante para o desenvolvimento. Durante os embates anticoloniais, o que tinham a dizer não foi levado em conta efetivamente, assim como no período pós-independência também não o foi. Para Casimiro até os anos 1990, mulheres continuavam marginalizadas, distantes da formação do conhecimento e não valoradas em suas experiências práticas.

Os movimentos de mulheres, também a partir de Casimiro, entendem que é preciso chamar atenção para o fortalecimento das redes nacionais, regionais e internacionais. É preciso ainda fortalecer os grupos que lidam com os direitos humanos das mulheres, mortalidade materna, a questão da escravidão sexual, da violência doméstica. Alerta-se, ainda, para o fato de ser necessário pensar em propostas e soluções que atendam as diferentes demandas das mulheres moçambicanas.

2.4. Feministas africanas e seus teares de contribuições:

2.4.1 Ifi Amadiume

Amadiume, socióloga nigeriana considera uma arrogância e um abuso etnocêntrico das feministas Ocidentais a generalização da opressão a todas as mulheres, em todas as épocas históricas, especialmente as africanas, partindo dos seus conhecimentos sobre o continente africano. Concordo com seu posicionamento, também entendo que os sistemas de conhecimento dominantes (o ocidente como um todo) precisam ser concebidos em seu pertencimento específico, em sua singularidade. Não pode pairar ainda hoje em nossas cabeças a ideia de que exista um olhar global ou fala que seja significativa para todas as realidades.

Em relação ao movimento interno de mulheres, Amadiume, argumenta que existe força e vitalidade neste. As mulheres africanas ofertaram para a história global de modo único, o matriarcado, algo no qual para ela, se basearia toda estrutura do parentesco africano. Relacionado ao matriarcado estaria à configuração caráter *dual-sex* (sexo-dual) dos sistemas políticos. Adésínà coloca brilhantemente a questão do matriarcado.

“.....”..para Amadiume, matriarcado refere-se ao exercício do poder pelas mulheres dentro de suas sociedades. Em outras palavras, matrifocalidade não é simplesmente sobre “direitos maternos” ou de uma sociedade ou família ser “mãecêntrica”, em vez disso Amadiume mostra como ela reflete os domínios do legítimo exercício do poder pelas mulheres, que transcende a esfera da domesticidade para a arena “pública” do governo e para o poder jurídico que as mulheres exercem na comunidade. Como mencionado anteriormente, mesmo quando o casamento leva longe de seu lugar de nascimento, as filhas da patrilinearidade (o *okpu umu*) continuam a exercer poder político e jurídico forte dentro da linhagem. Nas mulheres os níveis políticos do poder na aldeia é exercício político direto através do Conselho das Mulheres. As *Ekwe* “mulheres intituladas” têm poder de veto no conjunto da vila sendo este deliberativo (Amadiume 1997:85). O consenso focado no processo de tomada de decisão pública também fez desconsiderar a voz das mulheres como quase impossível. O sistema político matriarcal, como Amadiume (1997:85) mostra, existe “em relação dialética e estrutural com o *umunna* baseado no sistema patriarcal, tanto quanto no diálogo com o outro”. (ADÉSÍNÀ, 2010, p. 06).

Para Amadiume, existem diferentes visões de gênero, os próprios africanos, pensando a partir da etnia igbo, visualizam as questões sobre gênero a partir de suas realidades. Os igbo viveriam em um sistema sexo/gênero diferente do Ocidental.

Na África, a dimensão construída sobre gênero, não se prende ao biológico, antes se estrutura em seu sistema cultural de representação e comportamento como também ao papel social ativo desempenhado pelo indivíduo. Nesse sentido, destaca-se a flexibilidade das relações de gênero, observada, por exemplo, na possibilidade de uma mulher se tornar “esposa” de outra mulher. A flexibilidade na construção do gênero se reflete também na língua e na cultura.

As mulheres igbo são reconhecidas por sua militância. É fato que entre os africanos as mulheres empreenderam uma revolta contra o poderio colonial em 1929 e foram classificadas pelo governo britânico como rebeldes. Entretanto, a rebeldia feminina acabou por ser solapada quando os ideais britânicos religiosos, ao serem impostos, conseguiram minar essa mobilidade entre gêneros, o que, conseqüentemente, diminuiu a influência da mulher naquela sociedade.

Amadiume propõe que, durante o período colonial, a mulher permanecia atrelada ao controle da economia de subsistência, que era o pilar dos igbos, a despeito disso a terra não lhes pertencia. O homem não praticava agricultura, não sabia manusear o inhame, cultivá-lo, cozê-lo. O que não lhes retirava o poder investido pelo patriarcado. A autora deixa claro que, a despeito disso as mulheres possuíam direitos que lhes garantiam a tomada de decisões num cenário desfavorável, como última possibilidade de posicionar-se existia a possibilidade de recusa ao sexo e ao ato de cozinhar. Importante frisar que, como os homens não podiam cozinhar, a configuração política destes atos de abstenção eram significativos.

Ainda que não participassem diretamente das decisões políticas que pudessem afetar a comunidade como um todo, as mulheres tinham total controle de suas vidas, graças às organizações femininas, que lhes davam voz e garantiam seu agenciamento. Entre essas organizações, Ezeigbo cita as Umuada (Organização de Filhas Patrilineares) e as Alutaradi (Organização de Viúvas Patrilineares).

Amadiume nos mostra como a influência europeia foi caótica para estas mulheres, visto que as religiões cristãs associavam maternidade à ideia de sacrifício, o cristianismo reforça a partir da bíblia a subordinação feminina, principalmente quando utiliza o Antigo Testamento. A ideia disseminada de que os homens são a cabeça de um corpo imaginário, cabendo a estes a liderança e as mulheres o restante do corpo, cabia a estas obedecer.

Entendendo a noção de gênero, como algo tecido no seio do discurso feminista ocidental, não existia na África antes da imposição colonial de uma compreensão dicotômica da diferença sexual. Amadiume entende que as divisões sobre gênero em sua opinião, aportam em África a partir da colonização, foram decisivas para as novas configurações da situação da

mulher nas sociedades africanas, visto que o espaço ocupado tradicionalmente pelas mulheres foi alterado. Se o envolvimento destas nas questões de desenvolvimento foi diminuído, elas agora padecem através da marginalização, da falta de poder em esferas econômicas e políticas.

Uma questão muito interessante trazida por Amadiume é a de que o colonialismo trouxe consigo retrocesso para a experiência de vida da mulher africana. A exploração das mulheres na produção social e econômica foi uma das inúmeras barreiras que precisaram ser vencidas, através do direito ao acesso a educação, tecnologia e crédito.

Para Amadiume as mulheres devem partilhar o poder, em todas as esferas. Suas atividades econômicas tradicionais devem voltar a ser valorizadas, principalmente no que tange o desenvolvimento econômico, ou em suas palavras elas também devem sentar a mesa da paz.

2.4.2 Oyeronke Oyewumi

Nigeriana, grande expoente do feminismo africano, acredito que um de seus maiores méritos resida no fato de privilegiar a perspectiva do olhar Africano, olhar este ainda pouco visitado pela academia, salvo algumas exceções.

Diferente de Amadiume, que centra seus estudos nas sociedades igbos, Oyeronke Oyewumi, dedica-se ao yorubás. Urge deixar claro que a mesma repudia a lógica do determinismo biológico, ou a sempre presente tendência de delegar papéis sociais e categorias anatômicas a mulheres e homens.

Para ela o conceito de gênero não fazia parte das sociedades yorubás, não era um princípio organizador. Não se associava o masculino e o feminino a características corpóreas, mesmo as categorias ‘Okùnrin’ e ‘Obinrin’, que se traduzidas remeteriam a ideia de masculino e feminino, ‘não estão relacionados, endossando privilégios ou inferioridade social. A questão estaria muito mais no fator social, uma mulher que fosse a filha mais velha, por exemplo, poderia assumir o papel social de um homem. Ou nas palavras de Adésínà:

“Simplificando, gênero não era um princípio organizador na sociedade Iorubá antes da colonização pelo Ocidente. Pelo contrário, o princípio fundamental da organização social foi a geração definida pela idade relativa (1997: 31). Na língua Iorubá não existem definições de gênero como as categorias

‘masculino’ ou ‘feminino’, não se traduzem facilmente uma vez que há poucas definições linguísticas que associam tais categorias socialmente construídas com a parte anatômica de masculinidade ou feminilidade (1997: 33). ‘Okùnrin and Obìnrin’ (as noções de inglês macho e fêmea, respectivamente) "não se referem às categorias de gênero que conotam privilégios sociais e desvantagens ... [;] eles não expressam dismorfismo sexual". (ADÉSÍNÀ, 2010, p. 06).

Tal como nos dados de Amadiume, Oyewumi encontrou também uma matrifocalidade marcante e uma situação de estatuto de senioridade baseado em relações consanguíneas, por oposição a diferenciações biológicas. O princípio da maternidade informa o quadro ideológico da ordem e relações sociais a ponto de serem atribuídos poderes sagrado e míticos à condição da mulher enquanto educadora dos filhos. A rede de parentesco baseia-se em princípios idênticos aos dos que compartilham o mesmo ventre; o parentesco uterino definido à volta da maternidade.

A organização da linhagem de descendência feminina implica os mesmos direitos e influências no seu seio, independentemente das diferenças anatômicas. Contudo, e em contraste com os dados de Amadiume, a informação de Oyewumi está longe de sugerir uma estrita divisão sexual do trabalho. O desempenho de ritos ou o sacerdócio não são exclusivos do sexo masculino; os funcionários das atividades sacerdotais podem ser masculinos ou femininos. Uma diferença fundamental está na ausência da instituição ‘esposo feminino’. O sistema de herança sugere que as crianças do sexo feminino não aparecem em desvantagem em relação aos seus irmãos masculinos. Fora da esfera doméstica, as atividades econômicas das mulheres refletem os mesmos princípios de independência e autonomia.

Mesmo sem sugerir a ausência de ‘patriarcado’, os dados de Oyewumi desafiam a nossa concepção de ‘domínio masculino’ e a eficácia de tal ideia à luz de uma ruptura evidente do princípio segundo o qual o biológico é igual ao social. Amadiume (1987) salienta repetidamente, no contexto Nnobi, as interações dialéticas entre as instituições patriarcais e matriarcais enquanto opostos binários.

O que os trabalhos de Amadiume e Oyewumi comprovam não se limita ao fornecimento de dados para uma teorização a partir do Norte – exercício que Hountondji (1997) apelidou de ‘extraversão’ – mas incluem uma mudança epistêmica na nossa compreensão sobre a ideia global de gênero, uma vez que elas encararam os seus espaços de investigação com suficiente seriedade, para com eles poderem dialogar sem uma injustificada inquietação sobre o que ‘o mundo tem a dizer’ sobre estes mesmos estudos. Ao encararem com seriedade os dados etnográficos dos seus locais, e ao fazê-lo nos próprios termos destes,

elas produziram trabalhos que alteraram fundamentalmente a nossa compreensão sobre gênero e relações de gênero.

Entretanto é preciso atentar para o fato de que as questões que ela coloca nos fazem repensar o feminismo. Colocar o feminismo como movimento que pode e deve ser questionado é por certo um grande feito. É acima de tudo grande auxílio ao mesmo.

A África tornou-se um recipiente de ideias ocidentais que não se adequam à realidade africana. Cremos que Pinho nos oferece resposta sobre a questão da aproximação de perspectiva entre Oyeronke e a FRELIMO, quando enfim entendemos que ambos percebem o feminismo ocidental como um movimento que não abarca ou dá conta da realidade africana.

“... o feminismo foi “excomungado” pela FRELIMO no discurso que marcou a fundação da Organização de Mulheres de Moçambique(OMM) em 1973, qualificado como um movimento burguês , sem ligação com a vida real e com o cotidiano dos moçambicanos e das moçambicanas.” (PINHO, 2009, p.7-8).

Oyeronke, em sua análise mostra a natureza paradoxal de dois pressupostos fundamentais da teoria feminista: que o gênero é construído socialmente e que a subordinação das mulheres é universal. O que por certo não atende mais as demandas do feminismo atual, permanecendo tal característica, muito mais fortemente na primeira fase do movimento.

Um relato histórico e epistemológico meticuloso de uma cultura africana em seus próprios termos evoca argumento convincente para uma interpretação cultural, dependente do contexto da realidade social. É necessária uma nova concepção do discurso de gênero e as categorias em que tal estudo se baseia.

2.5 FEMINISMO MOÇAMBICANO

2.5.1 Sobre teorias de gênero

“Gênero como uma categoria analítica, foi e continua a ser o resultado duma interrogação feminista no sentido de esclarecer a subalternidade e subordinação das mulheres no mundo. Trata-se duma procura que caminhou e que continua a caminhar no sentido de interrogações. Não pretendem as suas criadoras feministas o esclarecimento contemplativo por si acerca da discriminação de mulheres. Moveu-as e move-as o desejo de alterar as

relações desiguais entre mulheres e homens, no âmbito de construções identitárias que marcam a discriminação entre os seres humanos baseada num poder hierárquico característico do mundo em que vivemos com o propósito de o transformar”. (CASIMIRO, 2005, p. 07).

É provável que a definição mais conhecida de gênero, seja a proposta por Joan Scott ao afirmar que este seja: “toda e qualquer construção social, simbólica, culturalmente relativa, da masculinidade e da feminilidade. Ele define-se em oposição ao sexo, que se refere à identidade biológica dos indivíduos” (SCOTT, 1990, p. 5).

Parece-me claro que o modo como às relações de gênero são processadas, ainda é fortemente marcado pela aparente manutenção da autoridade do homem sobre a mulher, numa ciranda onde o poder das decisões e responsabilidades delegadas ao sexo masculino, evidência uma disparidade entre os gêneros. Acredito que Scott nos alavanque para além do pensamento limitador presente no binarismo de homem/mulher, masculino/feminino, ela inspira pensar as questões atreladas a gênero, também a partir da linguagem, das instituições, das simbologias. Entendo, ainda assim que a questão não é tão simples, afinal como Costa⁵ bem propõe:

“Todavia, por vezes, encontramos abordagens que se centram no binarismo homem dominante em contraposição à mulher dominada, esquema este que com o passar do tempo apresenta limites para explicar a complexidade social que as relações de gênero estão imersas.” (COSTA, p. 223).

Existe uma miríade de grandes teóricas analisando e dissecando o conceito de gênero, muitas se tornaram referência. Apresento agora a conceituação de gênero daquelas que estão construindo e desconstruindo e conceito em Moçambique.

Casimiro e Andrade entendem “Gênero como categoria analítica, foi e continua a ser o resultado duma interrogação feminista no sentido de esclarecer a subalternidade e subalternização das mulheres no mundo.” (CASIMIRO E ANDRADE, 2005, p. 07). Interrogação esta que segundo as autoras, impele-as a desejar mudanças e buscar por transformações.

Conceição Osório e Teresa Cruz e Silva: “O conceito de género baseia-se, de uma forma geral, na aceção de que as nossas sociedades são fundadas num modelo patriarcal que

⁵ O texto não possui data.

constrói e conforma homens e mulheres a desempenharem papéis específicos.” (OSÓRIO & SILVA, 2008, p. 61). Papéis específicos, pautados no patriarcado, no que se espera de homens e mulheres, quanto as suas ações, posturas, sentimentos. O que me faz recordar de imediato, uma frase usada por Conceição Osório em seu livro “Gênero e Democracia. As eleições de 2009 em Moçambique”, quando ela brilhantemente cita uma frase de Rosiska Darcy de Oliveira:

“Direitos humanos para as mulheres significam bem mais que o combate às violências mais explícitas e truculentas. Direitos humanos para as mulheres significam o combate à violência sutil, diluída no quotidiano, sob os disfarces de uma suposta cultura arcaica”. (OSÓRIO, 2013).

Segundo Casimiro e Andrade (1992), umas grandes questões existentes nos assuntos que dizem respeito às relações de gênero ainda estão presentes no engessamento existente e na estereotipação do masculino e do feminino, o que, para elas, sinaliza claramente práticas que associam o masculino à dominação e o feminino à submissão.

Não vem de hoje, nem da década de noventa, período em que é escrito, o despertar articulado institucionalmente das questões de gênero em Moçambique. As investigações sobre a mulher em Moçambique, no que concerne aos estudos de gênero, ganham corpo a partir da década de 1980, sendo fundamental neste período a contribuição do Centro de Estudos Africanos. Importa dizer de imediato que o conceito de gênero é entendido como “a construção social da diferença entre homens e mulheres, negando a tradução causal das diferenças anatômicas em naturezas sociais, segundo elas”.

Para Licas, gênero ainda é colocado como algo exclusivamente atrelado às mulheres ou ainda algo carregado do dualismo sexual – homem e mulher, masculino feminino. Pensando ainda a partir de Licas, uma frase sua sobre gênero, considero de extrema importância:

Gênero é uma temática deveras discutida em Moçambique, sobretudo em teses de estudantes universitários. É uma temática também propagandeada pelas ONGs e organizações feministas que estão implantadas em Moçambique. A categoria gênero é amiudada vezes evocadas, também pelos governos, particularmente o de Moçambique. Mas a categoria carrega consigo mitologias e preconceitos que dificilmente nos *desmamamos* deles. Eis a razão do presente debate. (LICAS, 2010, p. 05).

Uma análise de gênero feita por Conceição Osório (2004) bem pontua o discurso masculino predominante quando o artigo é publicado: a certeza de que o poder, sua representação e exercício constituem-se como atos inatos ao homem. Na política, à mulher caberia o papel de mobilização e tolerância. Os partidos de oposição, por exemplo, incluem mulheres em suas fileiras, desde que estejam cientes que suas atuações serão tidas como complementares e estarão sujeitas às orientações dos partidos. Enquanto as mulheres “diferentes” são postas de lado, as que debatem são tomadas como “agressivas”, no sentido de possuir a capacidade “ir até o fim”, segundo a autora.

Uma questão a ser posta é que, mesmo a segunda tendência, que fala em discurso de igualdade, colocando a questão das desigualdades de gênero no plano da educação, da necessidade do ingresso de um número maior de mulheres nas redes de ensino, não discute o modelo cultural, o que faz com que sigam defendendo, a despeito do discurso de igualdade, o ideal de complementaridade feminina. Dessa forma, o exercício do poder das mulheres se daria por meio do cuidado com os outros, algo tratado como essencialmente feminino. Diante desse discurso, não se valoriza a diferença, não se atenta para as reais experiências femininas, ao contrário, subalternizam-nas mais uma vez e, dessa forma, perde-se muito em conquistas políticas. Fundamentalmente, se nega a igualdade, como Maria Jose Arthur discute (2002).

Uma publicação da Wlsa de 2006, chamada “Reconstruindo vidas: estratégias de mulheres sobreviventes de violência doméstica”, organizado por Maria José Arthur e Margarita Mejia, possui um insight, o de mostrar o rosto das que resistem, suas estratégias, e aqui não a partir da tentadora proposta de falar por elas, antes apresentando os relatos crus, em sua íntegra, sem recortes.

A intenção das mesmas, de trazer à baila mulheres que estivessem à margem, com suas vidas tidas por muitos como ordinárias, faz-me pensar também até que ponto as pesquisas de gênero, não seguem em alguma medida selecionando sempre os espectros de mulheres, mais fáceis de lidar, ou de se construir textos sobre. Em que medida não gargalhamos sempre com opostos? Ora a mulher que encarne o ideal de aceitação de tudo que lhe é imposto, a feminilidade, passividade, maternidade, sexualidade cativa aos desígnios do outro, refém da heteronormatividade, ou em outro extremo das que rompem com o instituído. Posso estar errada, encontro poucos escritos e estudos, destas mulheres que não se encaixam em espectros fixos, maniqueístas e em alguma medida simplistas.

Na verdade, pensando em Moçambique, a primeira vez que entrei em contato com um universo de mulheres controversas, fora da padronagem imposta e ainda assim presas a esta, foi ante o mais conhecido romance da escritora moçambicana Paulina Chiziane “Niketche:

uma história de poligamia”. Isto advindo de uma escritora que não se considera feminista. Só depois de iniciada a imersão na pesquisa, textos e mais textos de feministas moçambicanas foram imergindo, trazendo a tona miríades de experiências como as experiências evocadas no livro “Reconstruindo Vidas”. Um destes que não me recordo à autora, nem o título, deixou gravado em mim o dado de que a pobreza em Moçambique era algo que se encontrava para além da falta de recursos financeiros, uma mulher rica e sem filhos e família, seria considerada pobre para muitos. Algo tão poético e perturbador quanto a constatação de Carolina Maria de Jesus em quarto de despejo, ao afirmar que a fome era amarela.

Pausa para afirmar que a experiência feminista da escrita livre, da colocação de nossa subjetividade no papel, para além do ganho inicial do medo do colocar-se, do esconder-se atrás do que outros falaram, pensou, e nunca o que construímos é um fato libertador. Quando estiver tratando do feminismo em Moçambique, de forma mais específica perceberão a partir de alguns textos de autoras moçambicanas, como esta exposição de si, de suas histórias de vidas é algo relevante.

Retornando para a compreensão da amplitude da estrutura da desigualdade de gênero, faz-se necessário tomar conhecimento que, ao mesmo tempo em que defende a luta por igualdade na esfera política, civil e pública, a FRELIMO segue provendo os moldes tradicionais de família, onde a hierarquia vigente impõe posições subalternas à mulher.

Pinho apresenta-nos novos lampejos para serem pensados ou ao menos revistos, quando nos coloca diante das palavras de Samora:

“A grande acuidade de Samora em correlacionar, ainda nos anos 1970, a emancipação da mulher à emancipação nacional produziu em Moçambique uma situação na qual, em certa medida, grandes passos foram tomados na superação das desigualdades de gênero. Entretanto, a compreensão sobre o que seria a emancipação feminina, e qual sua conexão com a emancipação pós-colonial, deve ser cuidadosamente considerada. Samora pergunta-se retoricamente, e com seu vigor habitual, por que deveríamos preocuparmo-nos com a emancipação da mulher, e nesse momento certamente dirigia-se à audiência masculina, que resistiria à ideia de igualdade entre os gêneros. “Como triunfar a revolução sem libertar a mulher? “Como fazer então a revolução sem mobilizar a mulher?”. (PINHO, 2012, p.65).

Em resposta a este questionamento, o que se conclui é que os discursos da FRELIMO não se concretizaram nas suas realizações e práticas, haja vista a pauta ainda atual da busca pelos direitos humanos das mulheres em Moçambique. O que se constitui um fato

interessante, e que demandaria grande oferta de tempo para o estudo da temática. De forma breve, diria que a questão da mulher é fartamente expressa nos livros impressos pela FRELIMO⁶. Em “A libertação da Mulher”, uma coletânea de artigos que se debruçam sobre a necessidade de emancipação das mulheres, livro que, curiosamente⁷, na apresentação de sua segunda edição, é iniciado com uma ode ao feminismo, e em seguida nos apresenta Samora Machel afirmando que: “A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição de seu triunfo”. (MACHEL, 1979, p. 18).

Fala-se muito da mulher, elogiam-se seus méritos durante a luta por libertação, focando-se sempre em seu lado maternal, acolhedor, quase nunca no fato de também terem pegado em armas, de muitas terem lutado ombro a ombro com seus pares do sexo masculino. A mulher segue como a igual, na constituição, e perversamente desigual e por vezes até inferior no recôndito dos lares, dos melhores empregos. Particularidade esta que não assola tão somente a Moçambique.

2.5.2. Feminismo moçambicano: algumas questões.

Visto como movimento subversivo, o movimento feminista abole pensares pré-estabelecidos (especialmente os que diminuem as mulheres), ofertando-as visibilidade, o direito e a possibilidade de contar suas histórias, fazendo com que outros estejam ao menos conscientes dela. Creio que provavelmente o maior trunfo do feminismo seja o fato de repensar novos moldes para sociedade.

Pensando na formação das consciências, a escrita de textos leves, diretos, como os postados no Boletim Outras Vozes, paira em muitos escritos uma docilidade inconfundível. Presente em textos como: “Quando éramos meninas novas”, de Valuarda Monjane, onde a mesma descreve muitas questões a evidenciarem a gritante desigualdade que já nos cerca desde a mais tenra idade, chama-nos atenção especialmente sua percepção de que: “O mais importante para as feministas é que nos consciencializemos de que a nossa luta hoje para que

⁶Como aponta Isabel Casimiro em entrevista: o termo Frelimo sofre modificações em sua caracterização escrita e sentido. “FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique, criada em 1962. Em 1977, no III Congresso da FRELIMO, já depois da independência, torna-se Partido Frelimo, que existe até hoje. Então falar de FRELIMO ou Frelimo é diferente, ainda que seja a mesma formação política.

⁷Curiosamente, visto que em Moçambique como veremos mais adiante, o Feminismo encontra ainda hoje grande rejeição.

as mulheres ganhem mais espaço na sociedade passa não é pela conscientização dos homens, mas, principalmente, pela conscientização de outras” (MONJANE, 2006).

Facio (2006) bem aponta “a partir do feminismo vê-se outro”. Ainda se percebe a obrigação de se questionar o direito, quando o mesmo é capcioso ao afirmar que homens e mulheres são iguais, mas que a questão ou o problema residiria no fato “das mulheres não possuírem capacidade jurídica e de representação”.

Desse modo, a autora propõe o combate ao que é defendido pelo Direito em seu país, deixando claro que as mulheres não ocupam esses espaços por serem excluídas desses ambientes, ainda vistos como tipicamente masculinos. Tal forma de pensar se configura como o maior entrave para a vivência de igualdade de direitos entre homens e mulheres. A crítica feminista ao Direito, reconhecendo que o direito é um discurso de poder, entende que urge a concessão de poderes às mulheres, calcado no que é assegurado por lei.

O feminismo em Moçambique não luta tão somente contra a má utilização do Direito, e aqui entra nosso despertar de entendimento para o motivo da constante negação de qualquer traço de coadunação com o feminismo nas obras de Paulina Chiziane⁸. Por mais passível de espanto que possa ser em nossos dias, as mulheres do Movimento Feminista em Moçambique ainda se percebem acuadas, em certa medida, pela imagem engendrada no imaginário popular (contando com amplo apoio dos que ainda defendem o ideal de superioridade masculina), de que ser feminista é ser pejorativamente “radical”, é possuir um traço de malignidade. (FACIO, 2006, p.09)

Perguntamos então como seria possível tanta rejeição ao feminismo, num país onde o partido político principal alardeia que a mulher deve ser emancipada, livre de grilhões de obscurantismos, sejam eles quais forem à reconstrução das relações de produção.

Arthur (2005), em “As Boas Meninas e as Feministas” bem nos mostra que as feministas são demonizadas, vistas como a outra face do machismo, como se elas desejassem implantar o reino da supremacia feminina. Tão enraizado é tal pensamento, que mesmo as mulheres que defendem a igualdade chegam a afirmar que defendem essa ou aquela ideia, mas se apressam em deixar claro que não são feministas. Maria José Arthur bem defende que não é possível ser feminista e ainda ser “bem vista” em seu país. Ao se optar pelo feminismo, se abraça também os escárnios, insultos, e a certeza de que a igualdade, para ser plena, exige muito de quem a defende.

⁸ Renomada escritora moçambicana, figura interessante cujas personagens femininas apresentam sempre micro rebeliões, algumas com posturas que soam como feministas. Paulina Chiziane é constantemente indagada em suas entrevistas se é feminista. Até o momento não se assumiu enquanto tal, antes afirma que seu texto é escrito sobre mulheres, um texto sobre o feminino.

PINHO (2015) nos brinda com esta centelha: “O processo” iniciado sob os portugueses de legislar e regular, a mulher, seu corpo, sua sexualidade e as relações de parentesco, contra ou em relação aos modos “tradicionais” e suas práticas e crenças, “usos e costumes”, permanecem e são ampliados sob o regime socialista e revolucionário da FRELIMO, ainda contra as modalidades culturais “primitivas” ou “retrógradas”, como se observa na campanha contra o “lobolo”, a poligamia, o levirato, etc. Ambas as etapas da “estatização” do corpo da mulher, colonial e pós-colonial, representam assim a coabitação da invenção do Estado e de determinada modernização da sociedade, através do corpo da mulher e de sua invenção como sujeito/assujeitado, legível por meio do aparato jurídico”. (PINHO, 2015, p. 54.). Assim entendemos como atualíssimo o enfoque desta pesquisa, o direito ao brado das mulheres moçambicanas, a liberdade de seus corpos, a não legislação do estado sobre estes, o não mais que homens sejam vistos como superiores às mulheres, pelo simples fato de serem homens.

As militantes pró-mulher em Moçambique não têm se esquivado de pensar as soluções para os problemas enfrentados pelas moçambicanas a partir das questões de gênero. Tenta-se solucionar, deste modo, desafios como os casamentos prematuros⁹, as violações¹⁰, a violência doméstica e uma série de outros infortúnios, por meio da conscientização, da necessidade de construção de equidade.

De forma articulada, elas entendem que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres não passam tão somente pela tutela do discurso patriarcal, machista e sexista. Passa também pela luta pelo empoderamento por meio da economia, educação e conscientização destas e dos homens.

É interessante lembrar que, assim como em muitos países da África Austral, o ato de reconhecer a cidadania das mulheres ainda é pensado por meio do “mérito”, naquilo que se denomina de “cidadania de mérito”, que seria aquela concedida às mulheres que tiveram participação na luta armada, portando-se a favor da causa anticolonial, para as quais se deveriam dar direitos, alguns direitos.

Artemísia Candé oferece-nos um painel interessante a partir de suas pesquisas na Guiné-Bissau que, por certo, servem de reflexão para países como Moçambique (colonizado por Portugal, tal qual a Guiné, Cabo Verde, Angola). Para ela, existiu grande contribuição das

⁹ Segundo uma publicação da WLSA Moçambique chamada “O casamento prematuro”, escrita por Conceição Osório e Josefina Tamele, tal ato seria: “a união forçada de adultos com crianças que pode realizar-se através de diversas formas.”

¹⁰ Um exemplo das muitas violações sofridas pode ser encontrado no livro “Buscando sentidos. Gênero e sexualidade entre jovens estudantes do ensino secundário, Moçambique”. Onde o assédio de professores de professores contra suas alunas é apresentado. Sendo este só um dos inúmeros exemplos.

mulheres africanas no movimento de libertação nacional. (CANDÉ, 2013, p. 201). Afirma ainda que: “as mulheres participaram ativamente na luta de libertação. As mulheres estavam na parte ativa da luta que envergonhava alguns homens.” (IDEM, 2013, p. 202).

Pensando no exemplo de Moçambique, PINHO nos oferece um painel interessante ao afirmar: “... A Frelimo entendia que não havia como vencer a guerra anticolonial se não conquistasse para suas fileiras ideológicas e militares também as mulheres, que não apenas serviria de apoio, o que ocorreu num primeiro momento, mas seriam também combatentes armadas e reprodutoras ideológicas dos princípios revolucionários e do “homem novo”. (PINHO, 2012, p.64)

Para Candé (2013) era e é inegável a força e a união das mulheres africanas, principalmente no processo de libertação nacional. Foram elas, em grande medida, que garantiram a maior mobilização e, conseqüentemente, libertação das pessoas em seus países. Firmados nisso não fica difícil entender o apreço de Cabral pelo potencial das mulheres, que concebia a experiência feminina de modo mais avançado que seus pares, ele entendia a relevância da presença das mulheres no seio familiar, percebendo a multiplicidades de tarefas que estas realizavam e reconhecendo que, ainda assim, sua participação política era limitada e diminuída. As mulheres estariam, para Cabral, afastadas das questões políticas, o que era visto como uma grande injustiça visto terem sido estas mesmas mulheres a lutarem lado a lado, e pelas mesmas causas daqueles a quem era concedido e resguardado o direito de exercer uma vida política.

Candé vai um pouco mais longe e, citando Vera Duarte, em seu estudo “Cabral, gênero e desenvolvimento:”, alerta para o fato de que Cabral criticava o jugo sobre a mulher africana. Afirmava, ainda assim, que cabia as mulheres entender que sua libertação, dependendo destas sua emancipação política. Cremos que o grande mérito de Cabral, no que diz respeito às mulheres, reside no fato de que o mesmo acreditava que as mulheres deviam se livrar de dois jugos: dos portugueses e dos homens.

2.5.3 Isabel Casimiro e suas contribuições para o feminismo Moçambicano

O meu envolvimento com a temática da mulher e das relações de género, remonta aos anos 80 quando, na Oficina de História do Centro de Estudos Africanos, o Professor Aquino de Bragança dinamizou o projecto de investigação ‘O Poder Popular nas antigas Zonas Libertadas da FRELIMO’ e onde, por sua sugestão, decidi trabalhar sobre a participação da mulher na Luta Armada, tema da minha tese de licenciatura defendida em 1986. (CASIMIRO, 2012, p. 01).

Casimiro dimensiona o feminismo para além do mero posicionamento no foco nas questões relativas à mulher. Diz que o feminismo amplia suas pautas, as torna mais subjetivas, íntimas:

O movimento feminista não se tem preocupado apenas com os problemas da mulher, desta ou daquela agência internacional de desenvolvimento, ou com os diversos inimigos. Ocupa-se das pessoas, nas suas relações humanas mais íntimas, nas relações socialmente construídas entre mulheres e homens que obtêm forma e são sancionadas por normas e valores defendidos pelos membros da respectiva sociedade. (Casimiro, 1999, p.11).

A imposição do regime colonial e a atividade missionária transformaram as estruturas familiares existentes, reduzindo a autonomia e a mobilidade dos grupos domésticos, transferindo o centro da atividade política - mais no sentido de aspecto analítico de ação do que como uma esfera empírica de atividade, a partir das trocas dentro e entre os grupos domésticos e a comunidade, para o distrito ou para o Estado.

Impuseram-se sistemas de autoridade tradicionais que rivalizavam com outras instituições para resolver os litígios. Nestas transformações, as mulheres acabaram por ser as mais afetadas, uma vez que as autoridades coloniais reconheciam apenas os homens como líderes, salvo raras exceções. Em algumas sociedades desapareceram os conselhos e as organizações que no período pré-colonial tinham a representação de mulheres para proteger os seus interesses (AMADIUME, 1997).

Jacimara Santana endossa isso ao também exemplificar:

O lobolo¹¹ tinha suas raízes na forma de organização das sociedades tradicionais, a partir das quais a família desempenhava um importante papel nas relações sociais e na produção econômica do coletivo, tendo como eixo principal a produção familiar. Assim, o casamento constituía uma instituição significativa porque era por ele que se garantia a produção agrícola e a geração da descendência. Nesse sentido, as mulheres cumpriam um papel central nessas sociedades, de facilitadoras da vida do homem. O matrimônio, portanto, representava um acordo realizado entre dois grupos familiares sob jurisdição do chefe de linhagem, mas a saída de uma das mulheres da família para o casamento exigia, da família do noivo, uma compensação que deveria ser paga à família da noiva, sendo essa quantia utilizada posteriormente para

¹¹ Osmundo Pinho em seu artigo “A ANTROPOLOGIA NA ÁFRICA E O LOBOLO NO SUL DE MOÇAMBIQUE”, citando Henri Junod, diz que “lobola significa, entre os Tonga, comprar em casamento”. Vale a pena a leitura de todo artigo para o entendimento do como a antropologia entendeu este fenômeno com o passar dos anos, e o modo como o mesmo se apresenta na atualidade.

o casamento de seu irmão. Junod explica que nessas sociedades o casamento não tinha um caráter individual, e por isso se constituía em uma aliança assumida entre as duas famílias, que, para reparar a perda de um dos seus membros, recebia uma compensação. (SANTANA, 2009, ps. 83-84).

Paradoxalmente e, também salvo raríssimas exceções, esta situação acabou por ser reproduzida na maior parte dos países africanos, depois das independências. Todavia, apesar da perda de representação política e das diversas transformações de ordem política, a participação das mulheres em diversos assuntos não cessou. A sua participação e poder de decisão são diversos e, de acordo com o seu estatuto, com a sua classe, idade, posição social, cor da pele, etnia, religião. Mulheres que não pertencem às elites, tanto em meio urbano como rural, organizam comunidades de ajuda mútua, para poupança de dinheiro, para apoiar nas tarefas da machamba¹², nas associações comerciais, sociedades de crédito, no sentido de promover os seus interesses mais imediatos - em atividades geradoras de rendimento, jardins infantis, educação dos filhos, nutrição e saúde, terra (CASIMIRO, 1999, p. 31-32).

As mulheres também atuaram no processo revolucionário de combate ao colonialismo. De modo radical a partir da década de 1960, fizeram frente à política colonial. Partiu delas o anseio de participar ativamente dos destacamentos militares. Casimiro afirma que, em 1962, um grupo delas pediu treino militar, a despeito do fato de o início formal destas atividades ter ocorrido em 1966 (de forma documentada). (IDEM, 2004, ps. 136-137).

Vários motivos podem ser elencados para a adesão. O primeiro, baseado no entendimento destas de que também precisariam proteger suas famílias e país, a ausência de homens, devido ao grande número de migração destes para as minas da África do Sul, fato de que em muitos povoados estas assumiam o comando de suas famílias.

Um ponto positivo para o ingresso destas na resistência anticolonial foi o início do processo que as transformariam enfim em cidadãs no sentido político e público. Negativo foi o fato de, em meio às lutas, terem sido vítimas dos mesmos preconceitos patriarcais, a ideia de que seriam complementares meras ajudadoras, reprodutoras e fornecedoras de prazeres sexuais para muitos.

2.5.4 A importância dos grupos de mulheres em Moçambique.

¹² Horta, roça, lugar de plantação.

Os movimentos sociais de mulheres e os movimentos feministas, são considerados em conjunto como movimentos pacifista e ecologista, poderosos movimentos federativos, movimento de mulheres está em processo de transformação em todo mundo, desde o seu surgimento no século passado e, mais que um movimento internacional, é um movimento transnacional, colocando problemas específicos, em cada país, e para diferentes grupos de mulheres, mas defendendo princípios universais e gerais. (ABEYSEKERA, 2003 apud CASIMIRO, 2015).

Julgo relevante iniciar este tópico com a apresentação do movimento de mulheres em Moçambique, pelo fato de entendermos que este segue atrelado ao feminismo moçambicano. Afinal, nada mais feminista que o apoio mútuo entre mulheres, a luta por uma causa. Devo ressaltar, ainda assim, que muitas associações de mulheres não se denominam feministas, algumas até distanciam-se deste movimento, o que pode estar atrelado aos estereótipos que vitimam o feminismo. Argumentam, entretanto, que estão inseridas nas lutas por direitos humanos e de gênero.

Em comum, os movimentos sociais de mulheres e o feminismo possuem a percepção de que a luta é coletiva. Irmanam-se ainda no fato de posicionarem-se contra as desigualdades ainda existentes entre homens e mulheres, propondo sempre novas ações, educativas e de protestos.

“Os movimentos de mulheres e feministas constituem uma diversidade de teorias e movimentos que criticam o preconceito masculino e a subordinação das mulheres, comprometem-se com a eliminação da desigualdade de gênero e têm uma perspectiva transformadora sobre qualquer assunto que diga respeito às mulheres e homens, desafiando o modo como às relações de gênero são socialmente construídas” (Casimiro, 2015:54). *No continente africano, o feminismo tem sido definido como um movimento político que procura transformar as relações de gênero que são opressivas para as mulheres e como a luta popular das mulheres pela libertação das várias formas de opressão a que estão sujeitas.* (Casimiro, 2015:54).

É notório que movimento algum emerge desconectado do mundo ao seu redor. No continente africano, mais especificamente, foi a partir da III Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, ocorrida no ano de 1985, em Nairóbi, Quênia, que os grupos de mulheres bradaram com mais intensidade, sendo então porta-vozes das suas próprias angústias e glórias. O período entre 1975 e 1985 ficou conhecido como a Década da Mudança, uma mudança que é percebida, que partirá das fileiras de mulheres, e não de representantes masculinos. Com a retomada da “voz” e o nascimento dos movimentos de mulheres, até a literatura passa a percebê-las, infelizmente, o retrato dessas mulheres segue engessado, não

refletindo a verdade sobre elas. São escritos que carregam a já ultrapassada ideia da mulher africana como mera vítima ou, quando muito, um complemento harmonioso do masculino, numa África idílica.

Quanto ao fundamento, um grupo de mulheres em Moçambique não destoa de nenhum outro, ele também carrega a marca da ação coletiva e, tal quais outros grupos, visa as tão decantadas mudanças sociais, sabendo que elas perpassam caminhos políticos e que, para tanto, a revisão das leis é necessidade de primeira instância. Dessa maneira, sendo as mulheres a parcela que mais sente o peso da discriminação, tanto a pautada na pobreza, quanto a que ainda padece sob o manto de outras desigualdades, são elas também que adentram mais intensamente nas fileiras dos movimentos sociais, aqui retratados como o conjunto de ações coletivas, pertencentes a grupos que se organizam e lutam.

Os movimentos sociais nos quais as mulheres estão inseridas são, de fato, as instituições que as representam, revelando as faces das mulheres oprimidas pela discriminação, mesmo que a Constituição proíba qualquer tipo de discriminação em relação ao gênero. A questão é: a Constituição não define o que vem a ser o tão decantado termo *discriminação* e, dessa maneira, o desrespeito à mulher segue intenso. A Constituição ainda não é plenamente posta em prática, visto que ainda paira a ideia da naturalização da subalternidade feminina. Enquanto a Constituição afirma que não deve existir distinção entre homens e mulheres, a vivência diz que igualdade permanece enquanto busca.

A Constituição estabelece claramente uma igualdade de sexo em todas as áreas da sociedade e proíbe qualquer discriminação legislativa, política, económica e social (Artigo 6, 67 e 69 da Constituição de Moçambique). Note-se, porém que a Constituição não define o termo discriminação”. (FIDH, 2007, p.7).

Deste modo, os grupos de mulheres almejam criar estratégias que forneçam poder às moçambicanas, além de fazer a sociedade como um todo ter atenção com o que se passa com elas. O Movimento de mulheres em Moçambique cresce atrelado à indignação contra as desigualdades sociais, as relações ainda desiguais se perpetuam a partir da diferenciação entre homens e mulheres. Valuarda Monjane nos coloca diante do quadro dessas relações em solo moçambicano, quando afirma de maneira poética que:

Por mais inteligentes que sejamos ainda somos preteridas pelos nossos pais para irmos à escola, para a carta de condução, na entrada para a Universidade, no curso de Inglês. Se o dinheiro só chega para um, claro que se sabe que o rapaz terá privilégios por melhor preparada que a menina esteja. Para muitos pais, tudo aquilo que saia do âmbito doméstico constitui perda de tempo e um desvio da verdadeira vocação das raparigas. (MONJANE, 2006, p.01)

Não fica difícil entender, nesse contexto, por que a experiência concreta de justiça e igualdade é o que representa a democracia de fato para as mulheres. Assim, diante dessa realidade, mediante as organizações de mulheres no país, existe uma mobilização para combater mais concretamente a violência doméstica, desde 1996. Através do programa “Todos Contra a Violência”, a Kulaya, a Muleide, a Associação das Mulheres Moçambicanas de Carreira Jurídica, a OMM, o Fórum Mulher e tantas outras organizações, contribuíram com seus esforços para visibilizar tal problema e para fazer dele um tema de interesse de pesquisa e de intervenção. Assim, existe um esforço para que ocorra uma maior sensibilização dos profissionais envolvidos nessas questões como policiais, psicólogos, e toda e qualquer pessoa que entre em contato com as mulheres vítimas de violência.

Não seria dever dos homens a desconstrução de posturas, mas caberia às mulheres tomar consciência de suas potencialidades, superando sua suposta inferioridade. Elas que deveriam se libertar do jugo da submissão ao qual tinham se permitido, diante da tradição e do colonialismo. Não precisamos reafirmar aqui o quanto tais falas, disseminadas nos discursos dos partidos, foram por certo mais opressoras ainda que o fardo da tradição, do colonialismo e do machismo da época, visto que deixavam a cargo das próprias mulheres o peso do sofrimento que lhes era imposto.

Para compreender tal questão basta lembrar que Samora Machel entendia que as opressões que assolavam as mulheres diziam respeito basicamente à estrutura econômica, e não à opressão produzida pelos homens. A opressão estaria na sociedade, como expresso em sua obra “A libertação da Mulher” (1978, p, 21): “[...] a opressão da mulher é uma consequência da sua exploração, a opressão na sociedade é sempre o resultado da exploração imposta”.

Dizer-se que a mulher não sente a necessidade de se libertar, ou que muitas vezes é a FRELIMO, e não as mulheres, quem defende a emancipação da mulher, é um argumento sem peso, que não resiste à análise. As mulheres

sentem essa dominação, sentem a necessidade de modificar a sua situação. (MACHEL, 1978, ps. 16-17).

Neste contexto, durante a Conferência das Mulheres, em 1973, onde discutiram modos de se promover a emancipação feminina, nasceu a OMM Organização das Mulheres Moçambicanas, segundo Loforte (2009). Desse modo, não há como se negar que a OMM, visando assuntos referentes às mulheres, ou não, atende aos interesses do partido FRELIMO (Frelimo), originando dele sua forma de pensar e agir politicamente, visto que sua função primeira era a de trazer as mulheres para as atividades da revolução, tornando-as participantes e conhecedoras dos intentos e bases do partido. A despeito disso, ela não contou com o apoio da maioria das mulheres envolvidas no bojo da revolução, visto que muitas a consideravam limitada, ou mesmo limitadora. Mesmo o aborto segue em tais parâmetros:

[...] A legislação prevalecente contida no retrógrado Código Penal do século XIX, datado de 1886, estipula que o aborto é proibido em qualquer circunstância e penaliza a mulher e o abortador. Como consequência, as mulheres com gravidez indesejada são submetidas a práticas abortivas em condições inseguras, isto é, sem as mínimas condições de higiene e segurança técnica. (MACHUNGO, 2004, p. 01).

Para FRELIMO, e conseqüentemente para OMM, a emancipação não estava nem mesmo nos estudos, nos diplomas, tudo isso seria superficial. A emancipação estaria na divisão do trabalho não mais pautada no sexo, na autonomia econômica, todavia, sem descuidar de suas obrigações com a família e a casa, na não utilização de seus recursos financeiros de forma mesquinha (o mesmo deveria ser dirigido à casa). Percebemos com isso que a OMM, junto a FRELIMO, descartaram a potencialidade das questões domésticas rumo à emancipação feminina, visto que continuaram a valorar os papéis pré-definidos e permeados de preconceitos existentes em Moçambique.

“Como Isabel Casemiro e Ximena Andrade apontam, nesse contexto o feminismo é acusado de ser uma reivindicação burguesa (humanitária), já que a ortodoxia do marxismo africano rejeitava a emancipação da mulher da opressão característica de gênero/patriarcado – por tal opressão ausentar-se, do ponto de vista dos ideólogos frelimistas, das relações de produção. Para o marxismo, o campo de combate é a economia, sendo, portanto o feminismo excomungado por Samora no mesmo discurso de criação da OMM, em 1973. Apenas

participando do processo produtivo, as mulheres poderiam efetivamente se libertar do obscurantismo, vale dizer do particularismo, alcançando a universalidade como sujeito. Como nos disse em entrevista a presidente atual (2010) da Organização de Mulheres Moçambicanas, Paulina Mateus, a OMM não é e nunca foi uma organização feminista, porque não vê o homem como inimigo da mulher: ambos estão lado a lado lutando contra o inimigo comum.” (PINHO, 2012, p. 68-69).

Deve-se ter claro que para os movimentos de mulheres em Moçambique, questões referentes à cidadania não estão mais atreladas tão somente ao direito de voto, mas implicam um conceito muito mais complexo, que deve trazer em seu bojo igualdade na distribuição de oportunidades entre homens e mulheres, de tal modo que garanta às mulheres o direito sobre seus corpos, sua sexualidade e até mesmo o acesso a terra.

Um traço da originalidade desses movimentos se faz presente na união entre os que comungam pensares e ações, em tal medida que manifestos e campanhas são muitas vezes articulados conjuntamente. Maria José Arthur (2004), entusiasta dos grupos de mulheres, em seu texto “Violência Contra as Mulheres, Percepções e Estratégias-Perspectivas da Sociedade Civil”, corrobora com o que temos dito sobre a interação presente entre as organizações de mulheres em Moçambique, que não agem de forma isolada, mas “por meio de uma coordenação central, potencializaram-se as capacidades de cada organização” (ARTHUR, 2004, p. 1).

Podemos afirmar, ainda assim, que o cenário das relações de gênero segue em crescente mudança, e isso muito em função desses grupos de mulheres, que se posicionam em todas as frentes onde a mulher é de algum modo, atacada. Não se vislumbram movimentos apagados, sem o frescor dos grandes sonhos em Moçambique. Estas mulheres, de modo bem particular, colocam-se buscando visibilidade, querem que suas dores sejam conhecidas, partilhadas, transformadas.

2.5.5 O episódio da expulsão da cidadã espanhola Eva Moreno: Um fato decisivo para o atual momento do feminismo em Moçambique.

Soube da notícia de que uma feminista espanhola havia sido expulsa de Moçambique, um dia após o ocorrido. Todas as chamadas dos sites na internet sobre o caso utilizavam a expressão: “Feminista espanhola expulsa de Moçambique”. Achei aquela diminuição ou simplificação do ocorrido folhetinesca por demais. Tanta energia gasta no foco de uma só

peessoa esconderia algo por certo. Ficou de imediato a percepção de que 18 de março de 2016, fora uma data marcante para o feminismo em Moçambique. Não só por que uma feminista engajada fora expulsa injustamente de um país, mas por que inúmeras outras foram invisibilizadas, ou quanto não, só parcialmente mencionadas.

Eva Anadón Moreno nasceu na Espanha, em Zaragoza mais especificamente. Militante de longa data. Não demorou muito para que respondesse meus e-mails. As respostas às questões enviadas chegaram numa manhã de oito de agosto, quando o sol ainda teimava em nascer. Veio através de áudios do whatsapp. Palavras que brotavam como corredeiras, fortes, bravias, poucos obstáculos.

Anadón narra que chegou a Moçambique em final de 2011, para colaborar durante um ano com uma organização moçambicana que trabalha com masculinidades. Logo depois começou a trabalhar com o secretariado da marcha mundial das mulheres. Pontua que sua relação com as companheiras moçambicanas sempre foi muito boa, trabalho em conjunto. Acompanhei a movimentação de apoio a esta em mundo virtual, ficando evidente que a tristeza e a indignação, ante a forma como o caso foi tratado pela mídia e pelo governo de Moçambique. Entre as feministas locais e de outros países, o repúdio a todo episódio foi gritante.

Não citarei os sites da internet, blogs, que noticiaram o fato, a chamada era sempre: Feminista Espanhola expulsa de Moçambique. A narrativa quase sempre a mesma, nada muito aquém da chamada. Os comentários abaixo das manchetes talvez algum dia mereçam uma análise profunda. Li muitas palavras de ódio aos não locais, de rechaçamento ao feminismo, de valorização a cultura africana dita tradicional, muitos evocando a necessidade de que as mulheres cubram seus corpos o máximo possível.

Anadón ao ser indagada por mim sobre a questão da repetição maciça da imagem da espanhola expulsa de Moçambique, não mostrou-se surpresa revelando-me que: “até o dia de minha deportação, há o fato de como as mídia tem utilizado a imagem da mão estrangeira, da mão de fora, aquela que vem promover prostituição, que obriga as meninas a se despir ...” Preciso deixar claro aqui que o padrão imposto pela escolas é de saias até os calcanhares. Anadón explica melhor a questão ao dizer: “Quando para nós efetivamente o ponto fundamental ao assunto era a violência e o abuso sexual, os dramas e também claro a denuncia da medida de impor as saias até os calcanhares”. (ANADÓN, 2016).

Engana-se quem pensa que este é um assunto raso, sem grandes questões em Moçambique. A Wlsa lança um livro já citado aqui, em 2008, chamado “Buscando sentidos. Género e sexualidade entre jovens estudantes do ensino secundário, Moçambique”, o capítulo

cinco é dedicado ao corpo feminino, a sexualidade, as violências de gênero, ao assédio sexual das jovens, visto como uma violência ainda oculta. A manifestação carregava em seu bojo, anseio de que corpos não fossem violados por conta de suas vestes, que as relações no ambiente educacional fossem saudáveis.

O site do Wlsa manifestou-se de forma contundente com um artigo chamado: “As irregularidades no processo de expulsão de Eva Anadón Moreno. Nele, João Carlos Trindade, apresenta o segundo dado chocante, além de ser expulsa de Moçambique, através do despacho do Ministro do interior, Anadón ainda fica impedida de retornar a Moçambique nos próximos dez anos. Uma medida extrema para quem a priori só impunha cartazes e canções, reivindicando o direito de que as secundaristas pudessem escolher o cumprimento de suas saias. E em suas próprias palavras: “acho que desde a minha chegada lá, até que fui detida não deveram passar mais de 15, 20 minutos e a atividade nem chegou a começar, começou aquela música a cantar, as meninas...foi tudo muito rápido e a policia lá pronta para já dissolver a atividade antes dela começar.” (ANADÓN, 2016)

Assunto que não vem de hoje, visto que já em 2006 o Wlsa e o Fórum Mulher, de forma articulada, já denunciavam a imposição do que vestes as mulheres moçambicanas, em artigo emblemático chamado: “Não é controlando o vestuário das mulheres que se pode travar a epidemia do Sida. O artigo denuncia a ideia de que aquela altura o combate à proliferação da AIDS naquele país, estava nas mãos das mulheres, que precisariam deixar de usar roupas curtas para não provocarem “desvios de comportamentos nos homens”. Assédios, estupros, violações, culpa de vestes curtas, culpa feminina.

Se fechasse os olhos e isso ocorresse ontem no Brasil, acreditaria. Sem nenhum espanto, só a indignação, que por certo foi mesma sentida pelas manifestantes em 18 de março de 2016, e pelas manifestantes ainda nos idos de 2006.

Eva Anadón Moreno não evoca para si o título de protagonista, ela dilui toda sua presença, mostrando como as estudantes secundaristas e mesmo as feministas moçambicanas foram vitais para a manifestação. Julgo de extrema importância relatar, que durante meses concedi a primazia do ocorrido a Anadón, como se todo o epicentro das questões girassem em torno dela. Temi a percepção do quão colonizada minha mente ainda o é, ao final de julho, já me interessava pelos relatos das moçambicanas lá presentes.

Julguei o evento do dia 18 de março de 2016, a manifestação que culminou com a expulsão de uma feminista e a sua prisão e de mais feministas, ainda que por pouco tempo, como algo emblemático, por apontar as perseguições nada sutis sofridas pelas feministas. A

manifestação não foi avisada as autoridades locais, por se tratar de algo pequeno, nas mãos cartazes com os seguintes dizeres:

“Eu não me visto para ti”.
 “Minha saia não me faz mais santa nem mais puta.”
 “Minha saia não é um convite.”
 “Toma o controlo do teu pênis”
 “E as minissaias dos bebés e das idosas violadas?”
 “Governo: quando vai dar um basta às violações sexuais?”
 “A tua falta de controlo não é da minha conta”. (TRINDADE, p.01, 2016).

Nas ações, performances, encenações, talvez uma das afrontas maiores repouse no fato do evento ter ocorrido nas proximidades de uma escola modelo, conhecida por seu caráter influenciador. Mulheres, adolescentes, feministas, reivindicando a não violência simbólica e física sobre seus corpos, seu direito a liberdade, constituiu-se de fato, crime hediondo, em locais onde cartazes como estes ainda são necessários. Cartazes estes que circulariam facilmente em qualquer passeata em solo brasileiro, principalmente nestes dias de maior valorização aos ditos valores de família, dissimulação para preconceitos, não mais escondidos.

Entendi perfeitamente a negativa de muitas em falar sobre o ocorrido. O momento era de extrema atuação, muitas manifestações, atividades em seus grupos de mulheres. Uma em particular, não hesitou em falar, em assumir que lá estava que também tinha sido presa. Trago agora o relato de uma das protagonistas do 18 de março, Unaiti Jaime.

2.5.6 O relato de Unaiti Jaime¹³

“A discriminação de género nas escolas é uma barreira ao alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. As raparigas têm estado a sentir a escola como um lugar hostil, onde sofrem violência e são humilhadas quotidianamente. A maioria das escolas não actua dentro da lei para punir os professores pedófilos e abusadores, nem aplicando as sanções previstas pelo Ministério, nem deixando que o caso chegue à polícia, para intervenção do sistema de justiça. As mais das vezes transfere-se o professor para outra escola e/ou outro distrito, onde ele continuará a cometer actos pedófilos.

Ora, o abuso e assédio sexuais são perpetrados por quem tem e detém o poder. No caso vertente do sistema escolar, quem detém o poder é o professor que consciente ou

¹³ O relato de Unaiti está tal qual me foi enviado. A grafia moçambicana permaneceu.

inconscientemente reproduz o patriarcado, e ao praticar o abuso ou assédio sexual procura modelar a conduta sexual e social das raparigas no espaço público. Neste contexto, a introdução da norma das saias compridas como medida para reduzir o assédio e abuso sexuais na escola contribui para apresentar as meninas, as vítimas, como culpadas pela violência de que são alvo, e iliba os pedófilos do seu crime. O comprimento de uma saia não vai resolver o problema do abuso e assédio sexuais nas escolas - a norma procura resolver um problema pondo em causa os direitos humanos das raparigas, que são as vítimas.

Foi em resposta a este cenário que no dia 18 de Março deste ano, os coletivos de mulheres foram impedidas de realizar um teatro de rua seguido de leitura de um comunicado de imprensa, nas proximidades da Escola Francisco Manyanga. A polícia interveio e deteve cinco activistas sem base jurídico legal para tal (dentre elas três Moçambicanas: eu e Suzete e duas estrangeiras: uma das Loucas de Pedra Lilás do Brasil e outra Eva, espanhola que vivia cá), processo que culminou, no dia trinta de março, com a expulsão da companheira espanhola, Eva Anadón Moreno.

Desde então, as defensoras dos direitos humanos têm sido sistematicamente vilipendiadas e difamadas na sua honra e dignidade pessoais, pois a ação planeada foi reduzida a uma luta fútil em defesa das minissaias, deixando-se totalmente de lado o aspecto sinistro da violência contra a rapariga na escola e a proliferação de pedófilos nas instituições de ensino.

3. Trajetórias feministas moçambicanas

Bates-me e ameaças-me Agora que levantei minha cabeça esclarecida. E gritei: ‘Basta!’ (...) Condenas-me à escuridão eterna. Agora que minha alma de África se iluminou. E descobriu o ludíbrio E gritei, mil vezes gritei: ‘_Basta!’’. Armas-me grades e queres crucificar-me. Agora que rasguei a venda cor-de-rosa. E gritei: ‘Basta!’.

Condenas-me à escuridão eterna Agora que minha alma de África se iluminou E descobriu o ludíbrio... E gritei, mil vezes gritei: ‘_Basta!’_

Ò carrasco de olhos tortos, de dentes afiados de
antropófago
E brutas mãos de orango.

Vem com o teu cassetete e tuas ameaças, Fecha-me
em tuas grades e crucifixa-me, Traz teus instrumentos
de tortura
E amputa-me os membros, um a um...

Esvazia-me os olhos e condena-me à escuridão
eterna... – que eu, mais do que nunca, dos limos da
alma, Me erguerei lúcida, bramindo contra tudo:
Basta! Basta! Basta! (Noêmia de Souza, 1990, Sangue
Negro).

3.1 Nadando contra a corrente

Este texto é tecido forjado com o emaranhado de lembranças, ideias convergentes e divergentes. Relatos e elaborações de mulheres distintas. Mulheres que optaram pela vocação, não no sentido religioso e sim do significado mais imediato do termo, vocação como ato ou efeito de chamar-se, denominar-se. Denominar-se feminista e como consequência mulheres a receberem títulos nada honrosos de malignas, desprezíveis e uma série de epítetos nada agradáveis, como bem narrei no capítulo anterior.

Sinto-me em alguma medida como Mary Shelley, em sua famosa obra Frankenstein, ao perceber que fui concebendo ao longo deste capítulo a apresentação destas que tanto me impactaram de forma quase caótica. Somos “Frankensteins”, umas das outras, em alguma medida, pedaços de ideias, pedaços expostos em partilhas, tecido vivo, pulsante, contraditório por vezes, abjetas em alguns círculos.

Guacira Lopes Louro (2008, p. 142) diz que algumas vezes se viu embaraçada pela adjetivação feminista e isto por que em seu trabalho acadêmico temia que estes não fossem vistos como sérios. Pensando na realidade de Moçambique, e a visão que persiste para muitos políticos e pessoas pertencentes à população geral, de que o feminismo é um conceito

alienígena, não africano, imposto, não fica difícil entender o quanto o assumir-se feminista em Moçambique, é um ato de bravura.

Vi estas mulheres com as quais mantive contato como desviantes, quase nunca a margem por que estas se colocam enquanto sujeitos atuantes, que impõe sua presença politicamente, textualmente através de sites, publicações próprias e principalmente através de marchas, passeatas, como a que ocorreu em 18 de março deste ano, que reverberou em prisões, expulsão.

Enquanto feminista aprendi desde a primeira vez que me posicionei como tal, que minha atitude implicaria em escolha, precisaria ter postura, afirmar-me contra tudo aquilo que me indignava. Foi relevante entender ainda que assim como Guacira Lopes afirma que “nenhuma ciência é desinteressada ou neutra” (IDEM, 2008, p. 143) a política e todo e qualquer ajuntamento humano também não o seria, as instituições de forma geral são masculinas, o público ainda é espaço majoritariamente masculino.

Cito a política por que penso em Howard Becker ao escrever tais linhas. Sua ideia de que o que se concebe como desvio e desviante é construído politicamente através de engrenagens, que progressivamente tornam só o seu ponto de vista de alguns verdadeiros e dignos de nota, me parece que para este autor o desvio não é algo que está atado ao sujeito que o pratica. “Desvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele” (BECKER, 2008, p. 27). “Voltando a Becker algumas páginas atrás: aquele que infringe a regra pode pensar que seus juízes são outsiders” (IDEM, 2008, p. 15). Uma feminista que luta contra um sistema injusto que a sufoca, roubando-lhe direitos, vê no que faz a lei e a impõe por exemplo, um outsider, um desviante daquilo que é justo e aceitável. Um político ou juiz, só para citar um exemplo, que se depara com pessoas que não aceitam leis, vistas como opressivas vê-nos que não as cumprem, desviantes, outsiders. As manifestantes que não aceitaram a imposição das saias até os joelhos como algo aceitável, e que ainda bradaram contra as várias violências contra os corpos das secundaristas moçambicanas, também são vistas como desviantes.

Interessei-me deste modo, pela tomada de decisão destas mulheres, em afirmarem-se como feministas e como tal desviantes. Tanto as participantes do Fórum Mulher, quanto às do Movfemme, possuem em comum o autoproclamar-se feministas. Diferente do que já colocamos em capítulos anteriores, a respeito da grande rejeição por parte de muitos africanos e africanas com o rótulo feminista, as por nós pesquisadas, não se importam com o mesmo. Trazem-no para suas vidas, para suas lutas. Parece-me que tal qual propõe Paulo Freire, elas descobriram cedo que precisariam superar seus opressores: “Somente quando os oprimidos

descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando sua “convivência” com o regime opressor”. (FREIRE, 2015, p. 72).

Para Badou parte dessa rejeição a associação ao feminismo ocidental estaria atrelado ao fato de considerarem o feminismo ocidental alheio às questões das mulheres africanas, e mesmo das mulheres negras em seu contexto, visto que associava as questões enfrentadas por suas iguais, as mesmas opressão vivenciada pelos negros durante a escravidão, e não citavam as questões vivenciadas pelas mulheres negras de sua própria época (década de 60). “Pensando a partir disso não fica difícil entender o distanciamento de muitas feministas africanas ao feminismo ocidental.” Se as mulheres africanas se juntam por meio da literatura para recusar esse mito, a maioria delas contesta a denominação “feminista”. (BADOU, 2010, p. 11)

Outra questão que servia de entrave para as africanas, segundo Badou, estaria no fato de que o feminismo ocidental não trazia os homens para suas fileiras a partir do feminismo branco, pois desde a década de 1980 se falava da necessária inclusão do homem negro no feminismo negro. O problema não estaria tão somente no binarismo homem, mulher. Antes no combate aos sistemas educacionais que ainda inferiorizam as mulheres.

Quando dizemos que possuímos vivências opressivas em comum, não queremos dizer, com isso, que todas passaram pelas mesmas experiências. A experiência de uma mulher branca classe média, não é a mesma de uma mulher negra de classe média, usando um exemplo simplório para demarcar que, mesmo que entre as relativamente pertencentes a um bloco semelhante (o de classe média) as diferenças podem ser gritantes.

Importa ressaltar que mulher não é uma categoria universal, também que mesmo uma única mulher encarna miríades de experiências, algumas delas também de utilização de poder, poder exercido sobre outras mulheres, poder exercido sobre homens. Até por que como Guacira Lopes Louro bem inspira:

Ao aceitarmos que a construção do gênero é histórica e se faz incessantemente, estamos entendendo que as relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações dessas relações estão em constante mudança. Isso supõe que as identidades de gênero estão continuamente se transformando. Sendo assim, é indispensável admitir que até mesmo as teorias e as práticas feministas, com suas críticas aos discursos sobre gênero e suas propostas de desconstrução, estão construindo gênero. (LOURO, 2008, p.35).

3.2 Relatos: um pouco daquelas que ajudam a construir parte do feminismo em Moçambique.

Optei por neste momento deixar que seja a fala delas, sem intermediação, nem todas responderam a todas as perguntas. Aqui coloco as principais perguntas feitas por mim, e o que me serviu de inspiração para fazê-las. A primeira pergunta feita durante o contato inicial foi qual o nome delas, por motivos óbvios, depois onde haviam nascido. Pedi que me falassem um pouco delas, onde haviam nascido como era sua família, sua etnia. Existia uma curiosidade inicial minha, se a quantidade relativamente grande de etnias em Moçambique, influenciaria ou não, os rumos do feminismo em Moçambique, na atualidade ou em algum motivo. Aparentemente esta é uma questão que não é posta, ela não sinalizaram nada.

Entrando no bloco de perguntas sobre o feminismo quis saber como elas haviam entrado em contato com o feminismo. Quando se perceberam feministas. Quais autoras elas costumavam ler, para ter noção dos fundamentos teóricos do feminismo moçambicano, não existe consenso à primeira vista, uma autora ou autor que seja unanimidade que tenha sido citada (o) por todas. Desejei saber quem as inspirava para além da obrigação da leitura. Como elas entendiam o atual momento da mulher em Moçambique. Em qual área elas atuavam. Se estudavam, qual curso.

Ao tentar adentrar um pouco mais na pergunta que me movia até elas: “o que seria ser feminista em Moçambique”, tentei ser um pouco mais direta e perguntei: Fale-me de sua experiência enquanto feminista em Moçambique. Como é vista a mulher que se define como “feminista”? Passou por alguma situação em que o fato de ser feminista e de ser identificada como tal, a marcou? Como os meios de comunicação tratam o movimento feminista em seu país? Como a família encara tal posicionamento.

Era evidente que pairava em minha pesquisa a vontade de responder-me se existiria um feminismo moçambicano em construção, diferente, próprio, pareceu-me interessante aquela altura depois da primeira leva de perguntas, do envio e respostas das segundas, iniciar a terceira etapa com um provérbio, seguido de uma pseudo provocação: “Li um provérbio africano tempos atrás que diz que: “um leão não precisa rugir para ser temido.” Ouço sempre muitas pessoas falando que o feminismo africano foi e segue sendo diferente.” Pouco tempo depois do envio, revisando minhas questões propostas percebi que poderia ter sido mais clara, seguido a mesma linha direta das perguntas anteriores e das seguintes a esta.

A construção desta pesquisa, como o capítulo dois bem atesta, formou-se muito nos escritos feministas publicados no boletim online “Outras Vozes”, um texto da Maria José

Arthur de 2005, julguei essencial, a partir dele quis entender a face da demonização do feminismo e das feministas na prática em Moçambique. A pergunta que segue foi nessa intenção: Maria José Arthur (2005), em “As Boas Meninas e as Feministas” bem nos mostra que as feministas são demonizadas, vistas como a outra face do machismo, como se as elas desejassem implantar o reino da supremacia feminina. Tão enraizado é tal pensamento, que mesmo as mulheres que defendem a igualdade chegam a afirmar que defendem essa ou aquela ideia, mas se apressam em deixar claro que não são feministas. Vocês não se inserem neste aspecto, são assumidamente feministas. Passados dez anos deste texto, a demonização continua?

Não poderia me eximir de tentar ter maior conhecimento do como o período colonial as afetou. Deseja saber como este período impactou geração posteriores a ele com a indagação: “O colonialismo para vocês foi um dos fatores centrais para o panorama no qual a opressão das mulheres, ainda é sentida em Moçambique? Qual a parcela das tradições culturais nisso?”

3.2.1 Isabel Casimiro: Um farol para as novas gerações.

Costumo dizer que já nasci feminista devido à minha rebeldia. Mas creio que o assumir-me como feminista veio da combinação entre o activismo nos movimentos de mulheres e no partido Frelimo, a minha vida como professora, vida pessoal, nos últimos quarenta e dois anos. É verdade que a minha mãe e o meu pai, com uma formação e educação de esquerda me abriram caminho nesse sentido.

Comecei a definir-me como tal há uns trinta anos, num contato em que não se podia falar de tal, Samora Machel, segunda Presidente da Frelimo e primeira da República Popular depois da independência em 1975, condenou esse movimento. O que se traduziu num seguidismo terrível em que as e os militantes tinham e alguns (as) continuam a ter de se autoafirmar como tal.

Só poucas de nós se afirmavam como tal e, infelizmente, correspondendo a um grupo de mulheres de cor branca ou mestiça, o que poderia levar a reforçar a ideia de que se trata de algo vindo de fora.

Quando o Fórum Mulher se definiu como um a associação feminista foi necessário um trabalho intenso de debate interno. Creio que a partir desse momento, há uns dez anos, se começou a falar mais, e a assumir-se mais esta opção nossa.

Não sei se não veremos retrocessos perante tantos problemas. O caso do uniforme escolar que levou à prisão de cinco aticvistas – entre as quais uma brasileira e uma espanhola – e a expulsão da espanhola – podem ser indícios de retrocessos. Continuo a pensar que a espanhola teve problemas por se considerar que determinadas ideias consideradas radicais, são oriundas do Ocidente.

Diz uma feminista do mundo que há tantos feminismos quantas as formas de opressão das mulheres e que essa variedade é boa, evitando que uma se torne dominante em relação a outras. Claro que tudo isto tem sido um processo de aprendizagem nos movimentos de mulheres e feministas. Falamos das nossas opressões, mas nem sempre percebemos que também oprimimos outras mulheres pela forma como nos posicionamos.

E dizem algumas feministas africanas que as mulheres em África sempre foram feministas por sempre terem lutado contra a opressão.

Há também muitos feminismos em África. Mas é preciso ver que o continente africano é uma grande diversidade e os feminismos manifestam-se também de formas variadas. Fala-se de feminismos entre as mulheres muçulmanas, por exemplo.

Amina Mama escrevia:

I have never felt offended by being addressed as a feminist, but rather humbled and daunted at the responsibility it bestows on me. Feminism remains a positive, movement-based term, with which I am happy to be identified. It signals a refusal of oppression, and a commitment to struggling for women's liberation from all forms of oppression—internal, external, psychological and emotional, socio-economic, political and philosophical. I like the word because it identifies me with a community of confident and radical women, many of whom I respect, both as individuals and for what they have contributed to the development of the world FEMINIST ORGANISATIONAL DEVELOPMENT TOOL. A TOOL TO OPERATIONALISE THE CHARTER OF FEMINIST PRINCIPLES FOR AFRICAN FEMINISTS The African Feminist Forum is being hosted by the African Women Development Fund (AWDF). THE AFF WORKING GROUP 2010 as we know it. (MAMA, 2010)

Maria José Arthur (2005)¹⁴, em “As Boas Meninas e as Feministas” bem nos mostra que as feministas são demonizadas, vistas como a outra face do machismo, como se as elas desejassem implantar o reino da supremacia feminina. Tão enraizado é tal pensamento, que mesmo as mulheres que defendem a igualdade chegam a afirmar que defendem essa ou aquela ideia, mas se apressam em deixar claro que não são feministas. Vocês não se inserem neste aspecto, são assumidamente feministas. Passados dez anos deste texto, a demonização continua?”¹⁴.

Claro que continua, aqui e por todo o mundo, a caminhada ainda não terminou. Sempre que há problemas as responsáveis são as mulheres, por serem feministas, por não cuidarem da casa, por não responderem ao modelo de mulher/esposa/mãe que a sociedade lhes entrega.

Há várias formas de demonizarem: dizendo que somos influenciadas por ideias de fora, que não entendemos nada da cultura moçambicana - que é cultura? Qual cultura moçambicana? Estes são os argumentos do poder, sempre. Dizem que falamos o que os doadores nos mandam falar – não nos reconhecem autonomia e protagonismo.

E falam claro que o que queremos é passar nós a mandar, dizendo que o feminismo é o contrário do machismo. Como costumamos dizer, são as várias formas de diversão que o poder machista usa.

Interessante ver as cartas dos leitores e leitoras que saíram no jornal diário “oficial” Notícias, depois do acontecimento que levou à prisão de cinco activistas. Caiu-nos tudo em cima, até mulheres escrevendo que nós somos frias e não solidárias!

“O colonialismo para vocês é um dos fatores centrais para o panorama no qual a opressão das mulheres, ainda é sentida em Moçambique? Qual a parcela das tradições culturais nisso? “O colonialismo continua a ser um fator importante, mas não o único. Com o colonialismo chegaram as confissões religiosas monoteístas – cristãs e islâmica – que não devem ser esquecidas no processo de inferiorização da mulher.

Há e havia tradições e tradições, melhores e piores para as mulheres. Algumas reforçadas pelas religiões de que falei e pela colonização que delas se aproveitou para melhor oprimir mulheres e homens.

E muitos estados pós-independência – apesar de terem alguns deles levado a cabo lutas armadas – acabaram também por reproduzir e reforçar políticas contra as mulheres. As tradições sempre são utilizadas em todas as direcções e, sobretudo para discriminar as

¹⁴ Com aspas as perguntas que fiz.

mulheres, para as controlar, para controlar os seus corpos. Veja-se o que o Ministério da Educação faz em relação às meninas grávidas nas Escolas, enviando-as para o curso noturno. Ou a recente norma de as meninas usarem saias compridas nos seus uniformes, como forma de proteger a menina do assédio e violação. Ou seja, as que mais sofrem é que têm de se tapar, não se tomando medidas contra os infratores.

3.2.2 Unaiti Jaime: Uma voz ativa

Nasci no espaço urbano de Maputo na altura pós-independência, seguida de 16 anos de guerra civil que muito embora não se tenha feito militarmente presente fez-se social e economicamente presente. Tínhamos cortes de energias, falta de água nas torneiras das casas, escassez de alimentos e a distribuição era racional por família, decidida pelo Estado. Os serviços de saúde e educação eram gratuitos e de grande qualidade. Actualmente temos mais escolhas, mas também temos que pagar tudo sendo que a privatização dos serviços públicos afecta grandemente a maioria da população, pois não há investimento publico na provisão desses serviços com a consequência da redução drástica da qualidade dos mesmos e, o privado a cobrar enormes valores para tais serviços. Sou de uma família de pais divorciados e cresci com a minha tia e avó paternas desde os meus 2 anos de idade. Na altura em que me mudei para casa da minha tia ela era casada, mas depois se divorciou porque não podia fazer filhos. Assim acabei crescendo numa casa só de mulheres em que todo mundo tinha que fazer tudo. Daí que desde muito cedo questionei os papeis de gênero nas festas quando os meninos ficam na brincadeira e as meninas eram chamadas para ajudar na cozinha, particularmente porque também me interessava ficar na brincadeira. Também “vivenciei” um caso de violência muito cedo (sete anos) e que me marcou. Um casal de namorados andando pela estrada, eu voltando para casa e de repente o rapaz começou a espancar a rapariga chamando nomes, dando socos e pontapés. Ninguém parou para ajudar, mas muita gente ficou assistindo. Quando cheguei a casa e porque estava impressionada com o que tinha visto, contei para minha tia e ela me disse com uma voz muito firme “nunca, em sua vida, admita que ninguém lhe trate assim. Amor não é violento”. E finalmente me fazia confusão perceber porque que duas pessoas que se amam tanto, porque eu sentia o amor em casa, tinham que se separar porque uma não fazia filhos?

Como entrou em contato com o feminismo? Penso que desde muito cedo, pelas experiências na minha infância, entrei em contato com o feminismo sem saber que era

feminismo. Tinha a ver com o que observava a volta de mim e os questionamentos que fazia. O facto de ter crescido numa casa de mulheres em que todas fazem tudo não parecia fazer sentido o discurso que tenho que ajudar na cozinha porque sou menina... mas todos deveriam fazer tudo não - eu me questionava!?

Mas em termos académicos/profissionais entrei em contato quando fiz a minha pós-graduação em direitos humanos e me especializei em direitos das mulheres. Ai a coisa começou a tomar forma e quando comecei a trabalhar questões de gênero profissionalmente, foi lendo muito, acesso a formações que me fizeram perceber que a minha maneira de ver e questionar o mundo tinha uma denominação – Feminismo! O que de certa forma foi um alívio porque por vezes pensava que estava desenquadrada da sociedade em que vivia já que não concordava com tantos pressupostos assumidos como normais pela maioria das pessoas a minha volta

“Quais autoras feministas você costuma ler? “Eu não procuro especificamente autoras feministas na medida em que o feminismo se manifesta de diferentes formas e a diferentes níveis, daí que tenha uma leitura mais ampla que me permite descobrir novas feministas até através do seu activismo e não necessariamente academia.

“Quem te inspira? “Outras jovens feministas, que desde cedo vão questionando um sistema opressor, discriminador, excludente e violento para as mulheres, as mulheres rurais que muito embora não se percebam feminista, o são na sua prática e as que nos antecederam e abriram espaço para que possamos estar hoje a dar continuidade do trabalho que elas iniciaram para que futuras gerações tenham ainda melhores chances de viver num mundo em que o patriarcado, sexismo etc., seja algo de um passado muito remoto!

“Como entende o atual momento da mulher em Moçambique? “Moçambique é muito volátil e vai com a onda. Ou seja, com vista a impressionar os doadores e parceiros de cooperação assim como fazer bonito no mundo, Moçambique ratificou convenções regionais e internacionais sobre os direitos das mulheres, protocolos entre outros. Adicionalmente e ao nível interno desenvolveu um role de legislação, políticas gerais e sectoriais etc. e até mecanismos específicos para lidar com as questões de gênero e direitos das mulheres. Contudo, as questões culturais, normas e percepções das relações de poder entre mulheres e homens permanecem, na sua maioria imutáveis devido a resistência a mudança e a percepção de poder como sendo o que se exerce sobre o outro e neste caso o poder das mulheres significa a perda do poder dos homens.

Ha que celebrar os feitos na medida em que nos dão uma base por onde trabalhar, mas o perigo vive no conforto isto porque assume-se, nalguns casos, que existindo a base

legal e politica, que a mudança das percepções, normas, se seguira automaticamente, o que não constitui verdade. De qualquer modo temos varias organizações que estão cada vez mais reconhecendo a necessidade de se ir mais para frente e não nos acomodarmos. Ainda existem limites impostos sobre ate onde essa igualdade/justiça pode ir!

“Qual sua área de atuação no Feminismo? “Violência baseada no gênero, participação politica e econômica das mulheres e saúde sexual e reprodutiva. “Estuda? Qual curso?” Sou formada em direito, com pós-graduação em direitos humanos – especializada em direitos das mulheres e mestrado em estudos de desenvolvimento – especializada em estudos de gênero e direitos das mulheres. De momento não estou a estudar, mas a fazer consultorias.

“Fale-me de sua experiência enquanto feminista em Moçambique. Como é vista a mulher que se define como “feminista”? Passou por alguma situação em que o fato de ser feminista e de ser identificada como tal, a marcou? Como os meios de comunicação tratam o movimento feminista em seu país? Como a família encara tal posicionamento? “Como os meios de comunicação tratam o movimento feminista em seu país? “Penso que os meios de comunicação não são muito informados no que se refere ao feminismo. Mulher, gênero e feminismo é referido, varias vezes de forma indistinta como se se tratasse da mesma coisa. A palavra feminista é somente usada em contextos Em que os personagens ou pessoas envolvidas na matéria se definem como feministas (simples menção como seria a menção de que alguém é gestora de programa por exemplo) e não no sentido de se usar o feminismo como uma categoria analítica de matérias e implicações na vida d@s cidad@s!

Como a família encara tal posicionamento? A minha família não tem problemas nenhuns, particularmente porque desde cedo fui percebida como uma rebelde e aos poucos foi criada uma espécie de caixinha onde eu integro. De tal modo que muitas das coisas que me são “permitidas” como a escolha de não casar e ter filhos, não são permitidas a mais nenhuma mulher na minha família!

Li um proverbio africano tempos atrás que diz que: “um leão não precisa rugir para ser temido.” Ouço sempre muitas pessoas falando que o feminismo africano foi e segue sendo diferente. “Concordo com o provérbio "um leão não precisa rugir para ser ouvido". Normalmente, no contexto em que o provérbio é usado, significa que não é preciso gritar para se fazer ouvir, ou de que existem varias formas de se fazer algo sem que seja através do barulho. Também concordo com o facto de o feminismo africano ser distinto, ou se calhar diria, existem algumas questões que distinguem alguns ou os diferentes feminismos por conta da história, contexto, etc., mas não consigo perceber a relação entre o provérbio e a tua

questão. O feminismo africano se manifesta de distintas formas, nalgumas vezes barulhento e noutras subtil, como em vários lugares, então.

“Como é vista a mulher que se define como “feminista”? Passou por alguma situação em que o fato de ser feminista e de ser identificada como tal, a marcou?”. Ser feminista e definir-se como feminista são percebidas distintamente. Não existe um conhecimento generalizado sobre a definição do que é feminismo o que leva a muitas interpretações erradas e resistência por parte da população em geral com relação ao termo. Algumas pessoas percebem o feminismo como sendo mulheres mal amadas, frustradas, e que são contra os homens, ou seja, percebem o feminismo como oposto do machismo. De tal ponto que não raras vezes, pessoas (particularmente mulheres), que têm prática feminista não se percebem/intitulam feministas. Outras ainda conscientes de sua prática feminista, não se intitulam feministas pelo facto de não só serem mal olhadas assim como de certa forma bloqueia as pessoas de prestarem atenção quando argumenta algo. Do tipo, “eish, lá vai a feminista”, e em lugar de ouvirem os argumentos, ignoram o argumento por vir de uma feminista.

Se definir como feminista tem implicações práticas negativas desde ser chamada, agressiva, mal-amada, frustradas, etc. Só as feministas percebem as suas pares positivamente. Em geral ainda existe um estereotipo negativo com relação ao termo feminismo. Por outro lado, as feministas que se definem como tal, visam desafiar sistemas fortemente enraizados e percebidos como algo como que natural... Desafiar tal sistema implica tornar desconfortável todas as pessoas que beneficiam de tal sistema o que como consequência cria resistência! Varias vezes fui chamada de radical e percebida como alguém que está contra os homens por ser feminista, donde resulta que em lugar de perceberem os meus argumentos, o objetivo era rejeitar tudo o que eu dissesse, o que se torna frustrante, pois impossibilita qualquer possibilidade de debates crítico-analíticos e construtivos sobre a agenda feminista!

“O colonialismo para vocês foi um dos fatores centrais para o panorama no qual a opressão das mulheres, ainda é sentida em Moçambique? Qual a parcela das tradições culturais nisso? “Sim! As mulheres negras são percebidas como exóticas e objeto de consumo. Dai que os estrangeiros se vejam na expectativa de “comprar” as mulheres negras. Existe sim a prostituição, mas também existe a percepção generalizadas dos brancos de que as mulheres negras são submissas e disponíveis o que gera por vezes relações de poder tensas e conflictuosas! Espera-se um determinado comportamento sexual, o que é um pouco a herança do colonialismo.

Através da tradição e cultura se perpetuam relações desiguais de poder entre mulheres e homens e se aceita a submissão e até a violência contra as mulheres. Práticas como o lobolo que implica o “pagamento da noiva”, resultam em sentimento de propriedade por parte dos homens e em violência quando as suas expectativas não são alcançadas. O facto de os filhos serem mais celebrados que as filhas pelo facto de darem continuidade da linhagem familiar, demonstram uma maior importância dos homens.

3.2.3 Yolanda Sithoe

Yolanda Adolfo Sithoe, 33 anos, nascida em Maputo, Moçambique. “Fale-me um pouco de você, onde nasceu como é sua família, etnia.” *Nasci em Maputo, numa família muito humilde. Cresci com uma tia e mais tarde, já na adolescência fui morar com meu pai. Em casa sempre tive privilégios, como filha mais velha, havia muita pressão por parte do meu pai para que fosse a escola e pudesse ser alguém no mundo. Graças a Deus, a pressão dele estava virada para que eu me tornasse importante dentro da sociedade e só a escola poderia abrir este caminho.*

“Como entrou em contato com o feminismo?” *“Depois da faculdade, comecei a trabalhar numa organização feminista. Na verdade, já participava de algumas palestras organizadas na faculdade. Em contato com esta organização o trabalho de prevenção da VBG, a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos ajudou a levantar este meu bichinho de feminista.*

“Quando se percebeu feminista?” *“A partir do momento que passei a perceber e reclamar das injustiças que a mulher passa no meu país. A partir da convivência com amigos, familiares, namorados, onde sempre discutia, defendia e argumentava que as mulheres são sujeitas de direitos e não deveres, que elas devem lutar para conquistar um lugar dentro da sociedade, que elas devem ter a sua própria voz, e não se esconderem atrás de um homem.*

“Quais autoras feministas você costuma ler?” *Não tenho grandes referências: Simone de Beauvoir, Marias Jose Artur, Conceição Osório. “Quem te inspira?” “Maria Jose Artur e toda rapariga activa e com garra para defender os seus direitos.*

“Como entende o atual momento da mulher em Moçambique?” *“É um pouco complicado. Por um lado temos mulheres, independentes, autônomas, empresárias, mas que se deixam levar pelo lado cultural, de submissão a um homem, perdendo assim a sua*

autonomia. Por outro lado, temos uma grande parte de mulheres que ainda precisa de ter mais acesso a informação sobre vários pontos de vista para que ela possa se auto afirmar.

As mulheres ainda encontram-se a liderar no sector informal do emprego, vendendo nos mercados, fazendo trabalhos de cabelereiras, secretarias, dificilmente encontramos elas em cargos de poder, de tomada de decisão. A mulher continua ainda a depender totalmente do seu marido. Continua ainda a ser vítima e reprodutora da cultura que a deixa numa situação de desigualdade com o homem.

“Qual sua área de atuação no Feminismo?” Todas... não tenho limites...“ Estuda? Qual curso? “Neste momento não. Sou licenciada em Sociologia.

3.2.4 Marilu João

Marilu João possui, 25 anos, nasceu em Quelimane, Moçambique. “Fale-me um pouco de você, onde nasceu, como é sua família, etnia. “Eu nasci na cidade de Quelimane, em um bairro nos arredores da cidade chamado Sagrada família. Tive uma infância linda, com muito amor e afecto da minha avo e mãe que foram minhas educadoras. A casa era grande e morávamos com bastante familiares, outras/os filhas/os e netas/os da minha avó e também sobrinhas/os mais ou menos dez pessoas. Vivíamos muito naquele regime quase militar de ter hora certa pra almoçar e todo mundo tinha de estar na mesa e tal, havia bastante calor humano e superávamos todas as dificuldades assim juntos e sempre com muita gargalhada. Enfim... a minha etnia chama-se Chuabo e de forma geral e conhecida como uma das menos machistas no país. Porem há machismo sim na minha etnia, a diferença com a outra e de que a minha não tem tantos rituais tradicionais, mas de qualquer modo as relações são sem duvida construídas em desigualdades de poder entre os gêneros... “Como entrou em contato com o feminismo?” Na universidade, eu tinha uma cadeira denominada Gênero e DH. Fomentavam-se constantemente debates acessos e um dia, um belo diga um colega meu veio com a ideia de criar um movimento para defender os Direitos das mulheres, fui a primeira a dizer que sim e cá estou eu...

“Quando se percebeu feminista? “Não sei ao certo, mas foi natural, as minhas posições chocavam as pessoas e elas regiam dizendo que eu era feminista. Sempre achei que eles estivessem certos hahahahaha..... “Quais autoras feministas você costuma ler? “Eu adoro ler, mas não procuro necessariamente bibliografias feministas, nesse sentido, vejo

muitos blogs e vídeos, mas claro, já li Simone de Beauvoir, Judith Butler, Chimamanda Adichie, Patrícia Collins e mais recentemente a Beatriz Preciado.

“Quem te inspira?” Todas elas e outras tantas, de minha mãe, minha avó a Frida Khalo... “Como entende o atual momento da mulher em Moçambique?” “Momento bastante complicado, penso que aquela estratégia machista de colocar as mulheres umas contra as outras tem funcionado bem, tem muito femicídio de mulher pra mulher por causa de um parceiro e tal... Não me parece um bom momento, muita caminhada pela frente....

“Qual sua área de atuação no Feminismo?” Não tenho uma área específica, Discuto o corpo, o racismo, a segurança nos espaços públicos, os DSR e a participação masculina na luta... “Estuda? Qual curso?” “Tenho licenciatura em sociologia e agora em janeiro vou fazer uma pós-graduação em gênero

3.2.5 Lígia Mutemba

Lígia Mutemba, idade: 33, nasceu em Moçambique, Província de Gaza. *“Fale-me um pouco de você, onde nasceu como é sua família, etnia.” Nasci no distrito de Chibuto na província de Gaza. Sou filha de professores primários (já reformados, por tempo de serviço 57 e 55 anos de idade respectivamente pai e mãe). Oficialmente tenho apenas um irmão mais novo. Tenho um filho de 16 anos de idade, o qual o tive ainda adolescente (tinha 17 anos); este ainda mora com o meu pai e minha mãe, meu irmão, a esposa dele e filho. Vivo maritalmente há 6 anos. “Como entrou em contato com o feminismo?” “Tive o convite para um estágio de trabalho no Fórum Mulher e lá encontrei companheiras e conheci o feminismo. “ Quando se percebeu feminista?” Em 2011 embora sinta que sou feminista desde a nascença, só que não sabia. “Quais autoras feministas você costuma ler?” Gioconda Belli. “Quem te inspira?” “A vida me inspira. “Como entende o atual momento da mulher em Moçambique?” “Um momento ainda de muita luta para ela própria perceber o quão se encontra ofuscada pelo poder masculino. Ao mesmo tempo, é um momento de descoberta, de solidariedade em que umas puxam as outras mulheres para juntas avançarmos com a agenda de igualdade.*

“Qual sua área de atuação no Feminismo” Independência e autonomia económica e financeira. Poder de decisão “Estuda? Qual curso?” “Sou formada em engenharia Agronómica.

3.2.6 Percina Meque

“Fale-me de sua experiência enquanto feminista em Moçambique. Como é vista a mulher que se define como “feminista”? Passou por alguma situação em que o fato de ser feminista e de ser identificada como tal, a marcou? Como os meios de comunicação tratam o movimento feminista em seu país? Como a família encara tal posicionamento? *“A minha experiência enquanto feminista tenho a realçar que o primeiro aspecto foi/é reconhecer-me como sujeito de direito, levantar uma serie de questionamento das regras estabelecidas socialmente que me desconfortavam e a construir minha opinião sobre em volta do que me rodeia no sentido de influenciar para mudança e viver a liberdade. A mulher que se define como feminista é vista como uma rebelde, mal amada, amarga, frustrada, desestabilizadora dos relacionamentos, etc.*

Sim passei por uma grande realização relacionada com o meu casamento, segundo qual negocieei com sucesso o facto do meu esposo adotar o meu apelido e eu o dele no nosso casamento, o que não comum na nossa sociedade, normalmente as mulheres é que adotam apelido do marido, importa sublinhar que foi o primeiro registo na conservatório do registo civil da matola um esposo adoptar o apelido esposa e a esposa adoptar do esposo.

Os meios de comunicação, infelizmente não tem muita informação sobre o feminismo, e tanto é que, quando o nosso movimento tem oportunidade de participar num programa radiofónico ou televisivo aproveitamos para clarificar informação básica relacionada com o feminismo que eles necessitam.

No principio a família achava que eu fosse anormal e que o comportamento e atitudes que eu tinha eram de rapazes e que não ficava bem para uma mulher, mais não foi de forma agressiva porque depois foram percebendo paulatinamente que o meu posicionamento era/é trazer a justiça, igualdade de direitos e deveres.

“Li um proverbio africano tempos atrás que diz que: “um leão não precisa rugir para ser temido.” Ouço sempre muitas pessoas falando que o feminismo africano foi e segue sendo diferente. *“Em primeiro lugar quero clarificar que África é um continente que não tem uma única bandeira, mais tem várias bandeiras de vários países assim como o continente Americano, Asiático e Europeu não tem única bandeira.*

Quero também, aqui partilhar um cenário que vivenciei numa das formação que tive, fora do continente Africano, concretamente no continente Europeu e particularmente na

Espanha, na qual em algumas sessões de formação os exemplo que algumas/ns colegas de formação (professoras/es e alunas/os) era trazer problemas de África e era um problema para toda África, e eu tive a missiva missão de influenciar na desconstrução da forma de problematizar determinadas situações concretas, no entanto durante essas sessões eu ia solicitando exemplos concretos no sentido de saber que país está-se a mencionar em falar de África e não conseguiam trazer algo concreto de um país de África, é importante situar geograficamente (espaço físico). É preciso trazer a amostra para analisarmos se de facto é representativa ou não, para não generalizar em África.

Voltando a pergunta quero realçar que, a diferença traz a riqueza de qualquer seja a situação, no entanto, os contextos são diferentes, mais as lutas são quase as mesmas, enquanto umas mulheres lutam pela adoção dos nomes originários africanos retirando os nomes dados pelo sistema colonial, outras lutam pela igualdade de direitos entre os homens e mulheres, e outras estão a acompanhar a evolução profissional das mulheres afecte no mercado de trabalho.

Maria José Arthur (2005), em “As Boas Meninas e as Feministas” bem nos mostra que as feministas são demonizadas, vistas como a outra face do machismo, como se as elas desejassem implantar o reino da supremacia feminina. Tão enraizado é tal pensamento, que mesmo as mulheres que defendem a igualdade chegam a afirmar que defendem essa ou aquela ideia, mas se apressam em deixar claro que não são feministas. Vocês não se inserem neste aspecto, são assumidamente feministas. Passados dez anos deste texto, a demonização continua? *“Eu sou feminista assumida e com muito orgulho, porque gozo os mesmos direitos e deveres desde a esfera família, profissional, social etc. e defino/estabeleço as minhas próprias regras e estou na militância no sentido de despertar a consciência das mulheres e raparigas, milito para influenciar políticas, leis, para eliminar a violência contras as mulheres e raparigas.*

Penso que a denominação continua, mais não tenho muita certeza porque em alguns fóruns onde tenho participado sinto uma tendência a redução, entretanto não devo generalizar e assumir como um todo, porque a amostra não é representativa.

“O colonialismo foi para vocês foi um dos fatores centrais para o panorama no qual a opressão das mulheres, ainda é sentida em Moçambique? Qual a parcela das tradições culturais nisso?” Gostaria de sublinhar que agora está-se diante de uma situação de neocolonialismo, mais com as empresas transnacionais, e não o colonialismo.

O capitalismo e o machismo (tradição e cultura) são factores centrais para o panorama no qual a opressão para grande parte das mulheres em Moçambique. Sem duvida

que as questões tradicionais são em grande medida. O discurso usado para a perpetuação da opressão das mulheres é o seguinte: é minha cultura/ é minha tradição e não se questiona e não se muda porque os antepassados assim viviam.

3.2.7 Rosalina Renalda Nhachote

Rosalina Renalda Nhachote, 39 anos. “Fale-me um pouco de você, onde nasceu como é sua família, etnia. *“Nasci em Maputo, na principal Avenida do país, segunda filha de seis. Dos quais 4 rapazes e duas meninas. Meu pai era Escrivão de classe A, e minha mãe doméstica. Originários da província de Inhambane encontram em Maputo (antiga Lourenço Marques) e formam família. Negra com muito orgulho.*

“Como entrou em contato com o feminismo?” *Através de contacto com mulheres do Fórum Mulher. Fazia parte de outros fóruns tais como movimentos juvenis onde a agenda era mais alargada, mas em 2009 a partir do contato com algumas amigas, fui paulatinamente percebendo e me percebendo melhor em relação ao incessante questionamento. “Quando se percebeu feminista?” Através da forma diferente que me posicionava constantemente. Era vista como diferente das outras mulheres, pela frontalidade e questionamento permanente a nível da família, escola, igreja e comunidade. Mas só foi a partir de 2009, que comecei a entender a questão dos conceitos, e a minha forma de estar.*

“Quais autoras feministas você costuma ler?” *“Simone de Beauvoir, e todas as feministas Moçambicanas, tais como Isabel Casimiro, Maria Jose, Ximena Andrade, Conceição Osório etc. “Quem te inspira? Graça Samo (actual coordenadora da Marcha Mundial das Mulheres), “Como entende o atual momento da mulher em Moçambique? “A mulher em Moçambique esta numa fase de perigo em relação ao avanço de novas formas de resistência e oposição contrarias aos ganhos ate agora conseguidos. Iguamente, devido as questões culturais que a colocam em profundo retrocesso em relação aos direitos humanos e aos ganhos ao nível de legislação. Todas essas questões associadas ao analfabetismo são elementos que continham a subjuga-las em grande medida.*

“Qual sua área de atuação no Feminismo?” *“Direitos humanos das mulheres, e raparigas. “Estuda? Qual curso? Estou neste momento a frequentar o Mestrado em Ciências de Comunicação-Cinema e televisão, na Universidade Nova de Lisboa.*

3.2.8 Nzira de Deus

“Fale-me de sua experiência enquanto feminista em Moçambique. Como é vista a mulher que se define como “feminista”? Passou por alguma situação em que o fato de ser feminista e de ser identificada como tal, a marcou? Como os meios de comunicação tratam o movimento feminista em seu país? Como a família encara tal posicionamento?”

Define-se como feminista aquela mulher que questiona e resiste aos papéis de género atribuídos socialmente. A mulher que pergunta por que tem que servir o prato de comida ao esposo quando voltam juntos do serviço. As que perguntam por que o homem não ajuda a cuidar da casa e das tarefas domésticas. Pessoalmente penso que tenho todos os dias situações que me marcam, mas a que especialmente marcou foi quando o meu ex-marido não quis ficar com o meu filho bebé quando tive que viajar em missão de trabalho. Ele disse que era minha tarefa cuidar da criança (que por sinal já não mamava) e que se eu tinha que viajar eu devia encontrar alguém para cuidar do miúdo, e tive que deixar em casa da minha mãe. Um outro episódio foi quando ele propôs que eu deixasse de trabalhar para cuidar da casa, que ele iria pagar-me um salário e eu recusei. Aquilo gerou muito conflito e desde então percebi que não pensávamos da mesma forma. Os meios de comunicação poucas vezes usam a expressão feminista, chamam mais de rebeldes, frustradas ou no sentido positivo as activistas dos direitos das mulheres. Penso que eles não querem aceitar o termo feminista julgando estar a ser severas conosco, entendendo este como termo negativo. Só bem recentemente tem se aberto para mencionar a palavra “feminista”. Mas ainda assim, não aceitam da melhor forma. Mas a nossa luta como feministas não se centra na palavra, mas nas ações que desenvolvemos de defesa dos nossos direitos. Minha família me compreende, pois eu desde miúda questioneei o porquê de existir essa separação de actividades entre meninos e meninas. Cresci numa casa só de mulheres e eu me identificava mais com as brincadeiras masculinas. Gostava de jogar bola, pular muro, ir atrás de carros, jogar berlindes e sempre fui de confrontar qualquer situação. Era a mais destemida das irmãs e a que fazia os concertos das portas, janelas etc.... Não porque havia divisão de trabalho, mas porque gostava de fazer. Hoje a minha família, entende e me apoia nas minhas actividades, pois tem vindo a assistir esta caminhada.

“Li um proverbio africano tempos atrás que diz que: “um leão não precisa rugir para ser temido””. Ouço sempre muitas pessoas falando que o feminismo africano foi e segue sendo diferente.” *Acredito que existem diferentes tipos de feminismos e cada uma vive de acordo com o seu contexto e não seria diferente para nós. Mas acho que a base é a mesma:*

lutamos todas pela autonomia dos nossos corpos, mentes e vidas. Lutamos pelos nossos direitos a participação igual na vida política e social. Queremos uma igualdade de acesso as oportunidades e a valorização do nosso papel como reprodutoras e produtoras da vida. Somos contra a escravidão e a dominação de uns pelos outros. É diferente porque travamos as lutas dentro de um contexto mais difícil e mais rude. Países pobres, sem serviços, sem direitos e democracia enraizada e que se esconde muito nas tradições e culturas. Como africanas lutas para desconstruir a “cultura” machista que faz com que se perpetuem as desigualdades. Penso que a maior diferença está em como travamos a luta: nos argumentos e estratégias que usamos para enfrentar o sistema patriarcal. Infelizmente o analfabetismo esta presente fortemente na vida das mulheres e muitas mulheres não conseguem se livrar das amarras do patriarcado, pois não tem uma escolaridade e não sabem se defender. Quando é assim algumas buscam formas alternativas dentro próprio sistema e outras acabam se resignando e se submetendo.

Maria José Arthur (2005), em “As Boas Meninas e as Feministas” bem nos mostra que as feministas são demonizadas, vistas como a outra face do machismo, como se as elas desejassem implantar o reino da supremacia feminina. Tão enraizado é tal pensamento, que mesmo as mulheres que defendem a igualdade chegam a afirmar que defendem essa ou aquela ideia, mas se apressam em deixar claro que não são feministas. Vocês não se inserem neste aspecto, são assumidamente feministas. Passados dez anos deste texto, a demonização continua?

Penso que continua sim, mas a diferença é que temos mais mulheres jovens se afirmando como feministas e colectivos se organizando para agirem em blocos. Antes eram mais as mulheres brancas e estudadas que falavam do feminismo e isso era entendido como algo externo as demais mulheres e jovens. A medida que ganhamos consciência dos nossos direitos e de como os adquirimos, começamos a perceber que a luta é antiga e que muitas padeceram nesse processo. E que esta luta que travamos individualmente e depois colectivizada tinha um nome que é Feminismo. Portanto, nos identificamos com esta luta e com o nome da mesma (feminismo). Continuamos sendo um grupo pequeno das que se identificam com o termo e são catalogadas como as vadias, confusas, rebeldes, contra o sistema, as radicais e as intolerantes. Ou mesmo as que foram estrangeirizadas. Mas percebemos que temos muitas mulheres que pensam como nós, mas não querem usar o termo feminismo para não serem mal vistas, catalogadas e excluídas de alguns espaços sociais. Mas tem também nós as outras que somos as que nos identificamos com o termo, mas que também travamos as nossas lutas no dia a dia. Por vezes cedendo algumas coisas, mas

também confrontando sempre que podemos. Na verdade, ainda que cedendo nalgumas vezes, continuamos inadaptadas e rebeldes, porque aprendemos a questionar sempre, ainda que não querendo nosso olhar, nossa análise está lá!

“O colonialismo para vocês foi um dos fatores centrais para o panorama no qual a opressão das mulheres, ainda é sentida em Moçambique? Qual a parcela das tradições culturais nisso? “Eu acho que é sentido sim, pois o colonialismo reforçou a lógica de que a mulher é um ser inferior ao homem sem contar que ele mesmo traz consigo a prática de dominação e a opressão. As mulheres foram sempre usadas e vistas como instrumento para servir o colono durante o período colonial, sem direitos nenhuns! Elas aprenderam a resignar-se e a aceitarem que não eram seres de direito. Vejo muitas mulheres hoje sem esta atitude de questionarem e contestarem. Quando os colonos saíram transferiram o poder que tinham sobre as mulheres para os homens locais e estes para desconstruírem que não eram iguais aos colonos, usaram da tradição para perpetuar a opressão das mulheres. Foram resgatar falsos valores culturais afirmando que era assim que estava construída a sociedade antes do colono chegar o que não constitui a verdade. Estes impuseram sua lógica de opressão se escondendo por detrás da cultura. Os mais velhos dizem que muito do que se afirma como parte da cultura na verdade não constitui a nossa real cultura... que esta foi deturpada para servir os interesses de um grupo, no caso os homens. As mulheres sempre foram respeitadas na nossa cultura e não tratadas como grupo de segunda categoria. Um exemplo concreto, disso tem a ver com as práticas alimentares. Em algumas partes do país as mulheres são proibidas de comer certas partes do frango como a coxa, a asa, as patas alegando que são destinadas somente aos homens. Mas segundo os mais velhos isso não constitui a verdade! Isto foi implantado logo após a saída do colono. Portanto o colonialismo não trouxe nada de bom e a sua saída acabou distorcendo muitas praticas culturais boas que tínhamos prejudicando as mulheres.

3.2.9 Maira Solange

“Quais livros, artigos, sites que se relacionem com o feminismo estão sendo lidos por você neste momento? Que autor ou autora te encanta? “Neste momento estão lendo bastante os artigos do site da www.soscorpo.br e <http://www.cepia.org.br/>, Cladem igualmente. Neste momento estou lendo o Alegre Canto da Perdiz de Paulina Chiziane, ela não se afirma como feminista, mas é a primeira mulher negra moçambicana que afirma na escrita, romancista

por isso considera importante não devemos ler somente artigos as que se assumem politicamente como feministas. Gosto muito dos textos da Sónia Correa, Virginia Gusman, Maria Jose Arthur, Isabel Casimiro, Ana Loforte, Ximena Andrade

Maria José Arthur (2005), em “As Boas Meninas e as Feministas” bem nos mostra que as feministas são demonizadas, vistas como a outra face do machismo, como se as elas desejassem implantar o reino da supremacia feminina. Tão enraizado é tal pensamento, que mesmo as mulheres que defendem a igualdade chegam a afirmar que defendem essa ou aquela ideia, mas se apressam em deixar claro que não são feministas. Vocês não se inserem neste aspecto, são assumidamente feministas. Passados dez anos deste texto, a demonização continua? *“O texto permanece actual, existem muitas associações de mulheres, mas poucas se afirmam feministas. Lembro-me quando o Fórum Mulher, decidiu em 2008/2009 assumir nos documentos estratégicos, que é uma organização feministas, os seus membros afirmavam com muita resistência, porquê. Se nós já trabalhamos fora, porque temos que precisamos colocar que somos feministas, parece mais uma provocação aos homens. Assim, esta bom, temos as nossas associações, é este o sentimento manifestado pelas mulheres. A Maria José Arthur é uma das feministas mais vibrantes que nos tem apoiado as mulheres mais jovens, assim como Isabel Casimiro. Nós nos afirmamos como feministas como disse no questionário 2. Os exemplos das redes sociais, sobre a nossa já partilhei que com confirma o texto da Maria José.*

“O colonialismo para vocês foi um dos fatores centrais para o panorama no qual a opressão das mulheres, ainda é sentida em Moçambique? Qual a parcela das tradições culturais nisso? *“O colonialismo é uma forma de opressão que estruturou e visibilizou a desigualdade nas sociedades. Dos escritos existentes sobre as sociedades moçambicanas, muito similar as outras sociedades africanas comunidades de caçadores, agricultores e recolectores. Onde os homens iam a casa, as mulheres cuidavam da casa, das actividades agrícolas próximas a casa. Os homens podiam distanciar-se mais da casa para realizar as suas actividades. Já existia uma divisão de trabalho, como ela era percebida, e construída, isso exige mais elementos e informações para o debate.*

O impacto do colonialismo, visível porque visibiliza a diferença, ao expor as mulheres ao espaço público, ao trabalho forçado, aos castigos corporais, ao impor e categorizar as pessoas em grupos. Os assimilados aqueles que podiam conviver com colonos, que podiam ir à escola, isso agudizou as diferenças não só para as mulheres, assim como para os homens. Os assimilados constituídos por funcionários do sistema colonial, e seus filhos negros e mestiços. O recorte da cor da pele é extremamente importante neste período, os mais

clarinhos podiam sentir mais próximos dos colonos, não eram iguais mais podem encostar-se um pouco mais.

Isto, após independência pela forma como o Presidente Samora Machel lidou com os colonos, deu um ultimato para quem quisesse permanecer no País e quem quisesse sair deu 24 horas e levando apenas 20 kg de bagagem. Os que ficam, porque sentem-se moçambicanos, não iria permitir nenhuma prática de racismo.

O racismo ficou ofuscado, é manifestado subtilmente, os factos mais visíveis e discutidos é em relação aos investidores sul africanos nos Países, as empresas chinesas. Mas, em relação as mulheres, podemos observar o padrão de beleza, a pele mais clara, é também uma reprodução global não só do colonialismo , em relação da construção do modelo de beleza. Isso é visível nas publicidades, nas músicas...

Em relação a cultura, posso afirmar que a opressão das mulheres esta fortemente associada, a forma como as lideranças locais tomaram a cultura para si, como meio de manifestar o seu poder. Como, forma de manterem seus territórios de reconhecimento e não permitir ninguém interfira. Uma das questões o não questionamento, quem questiona, é mal entendido, é mal educado, porque há coisas que não podem ser questionadas. As práticas de purificação das viúvas, são feitas em base ao respeito a cultura.

As mensagens que são disseminadas nos ritos de iniciação, também perpetuam as uniões prematuras, reforçam a submissão das mulheres. A nível discursivo existem as mensagens sobre as mulheres discriminam e reforçam a submissão. “As mulheres não podem negar sexo aos seus maridos.

3.3. Refletindo um pouco a partir do aprendizado com elas.

O capítulo três foi de fato um dos maiores desafios, afinal como apresentar a fala destas mulheres, suas experiências, sonhos e perspectivas, de forma justa com as mesmas, comigo? Pensei primeiro em só trazer a baila o que havia sido partilhado comigo, separadamente, cada uma. Este estratagemas não me pareceu muito sólido, era cru demais. Em outra oportunidade, pensando melhor e com mais clareza, trazer cada uma individualmente, me pareceu mais apertado. Cada uma em seu microcosmo, particularidade, individualidade.

Nossas vidas não são como uma linha reta, onde cada passagem dela faz pleno sentido para nós mesmos, ou para os outros. Não trago a vida destas mulheres de forma cronológica, não me debrucei sobre cada etapa de suas vidas. Neste sentido, não trago aqui uma biografia de suas vidas, ou algo do tipo. Trago suas impressões sobre o feminismo em Moçambique.

Para Bhabha (1998) as histórias individuais remetem a opressão vivenciada pelo coletivo e até mesmo por uma nação. Narrar o que se passou não seria deste modo um evento tranquilo, confortável: “Relembrar nunca é um ato tranquilo de introspecção ou retrospectão. É um doloroso relembrar, uma reagregação do passado desmembrado para compreender o trauma do presente.” (BHABA, 1998, p. 101).

Estas histórias foram reprimidas, desencorajadas ou silenciadas durante muito tempo. É fato que a opressão imposta, os espaços negados, não furtou estas mulheres de serem agentes de suas mudanças e conquistas. É disso que se trata em grande medida no final, estas mulheres querem ante suas micro rebeliões, quer diante das grandes passeatas estão reafirmando seu direito a todos os espaços em uma sociedade que ao menos em sua constituição e no discurso do principal partido do país, estas são iguais aos homens. Igualdade que deve ser manifesta em oportunidades iguais, respeito à individualidade destas.

Creio o pensar sobre os preconceitos que ainda pairam sobre nós mulheres, permite e incentiva aquilo que Bhabha ao tratar do destas necessárias revisões, nos alerta que estas permitem: “a desestabilização dos espaços de discriminação e dominação.” (IDEM, 1998, p.162).

Gosto de pensar que nossos escritos são mediados ou refletem quem somos, nossas experiências, traumas, anseios, esperanças. Marcia Tiburi diz lindamente que:

Historicamente as mulheres não tiveram direito à voz. Por isso, ficaram de fora do poder. A conquista do poder é a conquista da voz. A voz também é corpo. A conquista da voz é a conquista do corpo. Por isso, quando uma mulher se pronuncia sobre sua vida, seu desejo, seu lugar, quando ela vota, ou quando ela se candidata a um cargo, quando ela assume espaço na vida pública, tudo isso é efeito da voz, que é mais do que uma metáfora do poder. É o caminho do poder e sua expressão. (TIBURI, p, 01, 2016)

As questões atreladas às mulheres foram durante muito tempo definidas e pensadas a partir de prismas masculinos e mesmo escritas por homens. Tardou muito para que o início de mudança ocorresse Quando enfim iniciamos nossos escritos eles são tidos como menores. Nossa escrita foi durante muito tempo restrito aos diários, aos pequenos poemas, a algumas poucas que ousavam romper com algo tão fortemente estabelecido.

Hoje mesmo diante de tantos avanços e conquistas lemos que mesmo escritoras já consagradas como Paulina Chiziane, ainda se percebem impossibilitadas de trataram de

alguns temas. Temas que não constrangeriam homem algum no exercício de sua escrita. Em entrevista a NBC ela afirma que:

O que os homens escrevem, eu não posso escrever. Se descrever o sexo de um homem, o mundo todo vai atirar pedras em mim, vai me chamar de nomes. Mesmo que tenha vontade, não é fácil.

O poema do Vinicius é lindo. Mas ele escreveu assim porque é permitido. Uma mulher não pode escrever aquilo.

Temos o nosso poeta, que já morreu, Eduardo White. Ele tem um volume só sobre sexo... Jesus! Eu disse 'Eduardo, qualquer dia vou escrever o mesmo que tu escreves, vou inverter. Ele respondeu 'olha, as mulheres jamais irão escrever. Vocês são prisioneiras'. Ele tem razão. 'Ele é um homem livre, mas nós somos prisioneiras. (CHIZIANE, 2016, p. 01).

Pensemos então a experiência do ser feminista em Moçambique, a partir dos relatos das mesmas, destas que encaram deste cedo suas vozes como ferramentas para libertação, suas histórias e trajetórias de vidas como exemplos e lembretes de que a luta por dias melhores em si mesma já é amparo e aporte para sonhos e concretizações destes. Eis suas vozes, seus corpos, suas almas, derramadas oras timidamente, ora impetuosamente em poucas linhas por vezes, linhas intensas, linhas permeadas de resistência.

CONCLUSÃO

O propósito deste trabalho foi a apresentação das questões atuais referentes ao feminismo moçambicano. Trago aqui o empenho destas na construção e viabilização de debates e embates por vezes, cujo principal objetivo residiria na conscientização da população moçambicana, no tocante as práticas que precisam ser transformadas, como a urgente necessidade de igualdade de gêneros.

Julguei de extremo valor o fato de parte de o trabalho ter-se dedicado a apresentação da visão das militantes, sem minha intermediação, num claro esforço de trazer a baila suas visões, atuação e singularidade.

Partindo da premissa que estas histórias foram reprimidas, desencorajadas ou silenciadas durante muito tempo, tento mostrar que a opressão imposta, os espaços negados, não furtou estas mulheres de serem agentes da aquisição de mudanças e conquistas.

Inspirada em Margareth Rago ao apontar que o: “O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera“. (RAGO, 1998, p. 03), optei no primeiro capítulo por uma escrita pessoal, em primeira pessoa”. Algo que me foi fortemente sugerido também durante a banca de qualificação. Nele narro os caminhos percorridos na pesquisa.

O tema do feminismo em Moçambique ainda é pouco explorado entre os estudos efetuados no Brasil. Creio na relevância e pioneirismo deste. Neste sentido a resenha de Osmundo Pinho: “Descolonizando o Feminismo em Moçambique” de 2012, serviu-me de despertar para a necessidade de atentar para esta temática tão cara.

Tentei no segundo capítulo apresentar algumas questões que julguei pertinentes quanto ao feminismo africano. A rejeição de muitos estudiosos ao conceito feminista, que se mostrou muito mais reverberação do desejo destes de não mais aceitar imposições do ocidente, ou ainda a tentativa de construir algo novo, fundamentado em suas próprias bases. Apresentei o feminismo moçambicano, alertando para o fato de que existem mecanismos muitas vezes sutis de desmerecer e “demonizar”, o feminismo naquele país. Processo que passa também pelo feito de inferiorizar e colocar a margem aquelas que assumem-se enquanto feministas. O ato de rebelar-se contra a soberania masculina, exigindo espaços e relações saudáveis de gênero, faz com que as militantes do movimento feminista em Moçambique, tenham que abdicar da imagem socialmente aceita e imposta da mulher ideal, aquele que complementa, apazigua, aceita o que é dado como natural.

Não posso me eximir de recordar mais uma vez, as palavras de Eva Anadón (2016) ao relembrar que: “o movimento feminista em Moçambique, está vinculado a uma classe média, tradicionalmente trabalhando perto das suas ONGs e das organizações de desenvolvimento”. Estas mulheres são graduadas, pós-graduadas, mulheres que conhecem outros países, muitas estudaram em outros países, mulheres modernas, ultra conectadas com outras realidades onde o feminismo também atua. A mera estereotipação de sua condição de mulheres e mulheres feministas, não arrefecem seus ânimos, nem as paralisa. Rago (2001) inspirou-me muito neste sentido:

“Deve-se perguntar, então, a que vem a perpetuação desse estigma sobre mulheres que lutam e lutaram por outras mulheres, que se empenham pela melhoria da condição feminina, que dão visibilidade a questões radicalmente novas, que propõem outras alternativas para o pensamento e que, sem dúvida alguma, ajudam a construir um mundo novo e muito mais saudável também para os homens? E mais, o que a utilização desse estigma nos informa sobre *o lugar do feminino* em nossa cultura e sobre a relação que se mantém com o diferente? A reflexão sobre essas questões nos ajuda a perceber como a sociedade reage ante a ideia de que as mulheres passem a se pensar com autonomia, como podendo figurar por conta própria na História, recusando-se a girar, como auxiliares ou sombras, em torno dos homens”. (RAGO, 2001, p. 59).

No terceiro capítulo deste modo, apresentei suas falas e visões sobre o feminismo em seu país. Creio que a escrita feminista é ato de resistência, atitude deliberadamente em prol da dignidade de mulheres. Escrita profética, proclamadora de mundos possíveis, mundos mais igualitários, menos violentos. Mundos empáticos, livres, isentos de sexismo, misoginia, racismo.

Para não concluir, resta-me a percepção que a despeito dos avanços conquistados pelos movimentos feministas, muitos ainda não creditam estas mudanças ao feminismo, não as associam à pauta feminista. Fica claro que quer em Moçambique, quer no Brasil ainda é necessário conscientizar as pessoas, homens e mulheres, sobre o quão revolucionário é o feminismo nos espaços e lugares onde igualdade de gênero, ainda precisa ser reafirmada.

Referências Bibliográficas

- AMADIUME, Ifi. *Women and Development in Africa*. Disponível em: <<http://www.sgiquarterly.org/feature2005Jan-3.html>>. Acesso em: 09 de jul de 2014.
- AfricanFeministForum. Disponível em: <<http://www.africanfeministforum.com>>. Acesso em: 16 de maio de 2016.
- ARTHUR, Maria J. As boas meninas e as feministas. Outras masculinas. Opinião. In: *Outras Vozes*. N.12. 2005. Disponível em: <http://www.wlsa.org.mz/artigo/as-boas-meninas-e-as-feministas/>. Acessado em: 02 de janeiro de 2014.
- _____; MEJIA, Margarita. Instâncias locais de resolução de conflitos e o reforço dos papéis de gênero. A resolução de casos de violência doméstica. In: *Outras Vozes*. n.17. 2006. Disponível em : <http://www.wlsa.org.mz/artigo/instancias-locais-de-resolucao-de-conflitos-e-o-reforco-dos-papeis-de-genero-a-resolucao-de-casos-de-violencia-domestica/>. Acessado em: 10 de janeiro de 2014.
- ARNFRED, Signe. Notas sobre gênero e modernização em Moçambique. Dossiê: Corpos, trajetórias e valores: Perspectivas gênero, famílias e reprodução social em contextos africanos. *Cadernos Pagu* (45), julho-dezembro de 2015:181-224. ISSN 1809-4449. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/18094449201500450181>>. Acesso em: 26 de março de 2016.
- SOUZA, Babi. *Vamos juntas? O guia da sororidade para todas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Galera Record, 2016.
- BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 21 (2): 336, maio/agosto. 2013.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço Reis; Gláucia Rate Gonçalves. Belo horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta M. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- BRASIL ESCOLA, 2016. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/mocambique.htm>>. Acesso em: 18 de setembro de 2015.
- BAMISILE, Sunday A. Questões de gênero e da escrita feminina na literatura africana contemporânea e da diáspora. Teses de doutorado em estudos literários esp. Literatura comparada. Faculdade de Letras, Lisboa, 2012.
- Becker, Howard S. *Outsiders*. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar2008 [1963].
- BENSUSAN, Hilan. Heterossexuais, heteroraciais, heteroculturais: as colonizações das mulheres negras. Universidade de Brasília. Disponível em: <www.academia.edu/377034>. Acesso em: 30 de agosto de 2014.

BIKO, Steve. *Escrevo o que eu quero*. São Paulo: Ática, 1990. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/236043744/Steve-Biko-Escrevo-o-que-eu-queiro-pdf>>. Acesso em: 25 de junho de 2016.

BRANDÃO, Ana M. *Entre a vida vivida e a vida contada: A história de vida como material primário de investigação sociológica*. Disponível em: <<https://jovensfeministasmoz.wordpress.com>>. Acesso em: 07 de maio de 2014.

CABAÇO, José L. *Moçambique. Identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: UNESP, 2009.

CANDÉ, Monteiro; ODILA, Artemisa. *Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)*. Salvador, 2013.

CALDEIRA, Adérito. Governo de Filipe Nyusi expulsa cidadã espanhola, num claro aviso de intolerância a quem queira manifestar-se em Moçambique. Jornal gratuito *A verdade*. 31 Março de 2016. Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/57396-governo-de-filipe-nyusi-expulsa-cidada-espanhola-num-claro-aviso-de-intolerancia-a-quem-queira-manifestar-se-em-mocambique>>. Acesso em: 15 de setembro de 2016.

CHIZIANE, Paulina. Entrevista concedida a Ingrid Fagundez .BBC Brasil em São Paulo. 30 de outubro de 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37734763>>. Acesso em: 01 de novembro de 2016.

CASIMIRO; Isabel. *Paz na terra, guerra em casa. Feminismo e organizações de Mulheres em Moçambique*. Dissertação. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1999.

_____. Feminismo e direitos humanos das mulheres. In: *Outras Vozes*. n.º. 6, Fevereiro de 2004.

_____. Identidades e Representações das Mulheres em África. Revista Estudos Moçambicanos. Numero 17. Centro de Estudos Africanos-Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 1999.

_____. *Movimentos sociais e movimentos de mulheres*. 2015.

CASIMIRO, Isabel; ANDRADE, Ximena. *Construindo uma Teoria de Gênero em Moçambique*. Departamento de Estudos da Mulher e do Gênero. Maputo. Centro de Estudos Africanos. Universidade Eduardo Mondlane, 1992.

_____. Investigação sobre Mulher e Gênero no Centro de Estudos Africanos. *Revista Estudos moçambicanos*, 21, 7-27, 2005, Maputo, Moçambique.

COSTA, Renata G.; SILVERA, Clara M. H.; MADEIRA, Maria Z. A. *Relações de Gênero e poder: Tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina*. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/56/196>>. Acesso em: 15 de abril de 2015.

COMUNICADO FÓRUM MULHER. “Não é controlando o vestuário das mulheres que se pode travar a epidemia do Sida.”. Outras Vozes, n.14, 2006. Disponível em: <<http://www.wlsa.org.mz/artigo/nao-e-controlando-o-vestuario-das-mulheres-que-se-pode-travar-a-epidemia-do-sida>>. Acesso em: 27 de junho de 2014.

COLETIVO NÃO ME KAHLO. **#Meu amigo secreto. Feminismo além das fronteiras**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016.

ESPADA, Marta. Segunda práctica de Investigación de audiencias y planificación de médios. 3º Grado Publicidad y RRPP Online, Universidad Rey Juan Carlos. Disponível em: <<https://storify.com/MartaEspada/es-la-netnografia-solo-util-para-el-marketing>>. Acesso em: 09 de agosto de 2016.

ENAP: Escola Nacional de Administração Pública. *DIREITOS DE MULHER NO MOÇAMBIQUE Dever de terminar práticas ilegais*. Maputo – Moçambique, 3 a 14 de Junho de 2009.

FREITAS, H.; JANISSEKMUNIZ, R.; ANDRIOTTI, F.

K.; FREITAS, P.; COSTA, R. S. Pesquisa via Internet: características, processo e interface. Porto alegre: *Revista Eletrônica GIANTI*, 2004.

GUSSI, Alcides F. *Reflexões sobre os usos de narrativas biográficas e suas implicações epistemológicas entre a Antropologia e a Educação*. Disponível em:

http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2007/alcides%20fernando%20gussi.pdf SITE. Acesso em: 07 de maio de 2016.

GOMES, Patrícia; DINIZ, Debóra; SANTOS, Maria Helena; DIOGO, Rosália. O que é feminismo? Organizador: Carlos Serra. *Coleção Cadernos de Ciências Sociais*. Lisboa: Escolar Editora, 2015.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. *Revista Estudos Feministas*. V. 3, n. 2.1995.

HORN, Jessica. *Nossa África: mapeamento resistência crítica das mulheres africanas*. Disponível em: (SITE) Acesso em:

HOUNTONDJI, Paulin J (org.). O antigo e o Moderno. A produção do saber na África Contemporânea. Edições Pelago, Portugal, 2012.

AMÉLIA, Lísia; ARAUJO, Shaista; DOMINGOS, Maira; JAIME, Unaity; MARQUES, Suzete; MENEZES, Celma; MEQUE, Percina; MONJANE, Valuarda; MUTHEMBA, Ligia; NHACHOTE, Rosalina; SITHOE, Yolanda e UACIQUETE, Mwema. Movimento Feminista em Moçambique. Disponível em: <nawey.net>. Acesso em: 22 de abril de 2014.

HALL, Stuart. *Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. Organização Liv Sovik. Tradução Adelaine La Guardia Resende. 1 ed. Atualizada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5) 1995:pp 07-41.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE MOÇAMBIQUE. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz>>. Acesso em: 12 de junho de 2015.

KOFES, Suely. Experiências sociais, interpretações: histórias de vida, suas possibilidades e limites. *Cadernos Pagu* (3) 1994: pp. 117-141.

KOZINETS, Robert. *Entrevista a Wide. Robert Kozinets, o pai da Netnografia. Entrevista exclusiva com o pioneiro da disciplina*. Disponível em: <<http://www.revistawide.com.br/marketing/robert-kozinets-o-pai-da-netnografia>>. Acesso em: 29 de junho de 2016.

KOZINET, Robert V. *Realizando pesquisa etnográfica online*. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=edi_AwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA1&dq=robert+kozinets+netnografia&ots=2FIxZkmhSi&sig=HX_WvByJcsLR3XWFXHq2MDr8cb4#v=onepage&q=robert%20kozinets%20netnografia&f=false>. Acesso em: 29 de junho de 2016.

ADÉSINÀ, Jimi. MATRIFOCALIDADE RE-APROPRIADA: ENDOGENEIDADE E ESTUDOS DE GÊNERO NA ÁFRICA. *Sociological Review african* 14 (1) 2010.

LEWGOY, Bernardo. A invenção da (ciber)cultura .Virtualização, aura e práticas etnográficas pós-tradicionais no ciberespaço. The invention of (cyber)culture. Virtualization, aura and post-traditional ethnographic practices in the cyberspace. *Civitas*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 185-196, maio-ago. 2009.

LICAS Geraldo Cebola João. CURRÍCULO E GÊNERO NA PÓS-MODERNIDADE: O CASO DE MOÇAMBIQUE. *Revista Litteris Filosofia* Número 5. Julho de 2010.

LUCENA, Mariana B. N. *Os debates do movimento feminista: do movimento sufragista ao feminismo multicultural*. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/100>>. Acesso em: 04 de novembro de 2015.

LOFORTE, Ana M. Políticas e estratégias para a igualdade de gênero: constrangimentos e ambiguidades. In: *Outras Vozes* n° 8, Agosto de 2004. Disponível em: <http://www.wlsa.org.mz/artigo/politicas-e-estrategias-para-a-igualdade-de-genero-constrangimentos-e-ambiguidades/>. Acessado em : 02 de fevereiro de 2014.

LOFORTE; Ana Maria. Os movimentos sociais e a violência contra a mulher em Moçambique: marcos de um percurso. In: *Outras Vozes* n°. 27 Junho de 2009. Disponível em:

_____. Mulher, poder e tradição em Moçambique. In: *Outras Vozes*, n.º 5, Novembro de 2003.

MACHADO, Ida L. A narrativa de vida como materialidade discursiva. *Revista da Abralin*, v.14, n2, p.95-108, jul./dez.2015.

MAMA, Amina. *Pan-Africanism: beyond survival to revival?* Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/5050/amina-mama/pan-africanism-beyond-survival-to-renaissance>>. Acesso em: <http://www.wlsa.org.mz/artigo/os-movimentos-sociais-e-a-violencia-contra-a-mulher-em-mocambique-marcos-de-um-percurso/>. Acessado em: 26 de

janeiro de 2016.

_____. *Challenging masculinities militarized*. Interview Amina Mama Winnie Byanyama. Living Feminist Politics. Disponível em: <http://agi.ac.za/sites/agi.ac.za/files/fa_3_conversation_1.pdf>. Acesso em: 26 de agosto de 2015.

MAMA, Amina. The Challenges of Feminism: Gender, Ethics and Responsible Academic Freedom in African Universities. *JHEA/RESA* vol.9, nos 1 & 2, pp1-23, 2011.

MACHEL, Samora; LAFARGUE, Paul; KOLLONTAI, Alexandra; KAPO, Vito; Ching-Ling, Soon; TU, Mai T.; POSADAS, J. *A libertação da Mulher*. São Paulo: Global Editora, 1979.

MACHEL, Samora. Mensagem ao povo de Moçambique - Por ocasião da tomada de posse do governo de transição em 20 de novembro de 1974. *Edições Afrontamento*. Porto: Tipografia Nunes, 1974.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos Afro-asiáticos*, ano 23, n.º 1, 2001, pp 172-209.

_____. *África Insubmissa. Cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial*. *Edições Pedagogo*. Luanda: Edições Mulemba, 2013.

MAPOSA, Basetsana. *Confissões de uma mulher Africana: Sim, eu sou uma feminista!!!* Disponível em: <<http://bokamosoafrika.org/2011/10/confessions-of-an-african-woman-yes-i-am-a-feminist.html>>. Acesso em: 09 de março de 2016.

MONJANE, Valuarda. Quando éramos meninas novas. In: *Outras Vozes*, n.º. 16 Agosto de 2006.

MACEDO, Litiane. Gênero e África: outros olhares, outras perspectivas. *Rev. Estud. Fem.* vol.23 no.2 Florianópolis May/Aug. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p626>>. Acesso em: 24 de abril de 2015.

MCCCLINTOCK, Anne. Couro imperial Raça, travestismo e o culto da domesticidade. DOSSIÊ EROTISMO. *Cadernos Pagu* (20) 2003: pp.7-85.

MENDES, Conrado Moreira. A PESQUISA ONLINE: potencialidades da pesquisa qualitativa no ambiente virtual. *Revistas Digital Hipertextus*, n.2, Jan.2009. (Universidade Federal de Minas Gerais). Disponível em: <www.hipertextus.net>. Acesso em: 17 de maio de 2016.

MERCADO, Luís P. L.. Pesquisa Qualitativa on-line utilizando a etnografia virtual. *Revista Teias* v. 13 • n. 30 • 169-183 • set./dez. 2012.

MENEZES, Bruna. *O Sangue negro de Noêmia Souza*. Disponível em: <<http://www.afreaka.com.br/notas/o-sangue-negro-de-noemia-souza>>. Acesso em: 08 de junho de 2016.

NGOZI, Chimamanda. O perigo de uma única história. Traduzido para o português por Erica Barbosa. *CONFERÊNCIA ANUAL - TED GLOBAL 2009 - DE 21 A 24 de JULHO*

OXFORD, REINO UNIDO. Disponível em: <<http://nzinga.org.br/pt-br/africa2>>. Acesso em: 20 de junho de 2014.

NGOZI, Chimamanda. *Sejamos todos feministas. Tradução Christina Baum*. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

NOVELI, Marcio. Do Off-line para o Online: a Netnografia como um Método de Pesquisa ou o que pode acontecer quando tentamos levar a Etnografia para a Internet? *Organizações em contexto*, Ano 6, n. 12, julho-dezembro 2010.

NARVAZ, Martha G.; KOLLER, Silvia H.. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

NAVARRO, Márcia Hoppe. Entre o acadêmico e o popular: os rumos do feminismo atual. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 243, jan. 2009. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100013/10992>>. Acesso em: 19 out. 2016.

OYEWUMI, Oyeronke. *The invention of women: making an African sense of Western gender discourses*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1997.

OSÓRIO, Conceição. Mulheres, poder e democracia. In: *Outras Vozes*, nº. 9 Novembro de 2004.

_____. Identidades de gênero e vida sexual. In: *Outras Vozes*, Maio de 2008.

_____. Gênero e democracia. As eleições de 2009 em Moçambique. Moçambique, Maputo: Editor WLSA, 2010.

_____. Identidades sociais/identidades sexuais: uma análise de gênero. In: *Outras Vozes*, nº. 17 Novembro de 2006.

_____. Gênero e poder local. In: *Outras Vozes*, nº 28, Novembro de 2009.

OSÓRIO, Conceição; SILVA, Teresa C. E. Buscando sentidos. Gênero e sexualidade entre jovens estudantes do ensino secundário, Moçambique. Moçambique, Maputo: Editor WLSA, 2008.

WOOLF, Virginia. *Um Teto Todo Seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

OSÓRIO; Conceição; ARTHUR; Maria José. A situação legal das mulheres em Moçambique e as reformas atualmente em curso. In: *Outras Vozes*, n.º1, Outubro de 2002.

OSÓRIO, Conceição; TAMELE, Josefina. O “casamento” prematuro. Moçambique, Maputo : WLSA, 2013.

OLIVEIRA, R. C. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Editora Unesp/Paralelo 15, 1988.

PINHO, Osmundo. *A Frente de Libertação de Moçambique: Políticas de Gênero e Sexualidade*. Projeto CNPq- Edital MCT/CNPq N°03/2009.

_____. *“O mundo negro: Hermenêutica crítica da reafrikanização em Salvador”*. Editora Progressiva, Curitiba, 2010.

_____. Na "Zona Quente" pós-colonial. Regulação de gênero. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/corpo/na-zona-quente-pos-colonial>>. Acesso em: 28 de dezembro de 2015.

_____. Descolonizando o feminismo em Moçambique. *Rev. Estud. Fem.* vol.20 n.3 Florianópolis Set./Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000300026>. Disponível em: 10 de janeiro de 2016.

_____. O CÓDIGO DOS INDÍGENAS: A INSCRIÇÃO DA NATIVA E A RAZÃO ETNOLÓGICA EM MOÇAMBIQUE. *História: Questões & Debates*. Curitiba, volume 62, n.1, p. 49-72, jan./jun. 2015. Editora UFPR. Disponível em : <http://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/44147/26708>. Acesso 11 de janeiro de 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM MOÇAMBIQUE. Disponível em: <<http://www.mz.one.un.org/por/Como-Trabalhamos/Agencias-das-Nacoes-Unidas>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2014.

POL-DROIT, Roger. *Michel Foucault. Entrevistas*. Tradução de Vera Porto Carrero. São Paulo, Graal, 2006.

PACHECO, Aline Silva; BARROS, Carolyne Reis; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães BARROS, Vanessa Andrade de. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de História de Vida. *ISSN 1982 - 1913 2007*, Vol. I, nº 1, 25-35.

PAULILO, Maria Â. S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_pesquisa.htm>. Acesso em: 05 de junho de 2015.

POLIVANOV, Beatriz. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. *Revista Esferas*, Ano 2, no 3, julho a dezembro de 2013. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/viewFile/4621/3243>>. Acesso em:

PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. Disponível em: <<http://www.portaldogoverno.gov.mz>>. Acesso em: 16 de março de 2015.

RAGO, MARGARETH. Feminizar é preciso. Por uma cultura filógena. *SÃO PAULO EM PERSPECTIVA*, 15(3) 2001. - Epistemologia Feminista, Gênero e História. Joana; Grossi, Miriam (orgs.)- Masculino, Feminino, Plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RELATÓRIO NARRATIVO ANUAL. *Fórum Mulher-Coordenação para mulher no Desenvolvimento*. Período: Janeiro a Dezembro de 2014.

RODRIGUES, Nuno. LES. DONNA HARAWAY E A PROPOSTA DE CONHECIMENTOS SITUADOS. *Online*, Vol. 7, No 1, 2015.

RODRIGUES, Almira. *Participação Política das Mulheres e Gestão em Política de Gênero*. Brasília, maio de 2004.

RODRIGUES, Maria Natália Matias; MENEZES, Jaileila de Araújo. *O desafio de pesquisar: reflexões sobre metodologias e feminismo a partir de uma experiência de pesquisa*.

Disponível em:

<http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386619839_ARQUIVO_MariaNatáliaMatiasRodrigues.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2016.

ROBERT, Badou K. *A consciência da subalternidade: trajetória da personagem Rami em Niketche de Paulina Chiziane*. Dissertação de Estudos Comparados de literatura de língua portuguesa, apresentada na Universidade de São Paulo, 2010.

RUIZ, Bibiam P. “*Outra maneira de sentir: Feminismo Preto, Gênero e Estudos Literários Saariana*”. Disponível em: Portal Uned. (SITE) Acesso em: 20 de abril de 2014.

SADLER, Darlene J. Pós-colonialismo, feminismo e a escrita de mulheres de cor nos Estados Unidos. *Revista Mulheres e Literatura* – vol. 8 – 2004.

SANTANA, Jacimara . Mulheres de Moçambique na revista Tempo: o debate sobre o lobolo (casamento) *Revista de História*, 1, 2 (2009), pp. 82-98 Disponível em:

<http://www.revistahistoria.ufba.br/2009_2/a06.pdf >. Acesso em: 26 de outubro de 2014.

SHELLEY, Mary. *Frankenstein*. Porto Alegre: L&PM, 1997

SILVA, Teresa Cruz e Ximena, Andrade; Osório, Conceição; ARTHUR, Maria José. Representações e práticas da sexualidade dos jovens e a feminização do SIDA em Moçambique. Moçambique, Maputo: WLSA, 2007.

SUDBURY, Julia. Outros tipos de sonhos. *Organizações de Mulheres Negras*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SILVA, Aline Pacheco; BARROS, Carlyne Reis; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de História de Vida “Tell me your history”: reflections about the Life History method. *ISSN 1982 - 1913 2007*, Vol. I, nº 1, 25-35 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, Brasil. Disponível em: <www.fafich.ufmg.br/mosaico>. Acesso em: 05 de setembro de 2016.

SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da Silva Santos. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa (dora?) WORKING WITH THE HISTORY OF LIFE – A RESEARCH(ER’S) MISHAPS TRABAJANDO CON HISTORIA DE VIDA- DIFICULTADES DE UNA INVESTIGADORA . *Rev. Esc Enferm USP* 2003; 37(2): 119-26.

SOUZA, Mércia Cardoso De. **Os direitos humanos das mulheres sob o olhar das Nações Unidas e o Estado Brasileiro.** In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XII, n. 63, abr 2009.

Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6095>. Acesso em out 2016.

TAFARELO, Cláudia S. C. Análise crítica entre etnografia e netnografia: métodos de pesquisa empírica. 9^o Inter programas de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Disponível em: <<http://www.casperlibero.edu.br>>. Acesso em: 11 de junho de 2015.

TABAK, Fanny. *A década da mulher como forma de participação e pressão política. Avaliação e balanço.* PUC/RJ-NEM,* Trabalho apresentado na IX Reunião Anual da ANPOCS, GT Mulher, 1985.

TIBURI, Marcia. **Mulheres, poderes e vozes.** Teoria do assim-assado. 2016. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2015/02/mulheres-poderes-e-vozes/>. Acessado em: 03 de novembro.

TRINDADE, João Carlos. As irregularidades no processo de expulsão de Eva Anadón Moreno. Disponível em: <http://www.wlsa.org.mz/as-irregularidades-no-processo-de-expulsao-de-eva-anadon-moreno/>. Acesso em: 20 de nov de 2016

VELOSSO, Ricardo. O ciberespaço como ágora eletrônica na sociedade contemporânea. *Ci inf.* Brasília, v.37, n.2, p.103-109, maio/agosto. 2008.

WANKEKI, Muthoni. *The African Feminist Forum: Beginnings.* 2007. Disponível em: <http://www.isiswomen.org/index.php?option=com_content&view=article&id=780:the-african-feminist-forum-beginnings&catid=114&Itemid=452>. Acesso em: 22 de agosto de 2015.

Entrevista concedida por Conceição Evaristo. *Entrevista I.* [30 de set. 2010]. Entrevistador: Barbara Araújo.

APÊNDICE

Feira de Santana, Bahia, Brasil, 07 de dezembro de 2015.

De início, uma apresentação:

Olá, sou Flávia Palha, feminista, negra, brasileira, estudante do curso de Pós-Graduação (mestrado) de Ciências Sociais da UFRB- BA- Brasil. Em meu trabalho de dissertação, intento apresentar um breve painel do feminismo em Moçambique, a partir da ótica de quem o faz, de quem o vivência: vocês feministas moçambicanas. Desejo saber quem vocês leem, quais suas pautas, ações, como entendem o feminismo e mais especificamente o africano.

Este questionário é introdutório, nele inicio laço e diálogo com vocês.

Entrevistas da Dissertação para Flávia Palha

- 1- Nome:
- 2- Idade:
- 3- Onde nasceu:
- 4- Fale-me um pouco de você, onde nasceu, como é sua família, etnia.
- 5- Como entrou em contato com o feminismo?
- 6- Quando se percebeu feminista?
- 7- Quais auto autoras feministas você costuma ler?
- 8- Quem te inspira?
- 9- Como entende o atual momento da mulher em Moçambique?
- 10- Qual sua área de atuação no Feminismo?
- 11- Estuda? Qual curso?

Questionário número 02.

Fale-me de sua experiência enquanto feminista em Moçambique. Como é vista a mulher que se define como “feminista”? Passou por alguma situação em que o fato de ser feminista e de ser identificada como tal, a marcou? Como os meios de comunicação tratam o movimento feminista em seu país? Como a família encara tal posicionamento?

Questionário número 03.

Quais livros, artigos, sites que se relacionem com o feminismo estão sendo lidos por você neste momento? Que autor ou autora te encanta?

Questionário número 04

Maria José Arthur (2005), em “As Boas Meninas e as Feministas” bem nos mostra que as feministas são demonizadas, vistas como a outra face do machismo, como se as elas desejassem implantar o reino da supremacia feminina. Tão enraizado é tal pensamento, que mesmo as mulheres que defendem a igualdade chegam a afirmar que defendem essa ou aquela ideia, mas se apressam em deixar claro que não são feministas. Vocês não se inserem neste aspecto, são assumidamente feministas. Passados dez anos deste texto, a demonização continua?

Questionário de número 05.

O colonialismo para vocês é um dos fatores centrais para o panorama no qual a opressão das mulheres, ainda é sentida em Moçambique? Qual a parcela das tradições culturais nisso?